

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (CCH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL (PPGMS)

AS REPRESENTAÇÕES DO(S) FEMININO(S) NA REVISTA PIF PAF ATRAVÉS DO
HUMOR POLÍTICO: MEMÓRIAS DE UMA GERAÇÃO

MARCELA NEVES DE MEDEIROS

RIO DE JANEIRO

2010

MARCELA NEVES DE MEDEIROS

AS REPRESENTAÇÕES DO(S) FEMININO(S) NA REVISTA PIF PAF ATRAVÉS DO
HUMOR POLÍTICO: MEMÓRIAS DE UMA GERAÇÃO

Dissertação apresentada pela aluna
Marcela Neves de Medeiros, como
requisito para a obtenção do título de
mestre, ao Programa de Pós Graduação
em Memória Social.

Orientadora: Joana D'Arc Fernandes Ferraz

RIO DE JANEIRO
2010

056.9
M467

Medeiros, Marcela Neves de.

As representações do(s) feminino(s) na Revista Pif Paf através do humor político: memórias de uma geração / Marcela Neves de Medeiros - 2010.

140 f. ; 30 cm.

Orientadora: Joana D'Arc Fernandes Ferraz
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais.

1. Revista Pif Paf. 2. Brasil-Ditadura Militar. 3. Relações de Gênero 4. Charges I. Título

MARCELA NEVES DE MEDEIROS

AS REPRESENTAÇÕES DO(S) FEMININO(S) NA REVISTA PIF PAF ATRAVÉS DO
HUMOR POLÍTICO: MEMÓRIAS DE UMA GERAÇÃO

Dissertação apresentada pela aluna
Marcela Neves de Medeiros, como
requisito para a obtenção do título de
mestre, ao Programa de Pós Graduação
em Memória Social

Aprovado em 15 de dezembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Joana D'Arc Fernandes Ferraz – Orientadora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Cecília Maria Bouças Coimbra
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dra. Lucia Maria Alves Ferreira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas e instituições fazem parte da história desta pesquisa. Como não será possível listar todas em função de algumas formalidades acadêmicas, gostaria que soubessem da minha gratidão, e que sempre serão memoradas e nunca esquecidas.

Aos meus pais, Hélio Tavares e Aurora Pereira, que me ensinaram que o estudo é sempre o melhor caminho.

À minha família e ao meu namorado, Neucione de Melo, pelo carinho e por sempre acreditarem nos meus ideais.

À minha orientadora, Joana D'Arc Ferraz, pelos ensinamentos, conselhos e força nos momentos de dúvida e crise em relação ao andamento da pesquisa.

Às professoras Doutoradas Cecília Coimbra e Lúcia Ferreira pelas leituras atentas e comentários construtivos.

Aos professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-graduação em Memória Social, por me terem acolhido e permitido que essa pesquisa prosseguisse. Em especial, à Ana Carolina Sade pela amizade e pelo incentivo nos momentos de angústia.

Aos meus colegas de trabalho, da ANAC, pela paciência nos momentos de estresse. Em especial: Isabella Batista, Luiz Paulo Beltrão, Robson Santos e Vanessa Januário.

Aos entrevistados Millôr Fernandes, Marina Colassanti, Cláudio Gurgel, Eliete Ferrer, Cecília Coimbra e Claudius Ceccon, pelos momentos de cumplicidade.

*“Nunca vi fazer tanta exigência
Nem fazer o que você me faz
Você não sabe o que é consciência
Nem vê que eu sou um pobre rapaz
Você só pensa em luxo e riqueza
Tudo que você vê você quer
Ai, meu Deus, que saudade da Amélia
Aquilo sim é que era mulher
Às vezes passava fome ao meu lado
E achava bonito não ter o que comer
E quando me via contrariado
Dizia: Meu filho, que se há de fazer
Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia é que era mulher de verdade...”*

Ai, que saudade da Amélia! (Mário Lago e Ataulfo Alves), 1942.

RESUMO

Trata da construção da memória do(s) feminino(s) pela sociedade brasileira, por meio do humor político satírico, através das charges expostas no Periódico Pif Paf, no período 1956-1964. Considera que as charges são muito mais do que ilustrações em mídias alternativas no contexto da ditadura civil-militar, já que quebraram paradigmas na linguagem jornalística habitual ao exigir do leitor reflexão para entendê-las. Versa sobre os conceitos da categoria memória, sob a luz de Maurice Halbswach e Walter Benjamin. Compreende política e gênero como construções sócio-históricas que compõem as relações sociais. Aborda os contextos sócio-políticos e culturais do período destacado a fim de que se tenha um panorama dos acontecimentos ocorridos na época. Realiza uma retrospectiva histórica da imprensa alternativa no país, destacando o surgimento, as características e a importância do periódico Pif Paf. Parte do pressuposto de que há vários tipos de “femininos”, como por exemplo, a dona-de-casa e a mulher liberada e revolucionária, que se entrecruzam e se polarizam no imaginário masculino e analisa como se estabelecem os jogos de poder que habitam o domínio público e privado do “sexo frágil” na década de 1960. Utiliza os argumentos de Walter Benjamin ao afirmar que o ato de traduzir deve contemplar a essência da obra. Afirma que os sentidos das charges do Pif Paf são múltiplos já que o ato de significar é subjetivo e sempre haverá um espaço para a memória, passando o significado a ser mais um.

Palavras-chave: Memória das Mulheres. Revista Pif Paf. Brasil-Ditadura Militar. Charges.

ABSTRACT

It deals with the construction of the memory of the female figure by the Brazilian society, in a satirical analysis of politics, through charges displayed in the magazine Pif Paf, between 1956 and 1964. It considers that charges are much more than illustrations in alternative medias in the context of the civilian-military dictatorship, since they had broken paradigms in habitual journalistic language by requiring reflection for readers to understand them. Analyses the concepts of memory as a category, on the grounds of Maurice Halbwach and Walter Benjamin. It understands politics and gender as socio-historical constructions that compose social relations. It approaches the socio-political and cultural contexts of the detached period so as to get a panorama of the events occurred at that time. It carries out a historical retrospect of the alternative press in the country, highlighting the sprouting, characteristics and the importance of the periodical Pif Paf. Assumes that there are many types of “females” as for example, housewife and the set free and revolutionary women, that intersect and polarize male imaginary and analyzes how games of power that inhabit the public and private domain of the fragile sex in the decade of 1960. It uses the arguments of Walter Benjamin when affirming that the act of translating must contemplate the essence of the illustrations. It affirms that the meanings of the Pif Paf’s illustrations are multiple since the act of giving meaning is subjective and it will always have a space for the memory, thus being meaning only one of them.

Keywords: Memory of the Women. Pif Paf Magazine. Brazilian Military Dictatorship. Illustrations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Charge publicada por Fortuna, Pif Paf, n.3, p.3, 22 de junho de 1964	39
Figura 2	Charge publicada por Fortuna, Pif Paf, n.3, p.14, 22 de junho de 1964.....	40
Figura 3	Charge publicada por Fortuna, Pif Paf, n.4, p.3, 06 de julho de 1964.....	40
Figura 4	Charge publicada por Claudius, Pif Paf, n.1, p.5, 21 de maio de 1964.....	40
Figura 5	Pif Paf , Jornal do Brasil, p.9, 21 de maio de 1964	48
Figura 6	Claudius, o primeiro humorista-mártir do Brasil, Pif Paf, n.5, p.8, 15 de julho de 1964	51
Figura 7	Advertência, Pif Paf, n.8, p.2, 27 de agosto de 1964	53
Figura 8	Pensamento, Jornal do Brasil, p.8, 27 de agosto de 1964.....	54
Figura 9	Miss Alvorada, Pif Paf, n.6, p. 23, 27 de julho de 1964	55
Figura 10	Charge publicada por Fortuna, Pif Paf, n.5, capa, 15 de julho de 1964	62
Figura 11	Charge publicada por Ziraldo, Pif Paf, n.5, p.15, 15 de julho de 1964	63
Figura 12	Charge publicada por Jaguar, Pif Paf, n.5, p.23, 15 de julho de 1964	65
Figura 13	Charge publicada por Ziraldo, Pif Paf, n.8, p.16, 27 de agosto de 1964	66
Figura 14	Charge publicada por Jaguar, Pif Paf, n.2, p.15, 07 de junho de 1964	67
Figura 15	Mil sintomas das mulheres nos traírem, Pif Paf, n.5, p.18, 15 de julho de 1964 .	69
Figura 16	Charge publicada por Jaguar, Pif Paf, n.6, p.15, 27 de julho de 1964	75
Figura 17	Charge publicada por Santiago, Pif Paf, n.6, p.18-19, 27 de julho de 1964	76
Figura 18	Charge publicada por Jaguar, Pif Paf, n.7, p.18, 13 de agosto de 1964	78
Figura 19	Charge publicada por Jaguar, Pif Paf, n.4, capa, 06 de julho de 1964	84
Quadro 1	Diferença entre Charge, Cartum e Caricatura	86

SUMÁRIO

1. Introdução.....	11
2. Memória, Política e Gênero.....	18
2.1 <i>Memória e Política</i>	18
2.2 <i>Memória e Gênero</i>	24
3. A Conjuntura do Período 1956-1964 na Política, Economia, e Sociedade: as razões que as condicionam	28
4. Cultura e Imprensa Alternativa no Regime Militar: traços de rebeldia	46
5. Pif Paf e as Representações da(s) Mulhere(s) no Período 1956-1964	57
5.1 <i>A história das mulheres e as relações de gênero</i>	57
5.2 <i>Os dilemas da emancipação feminina: beleza, casamento, família e trabalho</i>	74
6. Considerações Finais	87
Referências	90
Apêndices	96
Anexos	125

1. Introdução

“Todo homem de bom senso aceita o mundo como ele é. Só os loucos tentam reformar o mundo. Portanto, todo progresso depende dos loucos”. (Pif Paf, n.2, p.2, 07 de junho de 1964).

“Porque eu gosto desse tema”. Esta poderia ser a justificativa para todas as questões que possam surgir acerca das razões que engendraram esta pesquisa. Porém, mais do que gostar desse tema, há outras vertentes que convergiram para a minha afinidade com o tema proposto e, que acabaram suscitando o desejo de desenvolver uma dissertação abordando a questão do gênero no período que antecede a ditadura civil-militar brasileira (1956-1964), enfocando, sobretudo, o humor político presente na imprensa alternativa da época referida.

No primeiro período da Graduação em Biblioteconomia, realizada na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em 2001, dentro da grade curricular, foi apresentada a disciplina “Aspectos sociais, políticos e econômicos do Brasil contemporâneo”. Começava a despontar o interesse pelos estudos da História recente deste país, sobretudo pela pesquisa sobre a ditadura militar brasileira, que acompanharia o meu processo de formação acadêmica.

O meu segundo curso de Graduação reforçou a afirmativa acima. O curso de Geografia, realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), proporcionou um desejo maior de discutir a questão do gênero na ditadura militar brasileira, principalmente pelos impulsos dados pelas disciplinas “Formação sócio-espacial brasileira”, “História econômica geral e do Brasil” e “Geografia e movimentos sociais”.

Dentre os fatos que foram fundamentais na escolha do Programa de Pós-Graduação em Memória Social, na UNIRIO, destacam-se a busca por reflexões sobre as possibilidades, diferenças e desafios da memória e da história dos fatos e lugares; a formação acadêmica em Geografia e Biblioteconomia; a credibilidade no Programa de Pós-Graduação referido; o desejo de tornar as minhas pesquisas em um trabalho (dissertação) acadêmico científico.

É certo que um longo caminho já foi percorrido até aqui. Mesmo as constantes mudanças do tema e do problema, esta pesquisa sempre almejou contribuir com o campo da Memória Social, incitando discussões em torno dos problemas aqui levantados.

De fato, é no apoio em Norbert Elias (1997, p.59), que algumas questões podem ser entendidas. Tendo em vista que os acontecimentos do período retratado nesta pesquisa não foram vividos por mim, e sim por meus pais e professores, que de alguma forma fizeram-me

pertencer a esses fatos do passado. Para Elias, o passado

não é simplesmente o passado. Ele age – com maior ou menor força, de acordo com as circunstâncias – como uma influência sobre o presente. Não apenas por causa da inércia das tradições que deslizam cegamente de era em era, mas também porque uma imagem de fases pretéritas de nossa própria sociedade, por distorcida ou deformada que possa ser, continua vivendo na consciência de gerações subseqüentes, servindo involuntariamente como um espelho onde cada um pode ver-se a si mesmo.

O período abordado nesse trabalho (1956-1964) pode ser considerado uma experiência para a construção da democracia do Brasil na medida em que se desenvolveu um aparente quadro partidário nacional, considerado e aclamado como estável com forte crescimento do número de votantes e surgimento de novos setores urbanos. Esse recorte temporal se deve também às características políticas, sociais e culturais apresentadas bem como o ano de existência da Revista Pif Paf (1964). Essa revista surgiu logo após o golpe militar, e com as suas oito edições quinzenais foi considerada a precursora da imprensa alternativa no Brasil.

A geração que viveu o período de 1956-1964 representou aquela que procurou consolidar os valores de uma época tendo como cerne da questão a mulher. Esta foi reinventada sob diversas dimensões resultando no surgimento dos vários tipos de femininos. Ao trilhar os (des)caminhos dessas memórias, pode-se perceber que o masculino e o feminino são criações históricas.

Inicialmente, dois discursos podem ser identificados nas representações dos femininos desse período. O primeiro discurso aborda as mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais sofridas pelas mulheres. O segundo versa sobre o acesso à informação (matéria-prima para a inserção nesse contexto), que foi feito predominantemente por mulheres da classe média que conseguiram ingressar na universidade.

Naqueles anos, o mundo viveu um antagonismo ideológico: uma intensa guerra econômica, diplomática e tecnológica pela conquista de dois blocos com sistemas econômicos e políticos opostos: capitalista, liderado pelos EUA, e comunista, encabeçado pela URSS. Foi o que se chamou de Guerra Fria, que teve início logo após a Segunda Guerra Mundial, quando os países europeus encontravam-se destruídos e EUA e URSS disputavam a hegemonia econômica, política e militar mundial. A corrida armamentista regulou o sistema internacional imposto pelas economias dominantes: EUA e URSS se equiparam e espalharam exércitos e armamentos nos países aliados a fim de garantirem a sua defesa. Nesse contexto surgiram a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e o Pacto de Varsóvia. Na Guerra Fria também houve a disputa tecnológica, com a corrida espacial, a chegada do homem à lua. Segundo Henry Kissinger (1997, p.17),

durante a Guerra Fria, a América encontrava-se imersa em uma luta ideológica,

política e estratégica com a União Soviética, na qual um mundo de duas potências funcionava de acordo com princípios bastante diferentes daqueles de um sistema de equilíbrio de poder. Em um mundo de duas potências, não se pode haver nenhuma pretensão de que o conflito conduza ao bem comum; qualquer ganho para uma das partes, representa uma perda para a outra.

A década de 60 direcionou o comportamento do jovem na busca pelo coletivo, mudou os padrões de consumo da sociedade e também representou a luta pela emancipação feminina. A saída da mulher da vida privada para a pública teve como uma das condutoras a americana Betty Friedan, também assinalado por Michele Perrot (1988). A luta pela emancipação da mulher também passava pelas questões do corpo, do conhecimento e da beleza, com o surgimento da minissaia, do biquíni e do monoquíni, como caracterizavam os autores do Pif Paf.

Pois, oprimida pelos padrões de uma sociedade machista a mulher brasileira ultrapassava os anseios burgueses de ter um marido, casa, filhos e estabilidade financeira. Houve necessidade de uma participação ativa na construção do mundo, como a discussão do prazer ligado à sua sexualidade.

Nunca foi tão forte na sociedade brasileira o conflito entre gerações, entre pais e filhos, rompendo limites domésticos, colocando-se no espaço público em oposição às atitudes dominantes da sociedade. Era necessário romper com as estruturas sociais, políticas, educacionais e econômicas do passado por meio de reformas políticas e sociais, como por exemplo, o surgimento da pílula anticoncepcional na década de 60 permitiu que as mulheres vivessem a sua sexualidade, dessacralizando a virgindade e a maternidade; o trabalho feminino passou a ser bem visto perante a sociedade e a mulher ocupou melhores postos de trabalho. O perfil das mulheres de que trata essa dissertação foi baseado nas charges estudadas, que demonstram uma dualidade de interpretação. De um lado, a mulher como dona-de-casa e submissa ao marido. De outro, a mulher liberada, revolucionária, muitas vezes a frente de seu tempo.

Todos esses conflitos são retratados, muitas vezes, pela imprensa alternativa, como pode ser verificado em Pif Paf. Esse periódico foi escrito e editado, em sua grande maioria, por homens, que refletiam nessa publicação o pensamento predominante na época. Utilizando-se do humor satírico político ao mesmo tempo em que sinalizavam o temor masculino em sua perda de domínio nas relações de gênero, como por exemplo, a emancipação de algumas mulheres em seus costumes, em suas indumentárias, em sua visão de mundo. Esse jogo de poder entre homens e mulheres foi cenário do humor do Pif Paf.

O humor satírico político simbolizado pelas charges publicadas no Pif Paf, constrói um

discurso intertextual aceito na sociedade, mesclando referências dos fatos cotidianos com acontecimentos sociais a que se referem. As charges, muito mais do que ilustrações em mídias alternativas no contexto da ditadura civil-militar, são artifícios que ajudam a quebrar paradigmas na linguagem jornalística habitual ao exigir do leitor reflexão para entendê-las. A ênfase ao ridículo floreada de subentendidos é uma estratégia usada para provocar efeitos de sentido e levar ao riso. As charges não expressam somente apenas as ideias do chargista. As charges possuem outras vozes (dos chargistas, dos leitores) que auxiliam na produção de sentidos.

É importante salientar que nesse trabalho não foram considerados estilos e traços que distinguem os diferentes chargistas. Para o propósito dessa pesquisa não importa tanto as técnicas de desenho utilizadas, e sim o discurso e a produção de sentidos das charges.

Para interpretar as charges é preciso também entender o contexto político-econômico e social retratado nas ilustrações. As entrevistas realizadas nessa pesquisa nortearam as análises através das memórias dos entrevistados. A elaboração do questionário nas entrevistas não objetivou limitar as respostas, pelo contrário, os entrevistados ficaram livres para responderem o que desejavam. O questionário foi uma espécie de guia dos assuntos a serem abordados.

Primeiramente, foram enviadas sete perguntas, sobre a Revista Pif Paf, para Millôr Fernandes via correio eletrônico. Essa tarefa foi árdua. Depois de um ano de insistência, finalmente Millôr envia as suas respostas (ver apêndice A). Em seguida foi pesquisado na internet o endereço do correio eletrônico da Marina Colasanti (ver apêndice B), que rapidamente respondeu às perguntas. Os questionários foram enviados via correio eletrônico tendo em vista a negação dessas pessoas em fazerem a entrevista pessoalmente.

Também foram entrevistadas pessoalmente, por indicação de minha orientadora, leitores do Pif Paf que viveram intensamente o período 1956-1964, como o professor da Universidade Federal Fluminense, Cláudio Gurgel (ver apêndice C), a professora e integrante do grupo Amigos de 68, Eliete Ferrer (ver apêndice D) e a professora da Universidade Federal Fluminense e presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, Cecília Coimbra (ver apêndice E). Foram feitas perguntas abertas sobre o Pif Paf, a política, a economia e a sociedade da época. As entrevistas de Cláudio Gurgel, Eliete Ferrer e Cecília Coimbra foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas. Todos os entrevistados autorizaram a publicação de seus nomes nessa pesquisa. É importante enfatizar que somente Cláudio Gurgel e Eliete Ferrer tiveram acesso às charges.

Por último, em uma pesquisa na internet foi conseguido o endereço do correio eletrônico de Claudius Ceccon, que aceitou prontamente responder às perguntas. Esses testemunhos, como fonte de pesquisa a ser interpretada, fazem parte da metodologia da História Oral.

O diferencial dessa pesquisa é justamente o levantamento, a seleção e a interpretação das charges, bem como o uso da História Oral para a interpretação delas. A metodologia de pesquisa da História Oral consiste na realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos importantes para uma época, no intuito de se aproximar do objeto de estudo. As entrevistas feitas nessa pesquisa revelaram realidades que raramente aparecem em documentos. São pensamentos e sentimentos que fizeram parte da juventude da época.

Para Joana D’Arc Ferraz (2007b) há duas formas de testemunhar: ou por meio da literatura de testemunho (pessoas escrevem em livros suas biografias, seus relatos) ou fazendo uso da História Oral. Enquanto a primeira é estática, não permitindo um diálogo entre o leitor e o escritor; a segunda é dinâmica, permitindo um diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. Essa pesquisa baseou-se no testemunho por meio da História Oral. A autora afirma ainda que “a diferença entre uma fala repetida e ritualizada e uma fala testemunhal é o que distingue o sentido do relato”. (2007b, p.69), já que a fala repetida e ritualizada é construída pelo sujeito, não acrescentando o sentido da experiência, é uma fala pronta, não há nada de novo; enquanto que a fala testemunhal, quando há cumplicidade entre entrevistador e entrevistado, entre quem fala e quem escuta, ambos constroem memórias.

Na fala testemunhal, o diálogo transforma-se em um ato de criação. Para que isso ocorra, é necessário que o entrevistador tenha a capacidade de interrogar, de procurar recuperar da fala do narrador o seu sentido mais profundo, algo que permita ao outro criar e interrogar-se. (FERRAZ, 2007b, p.69)

Entre as entrevistas feitas por mim, houve a cumplicidade de que Ferraz afirma nas narrativas de Cláudio Gurgel, Eliete Ferrer e Cecília Coimbra. Entretanto é importante salientar que o entrevistador e o entrevistado não são a mesma pessoa, pois

não viveram a mesma experiência. O que cria um ambiente de cumplicidade entre ambos, o que transforma o diálogo num ato de criação é o sentido da alteridade, da diferença. E a certeza de que nem tudo deve ser falado e ouvido. Os temores, as angústias, o não dito, fazem parte de um universo muito pessoal. (FERRAZ, 2007b, p.77)

Partindo do pressuposto que há vários tipos de feminino(s) que se entrecruzam no imaginário masculino e divergem, essa pesquisa pretende traçar o perfil das mulheres que viveram o período de 1956-1964 ao analisar as charges presentes no periódico Pif Paf. As

charges revelam as nuances que auxiliam a pensar como se construiu na sociedade a memória do(s) feminino(s) no período. O uso da História Oral, como aproximação de uma realidade que eu não vivi, é um importante instrumento para a análise das charges. Não existe uma única tradução e interpretação das charges aqui apresentadas. Elas possuem múltiplos sentidos que são passíveis de produzir outros modos de existir no mundo. É ainda importante salientar que as charges não fazem parte de uma coluna ou sessão específica do Pif Paf. Elas estão publicadas aleatoriamente no periódico.

Busca-se, então, refletir acerca das relações entre os sexos, dos jogos de poder que habitam o domínio privado do “sexo frágil” e o domínio público dos homens. Serão analisados elementos implícitos e explícitos presentes nas páginas do Pif Paf bem como os motivos de sua publicação e o impacto do discurso presente nas charges para os leitores da revista (classe média carioca, em sua grande maioria).

Em uma pesquisa prévia identificaram-se poucos estudos publicados sobre o Pif Paf. Andréa Cristina de Barros Queiroz, em um artigo publicado no Encontro da ANPUH-RJ, abordou o surgimento, a ascensão e o fim do Pif Paf e sua relação com o golpe civil-militar. Thaís Pacheco Pereira, em sua dissertação de mestrado, pela UFRJ, analisou o papel da imprensa alternativa no período da ditadura civil-militar enfocando as interpretações do *design* das capas do Pif Paf.

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos. O segundo versa sobre o conceito das categorias memória, política e gênero bem como os pontos convergentes entre eles. Para tal utilizam-se os teóricos Maurice Halbwachs, Walter Benjamin, no que concerne à categoria memória. Compreende política e gênero como construções sócio-históricas que compõem as relações sociais.

O terceiro capítulo aborda os contextos sócio-políticos e culturais do período destacado a fim de que se tenha um panorama dos acontecimentos ocorridos na época. Estas são a base para se explicar as charges presentes no periódico. Buscou-se auxílio na obra de René Armand Dreifuss, “1964: a conquista do Estado”.

O quarto capítulo realiza uma retrospectiva histórica da imprensa alternativa no país, destacando o surgimento, as características e a importância do periódico Pif Paf. Esse estudo apoiou-se no livro “Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa”, de Bernardo Kucinski

O quinto capítulo trata do Pif Paf e da representação das mulheres no período de 1956-1964, procurando traçar diretrizes entre a história das mulheres e as relações de gênero, além

de discutir o dilema das mulheres em relação ao casamento, à família e ao trabalho. Também revela que o Pif Paf analisou todas essas questões inclusive por meio das charges. Utilizou-se como referência as publicações da professora Rachel Soihet, e em relação às charges, baseou-se na obra de Luiz Guilherme Sodré Teixeira, que discursa sobre a produção de sentidos das charges.

Na conclusão deste trabalho serão analisadas algumas questões que nortearam essa pesquisa. Entre elas, destacam-se a divisão funcionalista da sociedade, típica da década de 60, onde os afazeres específicos para cada sexo estão conectados com a oposição do público e do privado; e a perduração da emancipação feminina, que por não ser uma ação estanque, ainda prossegue nos dias atuais.

No apêndice podem ser encontradas na íntegra as entrevistas realizadas, nessa ordem, com Millôr Fernandes, Marina Colasanti, Cláudio Gurgel, Eliete Ferrer, Cecília Coimbra e Claudius Ceccon. No anexo, seguem a Lei n. 4.121, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada, e também as capas dos oitos únicos números do Pif Paf.

2. Memória, Política e Gênero

“Dizem que o Pif Paf veio preencher uma lacuna. Pela maneira como nos empurram viemos preencher algum lugar já cheio.” (Pif Paf, n.3, p.3, 22 de junho de 1964)

Esse capítulo pretende apresentar as principais questões acerca da memória e da política e da memória e do gênero, que estão inseridos em um campo de luta e de relações de poder. São nas disputas e nas relações de poder que ocorre a seleção do que esquecer e do que lembrar. Essa pesquisa considera o conceito de memória como uma construção social contemplando a complementaridade entre Memória e História.

2.1 Memória e Política

O conceito de memória tem sido abordado desde a Antiguidade em várias áreas do conhecimento, principalmente nas Ciências Humanas e Sociais, sobretudo no que tange às questões, sociais, políticas e culturais. A abordagem metodológica dessa dissertação perpassa pelas perspectivas sociocultural e histórica ao centrar as discussões acerca da memória. A memória é construção social ou individual, cujo limite é discutido por vários teóricos dessa área do conhecimento. Para Elizabeth Jelin (2002), o discurso da Memória Social se constrói na interseção entre História e Memória, ao passo que para Maurice Halbwachs (2004) e Pierre Nora (1993) esse discurso está inserido na oposição entre Memória e História.

As tensões surgidas da discussão entre Memória e História produzem novas abordagens acerca desses conceitos. Para Elizabeth Jelin (2002), essas tensões permitem que surjam novas reflexões. Qualquer vestígio do passado, como objetos (a Revista Pif Paf, por exemplo), relatos das pessoas (como os de Millôr Fernandes, Marina Colasanti, Cláudio Gurgel, Eliete Ferrer, Cecília Coimbra e Claudius Ceccon), dentre outros que são capazes de incitar as lembranças, são considerados patrimônios. Estes permitem o diálogo entre o indivíduo e a sociedade, problematizando e produzindo significados.

A autora considera três premissas, que não se excluem, para se abordar a interseção entre História e Memória: a memória como recurso para a pesquisa, a pesquisa histórica usada para “corrigir” memórias e a memória como objeto de pesquisa. A subjetividade da memória na construção da história é uma orientação político-ideológica. O tempo das memórias não é

linear. A memória é a fonte da história. Os testemunhos são a narração da memória.

Para Halbwachs (2004), a memória é sempre vivida, seja física ou emocionalmente, ao passo que a história é escrita e impessoal. A memória é a história viva que permanece no tempo, renovando-se. A condição para que se exista memória é o sentimento de continuidade de quem se lembra, já na história há descontinuidade entre a escrita e os grupos. A história para Halbwachs é criticada pelos historiadores dos Annales. Para Pierre Nora (1993), memória é um processo vivido, conduzido por grupos vivos e história é registro, crítica e reflexão

Pierre Nora (1993) e Andreas Huyssen (2000) afirmam que as principais diferenças entre História e Memória são que a primeira tem um caráter universal com suas raízes embutidas nas continuidades temporais e nas relações das coisas, sendo então uma representação do passado que se prende a detalhes que a conforta, e que também se alimenta de lembranças. Enquanto que a segunda é múltipla (coletiva e individual) com suas raízes embutidas no concreto, nos gestos, nas imagens, no espaço, assim sendo evolutiva, atual, dinâmica, e afetiva, não se prende a detalhes que a conforta, nutrindo-se assim com as lembranças. A memória existe porque há o esquecimento. Embutidos na memória há o esquecimento e o silêncio.

Convém salientar que o passado não tem uma versão única, e nesse sentido a discussão sobre história e memória, é para destacar que essas noções possuem limites e provocam tensões, que geram novas abordagens sobre história e de memória, passando a serem pensadas de forma complementares, como é o caso dessa pesquisa.

Segundo Jô Gondar (2005), o conceito de Memória Social é definido em quatro proposições: transdisciplinar, processual, ético e político. Em relação à transdisciplinaridade, a autora afirma que a memória é polissêmica, ou porque ela pode comportar várias significações, ou porque ela permite diversos sistemas de signos (palavras, imagens, marcas corporais, por exemplo) como suporte para a construção de uma memória. Se for considerada a polissemia, as suas múltiplas significações podem se tornar equivalentes, alinhando as suas diferenças. Para que haja mais rigor no conceito de memória, Jô Gondar sugere que ele seja, além de polissêmico, transdisciplinar já que o conceito de memória é produzido entre os diferentes campos do saber. Transdisciplinar é, em poucas palavras, quando “o objeto transdisciplinar não é comum a diferentes disciplinas; ele é criado como um novo objeto, de maneira transversal, quando problemas até então eram próprios de um campo de saber atravessam seus limites e fecundam outros” (2005, p.15).

No que tange ao conceito ser ético e político, a memória, que não é neutra, serve à

manutenção dos valores de um grupo, e é uma abordagem em que a Memória Social se torna um instrumento privilegiado de transformação social. Recordar é interpretar no presente o já vivido e escolher o que vale ou não ser recordado (futuro). O conceito de memória produzido no presente é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja, estando comprometido ética e politicamente. O conceito de Memória Social também é uma construção processual no sentido de reconstrução do passado.

O tempo é inseparável da memória. Os autores que enfatizam a construção da memória dão ênfase ao durante. E é no durante que se dão os confrontos e as lutas, mas também a criação. Gondar (2005) afirma que pensar a memória como um processo permite pôr em discussão alguns hábitos de pensamento que se disseminam no campo da Memória Social. Por fim, o conceito de Memória Social não se reduz a uma representação, pois se a memória for reduzida a um campo de representações, serão desprezadas as condições processuais de sua produção. É um processo no qual as representações são apenas uma parte: aquela que se cristalizou e se legitimou em uma coletividade.

Ainda segundo Gondar (2005), a memória é bem mais que um conjunto de representações, ela se exerce também em uma esfera irrepresentável: modos de sentir, de querer. Pode-se articular afeto e representação na produção da memória como partes integrantes de um mesmo processo. Não existem memórias fora do conteúdo afetivo – jogos de força. Conceber a memória como processo não significa excluir dele as representações coletivas, mas incluir nele a invenção e a produção do novo. Não haveria memória sem criação, ela é antes e sempre uma construção processual.

O conceito de Memória Social foi introduzido por Maurice Halbwachs no início do século XX, embora filósofos anteriores a Halbwachs, como Platão, Aristóteles, Spinoza dentre outros, já pensassem na Memória Social. Mas foi Halbwachs que a definiu como uma construção social, portanto coletiva. Esse pensador, que foi discípulo de Émile Durkheim, pensava a memória como construção social capaz de promover a coesão do grupo. Assim, trazendo a memória para uma discussão sociológica, a exemplo da escola sociológica francesa.

De fato, Halbwachs explicou o conceito de memória social por meio da coesão grupal social (o que mantém ou estreita as relações sociais ou coletivas entre os indivíduos?) que é garantida pelos quadros sociais da memória (lugares de produção de valores). Para Myrian Sepúlveda dos Santos (2003, p.70) a principal tese do pensador Halbwachs baseia-se na afirmação de que “qualquer que sejam as lembranças do passado que possamos ter – por mais que pareçam resultado de sentimentos, pensamentos e experiências exclusivamente

individuais – elas só podem existir a partir dos quadros sociais de memória”. Cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva. O tempo e o espaço dependem do lugar que o indivíduo ocupa em sociedade. Toda memória é coesão socialmente construída, caracterizando-se como resultado de lembranças comuns do passado instituídas na sociedade.

Em *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Halbwachs parte do pensamento de Durkheim (dentre outras proposições afirmava que o homem é produto do meio social) para destacar a importância do grupo no processo de reconstrução de lembranças, caracterizando a memória como um fenômeno social. O ato de lembrar implica no uso de campos de significados (quadros sociais de memória) que possuem uma função referencial. Tempo e espaço podem ser considerados essências da memória já que são fundamentais para a rememoração do passado. Fazem parte dos quadros sociais da memória os grupos em que os indivíduos estão inseridos, como por exemplo, a escola, a família.

A importância da memória individual para Halbwachs também está presente quando critica Henri Bergson. Halbwachs, inicialmente discípulo de Bergson, tornou-se crítico deste. Para Bergson, a capacidade de lembrar e esquecer, ou seja, a capacidade individual de recuperação da informação se mistura com os processos neurobiológicos. Entretanto a memória não é uma propriedade do cérebro e sim do espírito. A não limitação física do espírito permite que Bergson pense na memória pura ou memória virtual (o que Pierre Levy chamará de memória atual), que é o registro de todas as percepções que um indivíduo realiza. Porém, como essa memória deve ser atualizada, a fim de que se torne uma lembrança em relação ao presente (só se atualiza uma informação quando ela se transforma em outra informação), há imagens que permanecerão obscuras. Estas imagens obscuras irão formar os sonhos, e ao serem retomadas espontaneamente elas se colocarão conforme a ordem em que foram armazenadas. Logo, a memória pura é como se fosse um local de armazenamento total que fornecerá imagens para que a memória hábito se atualize.

A memória pensada por Halbwachs se diferencia da de Bergson, sobretudo, em relação à construção da memória, englobando o esquecimento e o seu aspecto social. Segundo Halbwachs, lembrar não é um processo natural, mas uma construção social.

Essas diferenças podem ser exemplificadas nos primeiros anos de vida de um indivíduo. Para Bergson, quanto menor a capacidade de reflexão, maior a possibilidade de absorção da memória, logo as crianças têm mais memória espontânea. Para Halbwachs, as crianças só constroem suas lembranças a partir da experiência com o grupo social que as cerca, ou seja, a família; e, antes deste contato mediado pela fala, a construção da memória é quase nula, o

que justifica a pouca possibilidade de um indivíduo lembrar de fatos de seus primeiros anos de vida.

Outra característica atribuída à memória coletiva por Halbwachs é o fato de ela ser seletiva, já que o indivíduo, quando membro de um grupo, contribui para a seleção de lembranças sugeridas pelo grupo. Na relação entre grupo e memória coletiva, o tempo de existência do grupo não está diretamente ligado ao tempo de existência da memória, pois o grupo pode esquecer uma memória e criar outra à luz daquilo que deseja construir naquele momento. A formação da identidade de um grupo se justifica pela guarda de uma memória comum e para que essa identidade seja mantida por meio de sua memória é importante que as mudanças do grupo não o desintegram.

Nesse contexto, o papel dos mediadores (Walter Benjamin os chamará de narradores) é fundamental para a manutenção da identidade do grupo à medida que transmitem a história de um passado vivido às demais gerações. Para Benjamin (1994) a narração implica a experiência vivida, onde o narrador é aquele capaz de trocar experiências. A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte que recorrem todos os narradores. No processo narrativo, de acordo com Benjamin (1994), há uma relação de confiança e testemunho entre quem narra e quem ouve, que, conforme o autor, configura-se em uma relação ingênua “é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade de reprodução (...) Quem escuta uma história está em companhia do narrador, e quem a lê partilha essa companhia”. Joana D`Arc Fernandes Ferraz (2007a, p.48) argumenta que Benjamin “localiza a história entre o passado e o futuro, fluindo de um lado para outro. A memória, também, como fonte da história, se move para frente e para trás, constantemente resignificada à luz das demandas do presente”.

Na literatura podem ser encontrados estudos sobre a memória da ditadura militar brasileira. Estes estudos visam identificar questões pertinentes à “memória-trauma”, ao esquecimento, ao testemunho, à história como trauma. De fato, a releitura da ditadura militar brasileira permite perceber que esquecimento, silêncio e memória estão intrinsecamente conectados. Entende-se por esquecimento e silêncio articulações políticas que provocam o silêncio ou a ausência de conhecimento nas próximas gerações a respeito das atitudes arbitrárias do regime militar brasileiro, ou seja, na manipulação das informações imbuídas segundo a conveniência da política atuante. Segundo Ferraz (2006), “a memória retém um ideal político da sociedade que se quer construir e o expulsa por intermédio do esquecimento e do silêncio, quando deseja”.

Nas narrativas sobre a repressão do período militar, a presença da mulher é silenciada e

sufocada também pelo ativismo da figura masculina. Há um número bem restrito de autobiografias de mulheres que viveram a experiência da tortura, do exílio, da clandestinidade. Quando muito existem biografias de mulheres, que quase sempre são escritas por homens. As mulheres pouco escreveram suas próprias memórias, como afirma Cecília Coimbra (ver apêndice E) “poucas mulheres deram o seu depoimento e é incrível isso! São pessoas que escrevem sobre elas. E isso é diferente dos homens, que escreveram suas memórias”. Fazendo um levantamento bibliográfico foi possível encontrar algumas obras: *Mulheres que foram à luta armada*, de Luiz Maklouf Carvalho; *Mulheres, militância e memória*, de Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira; *Companheira Carmela*, de Maurício Paiva; *Iara Iavelberg: reportagem biográfica*, de Judith Lieblich Patarra; *Helenira Resende e a Guerrilha do Araguaia*, de Bruno Ribeiro; *Deus, Pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*, de Solange de Deus Simões, *O calvário de Sônia Angel: uma história de terror nos porões da ditadura*, de João Luiz de Moraes.

O silenciamento da atuação das mulheres pode ser considerado uma estratégia de poder do Estado brasileiro, no sentido de não serem divulgadas as suas atuações na luta contra a ditadura civil-militar, caindo, então, no esquecimento. E as próximas gerações, muitas vezes, não sabem dessas histórias. O reconhecimento é necessário e deve ser feito com a história das mulheres. É preciso posicioná-las como sujeitos retirando-as da passividade. Logo, as narrativas sobre as experiências de vida são fundamentais para que a memória seja atualizada, como o caso dos depoimentos de Eliete Ferrer e Cecília Coimbra nesta pesquisa.

Segundo Ana Maria Colling (1997), “o sujeito é produzido, constituído por um discurso, e a memória oficial tem sido parcial, silenciando ou escondendo sujeitos”. Então, a imagem que se tem das décadas de 50 e 60 é a figura da mulher como “sexo frágil”, restrita aos afazeres domésticos (domínio privado), e a figura do homem como detentor do espaço público e da política. Entretanto, ao longo da década de 60, principalmente após a ditadura civil-militar, surge a figura da mulher “subversiva”, ou a “mulher rebelde” como definiu Rachel Soihet (1997, p.100), aquela que invade o domínio público e político do homem, se engajando em organizações clandestinas de esquerda para fazer oposição ao regime vigente. Ela é, segundo Soihet (1997, p.100), “viva e ativa, está sempre tramando, imaginado mil astúcias para burlar as proibições, a fim de atingir os seus propósitos”. Com o surgimento desse tipo de mulher há uma superação da vitimização da mulher típica dona-de-casa, passiva, que se oculta do seu papel como sujeito político, ativo e histórico.

2.2 Memória e Gênero

O surgimento da categoria gênero disputou espaço com estudos acerca da história das mulheres, a partir da década de 70, ao teorizar questões que englobavam as diferenças sexuais. A categoria gênero veio dos movimentos sociais dos anos 60 e 70 da chamada “segunda onda do feminismo”, que, de acordo com Joana Maria Pedro (2005, p.3), foi iniciada após a Segunda Guerra Mundial e defendia principalmente a igualdade de direitos e o fim da discriminação, priorizando as lutas pelos direitos ao corpo, ao prazer, em detrimento do patriarcado. As três “ondas do feminismo” representaram movimentos em defesa dos direitos das mulheres. A “primeira onda”, nos anos 1920, reivindicou a igualdade de direitos entre homens e mulheres, como o direito ao voto e ao trabalho. A partir da Segunda Guerra Mundial a “segunda onda” teve como prioridade a igualdade das leis e dos costumes, como a sexualidade por exemplo. O principal lema da “segunda onda” foi “o pessoal é político”, que representou um novo espaço da discussão política de questões até então vistas e tratadas como específicas do espaço privado. Nos anos 1990, a “terceira onda” critica a construção da imagem feminina pelos meios de comunicação em massa.

A palavra gênero foi utilizada pela primeira vez pelas feministas americanas na década de 70 com o intuito de caracterizar socialmente a diferença entre os sexos, rejeitando o determinismo biológico entranhado nas categorias “sexo” e “diferença sexual”. A definição clássica de gênero, segundo Luciana Gandelman (2003, p.211), “é o conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica entre os sexos”. Compreende na relação entre homem e mulher, que somente pode ser entendida nos estudos que os vejam em conjunto e nunca separados. As diferenças entre homem e mulher precisam ser historicizadas, não podendo mais serem aceitas como naturais. Para Renato Veloso (2003, p.5) “a categoria gênero era o eixo condutor de uma nova forma de análise das desigualdades entre homens e mulheres e com a sua utilização buscava-se rejeitar o determinismo biológico presente em termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’”. E mais: essa categoria também pode ser considerada um instrumento político para a compreensão do caráter social de gênero. O conceito de gênero pode ser entendido como um fenômeno histórico e social em ampla articulação com o desenvolvimento e a reprodução da sociedade, enquanto que as relações de gênero são parte da organização da sociedade, tendo conseqüências nas relações sociais.

Sexo é a base biologicamente dada onde o gênero, como construção social, é imposto social e culturalmente. Em relação a “macho” e “fêmea”, Antônio Pierucci (1999) afirma

que essas palavras “identificam clinicamente pessoas em termos de suas naturezas biologicamente sexuadas”; enquanto que as palavras “masculino” e “feminino” “identificam socialmente pessoas em termos de seus gêneros”. É importante salientar que o uso do conceito de gênero deve se referir ao contexto histórico em que foi pensado. Na discussão sobre as relações de gênero o que é problematizado é a subordinação feminina, assim como relata Michele Fanini (2007, p.44)

sempre que se propõe uma discussão sobre gênero, sabe-se, a priori, que o conteúdo da discussão versará, sobre as questões que concorrem para a subordinação feminina, para sua desvalorização, e nunca, inversamente, para o papel masculino, para suas fraquezas e limitações, temática esta praticamente fora de cogitação.

Ainda segundo a mesma autora (2007, p.52) as relações entre os sexos são relações sociais e estas se configuram como relações de poder. As instituições sociais têm papel fundamental nas relações de poder, pois segundo Pierre Bourdieu (2003), reproduzem a dominação masculina, que obriga os homens a serem fortes e viris ao passo que as mulheres devem ser delicadas e submissas. O autor afirma que os homens geralmente se mostram insatisfeitos com as partes de seu corpo que consideram “pequenas” enquanto que as mulheres implicam com as partes “grandes” do corpo feminino, ou seja, o corpo é construído socialmente. A dominação masculina constitui as mulheres como objetos simbólicos sob efeito constante de dependência simbólica, ou seja, existem como objetos atraentes e receptivos agregando características femininas, tais como: simpatia, submissão, discrição e atenção. Segundo Bourdieu (1996, p.31),

o que é preciso analisar para compreender a dominação masculina são, ao mesmo tempo, as estruturas inscritas na objetividade e aquelas que o são na subjetividade, quer dizer, nos corpos sob a forma de disposições corporais visíveis na maneira de usar o corpo e nos cérebros, sob forma de princípios de percepção dos corpos dos outros.

A fim de que a dominação simbólica se configure é preciso que, de acordo com Bourdieu (1996, p.36-37),

os dominados tenham incorporado as estruturas segundo as quais os dominantes os percebem, que a submissão não seja um ato de consciência, suscetível de ser compreendido dentro de uma lógica de limitações ou dentro da lógica de consentimento.

A atuação feminina não deixa de existir apesar da dominação masculina. Ela pode se configurar em outras esferas, como a maternal (somente a mulher é capaz de gerar um filho), a social (igualdade de direitos e deveres ao homem) e a sexual (decisão sobre o seu corpo, como por exemplo, ser ou não mãe).

A relação de dominação é uma relação histórica e cultural. Para Roger Chartier (1995) é

preciso identificar quais os mecanismos que tornam a relação de dominação como algo natural.

A oposição entre sexo e gênero teria sua raiz na identidade e na construção social do ser humano, segundo Linda Nicholson (2000). No final da década de 60 o discurso feminista ainda estava baseado na ruptura entre masculino e feminino. O conceito de gênero surgiu para complementar a noção de sexo, ao mesmo tempo em que o conceito de sexo complementa o de gênero. Em um artigo de Gayle Rubin, *The Traffic of Women*, a oposição entre sexo e gênero foi definida como transformação da sexualidade biológica em produtos da atividade humana, ou seja, o sexo seria a base onde os significados culturais são inseridos. Esse pensamento de Gayle Rubin foi muito importante para o combate do determinismo biológico. Todo esse sistema Linda Nicholson denominou de fundacionalismo biológico. Trata-se de uma maior flexibilidade dos papéis sociais quando o biológico tiver contato com as construções sociais.

Joan Scott (2005) afirma que o gênero é um conceito associado à história das mulheres, em que as relações de gênero são uma organização social das relações entre os sexos. Ou seja, as causas das desigualdades são sociais assim como as suas possíveis transformações, negando a justificativa de que as razões para as desigualdades entre homens e mulheres estejam nos fatores naturais. Segundo a autora, não se pode estudar as mulheres separadamente dos homens e vice-versa. De acordo com Scott (2005), o gênero é uma construção histórica, um elemento que compõe as relações sociais segundo a diferença entre os sexos. Nesse contexto o gênero significaria relações de poder. Segundo Michel Foucault (1988), a sexualidade não é um dado natural, e sim construída pela história através das disputas políticas. Os comportamentos sociais produzem sexualidade. O gênero se aplicaria na sociedade através de quatro pilares: as representações sociais, as doutrinas, a política e a identidade. Soihet (1997, p.104) afirma que gênero para Joan Scott é “um meio de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana”. A política seria uma forma de se utilizar o gênero para uma análise histórica.

Nas questões acerca da memória, as formas masculinas e femininas de viver as experiências individuais são valorizadas. Por intermédio do depoimento, no ato de recordar, estas “diferenças” se fazem presentes, dado que as memórias são carregadas de trajetórias de vida, enquanto revelam também as subjetividades das vivências. Seguindo essa linha de pensamento, Elizabeth Jelin (1998, p.108) afirma que homens e mulheres desenvolvem habilidades diferentes em relação à memória. As mulheres tendem a recordar eventos com mais detalhes fazendo referência ao seu íntimo, e são geralmente mais emotivas

do que os homens. “As mulheres tendem a recordar a vida cotidiana, a situação econômica da família, o que deveriam fazer em cada momento do dia, o que ocorria em suas comunidades e bairros, seus medos e insegurança”. As memórias dos homens e sua maneira de narrar apontam para outra direção. Esses são menos detalhistas e emotivos.

Tendo em vista que o gênero implica na forma como são narrados os acontecimentos, seja mais detalhista e emotivo, ou não, é importante perceber que memória e gênero são construções sócio-históricas. Logo, para se traçar as representações da(s) mulher(es) no período de 1956-1964, é necessário contemplar como se construiu a memória do feminino na sociedade no período a ser estudado. Para esta pesquisa foi feito o uso da metodologia da História Oral, com entrevistas com homens e mulheres contemporâneos a essa época. Ao analisar o objeto de estudo em questão, foi possível perceber que os vários tipos de feminino(s) abordado(s) vieram do imaginário masculino (já que os chargistas e jornalistas do Pif Paf eram homens, em sua grande maioria).

3. A Conjuntura do Período 1956-1964 na Política, Economia, Sociedade: as razões que as condicionam

“Alguns disseram que o Pif Paf estava muito confuso. E o Brasil, que já tem 464 anos?” (Pif Paf, n.2, p.18, 07 de junho de 1964)

A década de 50 ficou conhecida pela mídia como “anos dourados”. A Revista Manchete, fundada em 1952 por Adolfo Bloch, ajudou a criar a fama dos “anos dourados” do presidente Juscelino Kubitschek, devido aos crescimentos econômico e industrial que ocorreram aceleradamente nessa época. De fato, foram anos de prosperidade, de sonhos e de desenvolvimento econômico. A sociedade brasileira acompanhou o surgimento dos eletrodomésticos que facilitaram o cotidiano das donas-de-casa. A influência americana advinda da Segunda Guerra Mundial implementou o “american way of life”, uma sociedade baseada no consumo. Os meios de comunicação se ampliavam em forma de rádios, revistas, jornais, radionovelas, programas musicais, chanchadas, dentre outros. A cultura nacional se beneficiava com um ritmo tipicamente brasileiro: a bossa-nova. A seleção brasileira de futebol foi Campeã Mundial, em 1958, popularizando cada vez mais o esporte. Todos esses fatores beneficiaram o espírito nacionalista na sociedade da época.

A análise de Vânia Maria Losada Moreira (1998, p.2) acerca do período abordado nesta pesquisa (1956-1964) destaca como imprescindível o caráter nacionalista desses anos. Segundo a autora, para que se possa compreender o nacionalismo no Brasil é importante entender a sua diversidade. “A compreensão dessa pluralidade requer, por sua vez, a reconstrução das trajetórias e conteúdos específicos dos nacionalismos nos diferentes contextos histórico-sociais.” O conceito de nacionalismo para Moreira (1998, p.2), se iguala ao de populista. Nacional-populismo seria uma ideologia de integração social, pois

na retórica populista, a identificação do `povo` com a `nação` ocultava as diferenças de classes e de interesses presentes no Estado e na sociedade, permitindo a criação de uma comunidade nacional imaginária e totalmente homogênea. Desde então `povo` e `nação` passaram a ser verdadeiros sinônimos e o nacional-populismo tornou-se uma ideologia de integração social fundamental à manutenção de novos Estados emergentes da crise do sistema de poder oligárquico

O nacionalismo do período focado representa uma ideologia do Estado associada ao desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek bem como ao reformismo social de João Goulart. Os nacionalistas dos anos 50/60 defendiam o desenvolvimento auto-sustentado (voltado para o mercado interno), criticando o modelo econômico agrário-exportador bem como a oligarquia latifundiária e incentivando a industrialização nacional destinada ao

mercado interno. E os desenvolvimentistas eram voltados para o mercado externo.

Juscelino Kubitschek era o candidato do Partido Social Democrático (PSD) para as eleições presidenciais de 1955, após o suicídio de Getúlio Vargas. Porém, a sua candidatura só teria sucesso se tivesse uma aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido de Getúlio Vargas que tinha como candidato a presidente João Goulart. Então, JK se candidata pela chapa PSD-PTB, com o apoio do Partido Comunista. Concorria com ele Plínio Salgado (candidato da extrema direita, mais conservadora, indicado pelo Partido da Representação Popular – PRP), Juarez Távora (candidato de centro-direita indicado pela União Democrática Nacional – UDN) e Ademar de Barros (candidato que seguia a linha populista de Vargas e foi indicado pelo Partido Social Progressista – PSP). As eleições para presidente e para vice-presidente eram separadas, podendo ser eleitos candidatos de partidos diferentes. Mesmo contra a vontade dos militares e setores conservadores, como a UDN, que tentou impedir a posse de Juscelino sob a alegação do candidato não ter recebido a maioria dos votos do eleitorado brasileiro e ainda ter recebido em seu montante os votos dos comunistas, JK se elege Presidente da República e Goulart se elege vice-presidente da República no período de 1956-1961.

A aliança PSD-PTB apoiava a maioria dos projetos do governo. O PSD tinha o maior número de parlamentares no Congresso e influenciava setores rurais e da burguesia comercial. O PTB se aproveitava da experiência de João Goulart como ex-ministro do trabalho de Vargas, e influenciava os sindicatos e setores da burguesia industrial. A maior oposição de JK no Congresso era a UDN, que acusava o governo de corrupção. As políticas econômicas do governo JK resultaram no aumento dos movimentos sindicais do país, tendo em vista o crescimento econômico e conseqüentemente, o aumento de empregos e de salários. A importância de Goulart estava justamente em articular as negociações com as lideranças sindicais, estimulando-as e controlando-as.

A política econômica do governo JK era centrada no Plano de Metas, que tinha apoio das Forças Armadas e também da maioria do Congresso. O Plano de Metas (ou Plano Nacional de Desenvolvimento), cujo lema era “50 anos em 5”, ou seja, 50 anos de progresso em 5 anos de governo, que foi proposto para acelerar o desenvolvimento econômico preocupando-se com a modernização do país. Tratava-se de combater o que dificultava o desenvolvimento industrial do país que, de acordo com Moreira (1998, p.7), abarcava trinta e uma metas distribuídas nos setores de: “energia (metas 1 a 5), transporte (metas 6 a 12), alimentação (metas 13 a 18), indústrias de base (metas 19 a 29) e educação (meta 30)”. A construção de Brasília, em 1960, foi incluída como a última meta, e visava, segundo o discurso político, a

integração das regiões do país tendo uma capital central no território brasileiro.

René Dreifuss afirma que o Plano de Metas (1987, p.27):

ao favorecer amplamente a expansão do capital estrangeiro internacionalizando a economia brasileira, favoreceu também uma industrialização destinada a um mercado restrito e de alto poder aquisitivo, que propiciava uma acentuada concentração de renda, baixos salários e uma reduzida capacidade de gerar empregos.

O Plano de Metas foi elaborado por comissões econômicas, como a Comissão Mista, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), que indicavam quais eram os setores críticos que não permitiam o desenvolvimento do país. A palavra de ordem era planejamento. Os recursos para a implantação do Plano de Metas vinham, em sua maioria, do capital estrangeiro com o apoio de empresários, trabalhadores e militares focados no nacional-desenvolvimentismo. De fato, o Plano de Metas permitiu a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro auxiliando a implantação das indústrias automobilística e da naval, das usinas siderúrgica e hidrelétrica. Mas o excesso de ajuda do capital estrangeiro causou a desestabilidade monetária. São indicativos principais da inflação: o aumento dos gastos públicos em função do Plano de Metas, a construção de Brasília em 1960, o aumento salarial, entre outros. Segundo o governo JK, o desequilíbrio econômico era “natural ao processo de desenvolvimento”, o que seria corrigido quando a economia do país se modernizasse.

Um grupo de intelectuais criou em 1955, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), como órgão do Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de divulgar o campo das Ciências Sociais permitindo uma visão crítica da realidade brasileira, e, com isso, alimentar o projeto do nacional-desenvolvimentismo. Suas idéias principais eram: reforço na industrialização, desenvolvimento nacionalista, substituição das antigas elites dirigentes do país, capital estrangeiro como obstáculo ao desenvolvimento industrial nacional, luta contra o latifúndio e o imperialismo. Faziam parte do ISEB Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Cândido Mendes de Almeida, entre outros.

Em meados dos anos 50 cresceram as mobilizações no campo. Em 1959, pensando no estímulo ao desenvolvimento do nordeste do país, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que deu maior visibilidade às organizações do campesinato. O acelerado processo de industrialização que assolava o país contrastava com a região nordeste, que era destacada pela seca, pela fome, pela miséria, pelo desemprego, pela concentração de renda, pelo êxodo da população. O latifúndio e os proprietários rurais também se somavam a esse cenário negativo. Os intelectuais locais, como Celso Furtado, pressionavam o governo para que beneficiasse a região. Tudo isso era um indicativo da

necessidade de se fazer a reforma agrária.

Em relação à política externa, nos primeiros anos do governo JK não houve nenhum fato significativo. A principal ação conhecida como Operação Pan-Americana (OPA), objetivava que o governo norte-americano investisse nos países latino-americanos a fim de erradicar o subdesenvolvimento. No pensamento dos EUA, o subdesenvolvimento poderia ser uma boa oportunidade para a aproximação com a URSS.

No âmbito cultural, a década de 50 ficou marcada pela ascensão da sociedade urbano-industrial com um novo estilo de vida, que era difundido pelas revistas, pelo cinema, pela televisão, pelo rádio e pelo teatro, principalmente. A fotonovela foi popularizada com o aumento da tiragem dos jornais e das revistas. O cinema consagrou as chanchadas, comédias musicais. No final da década era inaugurada a primeira emissora de televisão, a TV Tupi, de São Paulo. Com transmissão ao vivo e difusão regional, nessa época a televisão perdia para o cinema e o rádio. As radionovelas eram populares e voltadas para as donas de casa, tanto que as publicidades vinculadas a elas eram de produtos de limpeza. “É no Rio de Janeiro que se desenvolve o teatro de revista com piadas e músicas locais”, afirma Lúcia Lippi Oliveira (2000, p.140). O Teatro de Arena de São Paulo, criado em 1953 e liderado por Augusto Boal, “injetava política na dramaturgia brasileira”, segundo Regina Zappa e Ernesto Soto (2008, p.23), ao privilegiar os problemas sociais e políticos trazendo para a cena, com textos nacionais, a realidade brasileira. O Teatro Brasileiro de Comédia produzia espetáculos caros voltados para as classes média e alta e não abordava as questões sociais e políticas do país. A renovação da música brasileira ocorreu em 1958 com o surgimento da Bossa Nova, no Rio de Janeiro, com destaque para Tom Jobim, Elisete Cardoso, Vinícius de Moraes, João Gilberto. No fim da década de 50, a expressão “bossa nova” era usada para representar qualquer atitude moderna, como o “presidente bossa nova”, assim chamado JK em alusão ao seu governo. O otimismo dos “anos dourados” do governo de JK refletiu nas mudanças sociais e nas manifestações artísticas em prol da reconstrução nacional.

Em 1960, Brasília foi construída, com empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Seu objetivo era a integração do país à capital central, além de oferecer emprego para a mão-de-obra ofertada e estimular o desenvolvimento do interior do país. Nesse mesmo ano, investiu-se na construção da rodovia Belém-Brasília, que uniu o Centro-Oeste à região amazônica. A exportação era basicamente para pagar a dívida externa, deixando de financiar a importação de matérias-primas, petróleo e bens de capital, assim não evoluindo setores bastante problemáticos como transporte, energia e agricultura.

Apesar de todo o crescimento econômico, o governo JK sofreu severas críticas ao

priorizar o transporte automobilístico em detrimento do ferroviário e ao aumentar a inflação do país bem como a concentração de renda.

Todo esse cenário de “anos dourados” era a visão das classes médias dominantes, aquelas cujo poder aquisitivo era elevado. Na classe popular a realidade era outra. Tudo isso ficava apenas no imaginário construído pelas elites que se estendia às classes populares apenas como um ideal a ser alcançado.

Os setores de oposição se fortaleceram no final do governo de JK, que era pressionado tanto pelo FMI quanto pela inflação. A chapa PSD-PTB se enfraqueceu por conta das divergências em relação à legislação trabalhista. Houve greves e manifestações de estudantes e trabalhadores urbanos e rurais durante o governo de JK. Diante disso, a oposição lançou o Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ)¹, com a idéia de lançar Jânio Quadros, como candidato à sucessão de JK. Como promessas de governo estavam o combate à inflação e à corrupção, assim como afirma Jefferson José Queler (2010, p.69):

Jânio Quadros concentrou as suas críticas à administração então vigente, atacando a corrupção, o desperdício com o recurso das obras de Brasília, a inflação, o aumento do custo de vida e o que seriam as futilidades do ‘presidente voador’; quadro este que o candidato prometia ‘limpar’ com sua vassoura, símbolo máximo de sua campanha.

O Partido Trabalhista Nacional (PTN), o Partido Libertador (PL), o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Republicano (PR) apoiaram a candidatura de Jânio. Para enfrentar essa situação, o PSD volta a se unir ao PTB, lançando a candidatura do militar Henrique Lott para presidente e João Goulart para vice-presidente da República. A UDN vislumbrava na candidatura de Jânio, a derrota do PSD-PTB. Jânio aceitou ser candidato desde que não fosse vinculado a nenhum partido. Jânio vence as eleições para presidente da República, em 1960, e toma posse com João Goulart, vice-presidente da República, no ano seguinte.

Na década de 60, o mundo vivia sob o contexto da Guerra Fria entre EUA e URSS pela hegemonia mundial. A América Latina foi marcada pelas lutas nacionalistas bem como pelas propostas da esquerda. O Brasil contentava-se com um rápido processo de urbanização e modernização da sociedade. Os intelectuais do país valorizavam todo esse processo de mudança em vias de construção de um novo modelo de homem, buscando no passado uma cultura popular autêntica imbuída das raízes rurais, sem ter influências do ambiente urbano, permitindo assim uma dita modernização não-capitalista. E ainda criticavam a forma como o país estava refém do capitalismo. A radicalização política propiciou a conscientização

¹ Segundo René Dreifuss (1987, p.133), o MPJQ “foi um dos canais mais significativos para agregar diversos setores e indivíduos no apoio à candidatura de Jânio Quadros, representando uma chapa unificada de centro-direita. O MPJQ proporcionava uma ligação também com o voto popular”.

popular e a renovação da linguagem estética.

Em 1962 intelectuais, artistas e estudantes, e a União Nacional dos Estudantes (UNE) criaram o Centro Popular de Cultura (CPC) visando o engajamento da arte. A Bossa Nova não era apenas a música moderna vinda da zona sul do Rio de Janeiro, agora tinha a ligação com o dito samba de morro, com destaque para Sérgio Ricardo. Era também a época do nascimento do Cinema Novo, que trazia à tona as questões sociais do país, como relata Eliete Ferrer (ver apêndice D)²: “Eu me identificava muito com a bossa nova e o cinema novo, especialmente era um cinema muito engajado politicamente com os filmes de Sérgio Ricardo”. Foram criados inúmeros periódicos da imprensa alternativa, como o Pif Paf, por exemplo, que contemplavam a liberdade política, cultural e social.

Essa valorização da modernização não-capitalista bem como dos excluídos sociais foram importantes para o começo da mobilização estudantil nos grandes centros urbanos na década de 60, inspirada também pela revolução cubana ocorrida na década anterior. A revolução cubana representou para os jovens brasileiros o ideário de esquerda, de mudanças e justiça social. Elizabeth Ferreira (1996, p.21) complementa ao afirmar que “a mola mestra que impulsiona a ação e as representações sociais de setores politicamente engajados é a mudança”.

Para Marcelo Ridenti (2007, p.135), os anos 60 foram um momento da História Contemporânea que privilegiou a convergência revolucionária entre política, cultura, vida pública e privada e intelectualidade. Os debates acerca da política giravam em torno da revolução (os conceitos de democracia e/ou cidadania só teriam efeito em si mesmos anos depois), que desembocavam na:

rebeldia contra a ordem e revolução social por uma nova ordem, [que] mantinham diálogo tenso e criativo, interpenetrando-se em diferentes medidas na prática dos movimentos sociais, expressa também nas manifestações artísticas.

Tempos de prosperidade marcaram o início da década, quando foi possível perceber rápido crescimento econômico e tecnológico, proporcionado pela intensa industrialização e o surgimento das multinacionais que empregavam abundante mão-de-obra barata e tinha um mercado consumidor promissor. Maria Helena Paes (1992, p.12), afirma que

a prosperidade desses tempos expressou-se, sobretudo para as populações dos países desenvolvidos, no acesso crescente a uma multiplicação de bens materiais e culturais (...) Era a sociedade do consumo, que, além do elevado padrão de consumo e do avanço tecnológico, caracterizou-se ainda pela burocratização que se estendia por toda a vida social.

² Em entrevista fornecida à autora em 11 de maio de 2010.

De fato, a máxima “nada é impossível, apenas ainda não foi inventado” estava muito presente no mundo capitalista. Maria Helena Alves (2005, p.21) considera que depois de meados de 1950, o capital internacional possibilitou uma aliança entre o capital multinacional, o capital nacional associado-dependente (aquele que engloba mudanças em procedimentos tecnológicos, sociais, políticos e culturais que acompanham e em diversos graus a capacidade produtiva de uma sociedade). A dependência impõe um complexo relacionamento entre o desenvolvimento capitalista local e a expansão de todo um sistema capitalista mundial, disso resultando que o controle sobre o processo permanecesse nas mãos de protagonistas e instituições internas e externas à nação.

No final da década de 50, o Brasil vivia um desenvolvimento econômico baseado na dependência, chamado “tripé econômico” (aliança entre o capital privado nacional, o capital internacional e o capital de Estado), reforçado após o golpe militar de 1964. Hélio Jaguaribe et al. (1985, p.202) resumem em poucas palavras que “o Brasil parecia rico, empenhado, e dono do seu destino. As instituições que o haviam levado a tal ponto é que não pareciam estáveis, podendo ser abaladas e revertidas a qualquer momento”.

Nos anos 60 surgiram novas necessidades e desafios. Investimentos em infra-estruturas permitiram que o Brasil passasse de agrário a um país potencialmente industrial. A construção de Brasília possibilitou uma nova rede rodoviária integrando todas as regiões do país. Enquanto a capital era considerada o pólo da interiorização e da integração, São Paulo era o pólo econômico industrial que atraía a migração, sobretudo de nordestinos que ajudaram a escrever a história desse estado.

Essa década foi marcada também pela ansiedade dos grupos liberais e conservadores no Brasil em relação à guinada política que os militares sempre estavam prestes a dar, como por exemplo, as tentativas de golpe, na verdade, quarteladas, de Jacareacanga e Aragarças. A primeira, ocorrida em 1955-1956, foi a instalação de uma base aérea em Jacareacanga, no Pará, em função ao temor que os militares tinham com a permanência do ministro da Aeronáutica durante o governo de JK. A segunda, ocorrida em 1959, no Pará, tinha como objetivo de afastar do poder o grupo que controlava os militares da Aeronáutica.

Cecília Coimbra (1995, p.8) caracteriza a década de 60 no Brasil em dois momentos: de 60 a 64 (engajamento populista) e 64 a 69 (engajamento consentido). É no primeiro momento que

se desenvolvem movimentos sociais, que com o consentimento e apoio governamentais, voltam-se para a “conscientização popular”. Sem dúvida, esses anos estão marcados pelos debates em torno do “engajamento” e da “eficácia revolucionária”, onde a tônica é a formação de uma vanguarda e seu trabalho de conscientizar as massas, para que possam participar do processo revolucionário. A

efervescência política, o intenso clima de mobilização e os avanços na modernização, industrialização e urbanização que configuram esse período trazem, necessariamente, as preocupações com a participação popular.

Já no período de 1964-1969, com a instauração da ditadura civil-militar, a cultura da esquerda era consentida em alguns segmentos da sociedade. Apesar da ditadura, nesse período a produção cultural, num primeiro momento, “não é o impedimento da circulação das produções teóricas e culturais da esquerda” (Coimbra, 1995). Nesse cenário, surge o show Opinião, em 1964, com Nara Leão e Zé Kéti. Em 1965 surgem os festivais musicais da TV Record, aparecendo novos compositores e também festivais universitários. Na segunda metade da década de 60, fortalece o Cinema Novo, dentro do contexto nacionalismo-populista. A geração de 68 sofreu influências das teorias revolucionárias e do movimento contracultural. Nesse momento nasce o movimento tropicalista, que rompe com o engajamento, tornando-se uma reação ao modo tradicional da esquerda fazer política. Para Roberto Schwarz (2005, p.24), o movimento tropicalista é uma “variante brasileira e complexa do *Pop*, na qual se reconhece um número crescente de músicos, escritores, cineastas, encenadores e pintores de vanguarda”. Esse movimento é a marca dos movimentos contraculturais. O importante agora é misturar e experimentar tendências: os cabelos são longos, as roupas são coloridas e os padrões de comportamento mudaram.

A posse de Jânio Quadros, em 1961, não trouxe a estabilidade política necessária para o país. Para Jaguaribe et al (1985, p.195), “sua linha econômico-financeira é a do liberalismo clássico, com a crença na poupança, nenhum excesso de gasto, descomprometimento do Tesouro, recessão”.

O governo de Jânio Quadros (1961) se destacou por sua política externa, que estava aberta a todos os países do mundo, quando, por exemplo, foi contra a ação das forças armadas americanas em Cuba, aproximando-se do chamado bloco comunista. João Goulart fez uma visita oficial à República Popular da China. Outro destaque foi a política moralista de Jânio Quadros com a proibição do uso do biquíni, das brigas de galo e corridas de cavalo.

Em 1961, Jânio renuncia provocando uma crise política no país. Representando mais uma tentativa de golpe, setores militares e parcelas conservadoras da sociedade civil resistiram à posse de Goulart à presidência, alegando ter influências comunistas, sendo então uma ameaça à ordem do país. Segundo o Projeto Brasil Nunca Mais, da Arquidiocese de São Paulo (1985, p.16),

estigmatizado como radical pela maioria da alta hierarquia militar, Goulart teve o seu nome impugnado, quando Jânio renunciou, pelos três ministros militares que comunicaram não aceitar em hipótese alguma a posse do vice-presidente. Seguiu-se

ampla movimentação em todo país, sustentadas por operários, estudantes e todos os setores identificados com posições progressistas, nacional-desenvolvimentista ou simplesmente legalistas

Com o receio de uma guerra civil que se esboçava, os militares recuaram. Assume interinamente o presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli, do PSD. No Congresso Nacional, os parlamentares sugeriram a implementação do regime parlamentarista. No final de 1961, o Congresso aprova uma emenda para a implementação do regime parlamentarista (1961-1962) e Goulart toma posse para presidente da República, com Tancredo Neves como primeiro-ministro, com o compromisso de haver um plebiscito no início de 1965 para a manutenção ou não do parlamentarismo. O regime parlamentarista foi adotado para evitar que Goulart tomasse posse com plenos poderes de presidente já que era visto pelo militares como uma ameaça de esquerda. O Congresso, pressionado, aprova a antecipação do plebiscito para o início de 1963. Para assegurar a volta do presidencialismo, o governo aumenta os salários, recebendo apoio dos sindicatos e dos trabalhadores.

O regime presidencialista retorna e a proposta do governo de Goulart baseava-se no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social (1963-1965). Elaborado por Celso Furtado, esse plano deveria combater a inflação com o controle do déficit público, e acelerar o desenvolvimento. O fato desse Plano ter sido lançado dias antes do fim do período parlamentarista era para provar que o governo não tinha intenções de radicalizar na mudança da política econômica brasileira. Esse plano não foi aceito pelos movimentos dos trabalhadores e pela esquerda do país que o acusou de favorecimento da grande propriedade e do imperialismo.

Com o objetivo de combater o comunismo que, segundo os conservadores, avançava no país, surgem em 1959 os primeiros vestígios do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) com o auxílio de empresários brasileiros e internacionais contrários à política que vinha sendo implantada por Goulart. Em 1962 os “ibadianos” fizeram uma campanha contra o governo devido a sua aproximação com o que chamavam de idéias comunistas. Em 1962, os empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, que faziam oposição à Goulart, criaram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) no intuito de se defenderem da “falta de planejamento econômico do governo de Goulart” bem como da ameaça da influência comunista, que ficou mais perceptível, segundo afirmavam, com as reformas de base propostas pelo governo. Nesse mesmo ano os comunistas se dividiram em duas organizações: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ligado à URSS, e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que se aproximava da Revolução Chinesa. Existiam também a Política

Operária (Polop) de orientação trotskista³, a Ação Popular (AP), que era ligada à Igreja Católica⁴, as Ligas Camponesas⁵ e também a ala mais radical do PTB, liderada por Leonel Brizola.

Apesar das reformas de base já terem sido pensadas anteriormente no governo de JK, somente com João Goulart é que tiveram mais visibilidade. Eram iniciativas para promover alterações econômicas, políticas e sociais, a fim de diminuir as desigualdades sociais, o que seria um passo rumo ao desenvolvimento do país. As reformas englobavam medidas para os setores agrário, bancário, urbano, universitário e tributário. Ainda havia as propostas dos analfabetos e dos não-oficiais das Forças Armadas terem direito ao voto, um maior controle sobre investimentos estrangeiros do país, e a intervenção do Estado na economia brasileira. O principal foco das reformas de base era a reforma agrária, que impulsionaria a industrialização e o desenvolvimento econômico. Todas as propostas acerca da reforma agrária apresentaram resistência do Congresso Nacional. Um dos principais obstáculos para se realizar a reforma agrária no país era a Constituição Federal, que exigia que a desapropriação de terras fosse precedida por uma indenização monetária. Com recursos insuficientes, o governo, junto com o PTB, propôs uma alteração na Constituição, que permitisse o pagamento da indenização em títulos. As resistências do Congresso e da oposição e as pressões exercidas pelos aliados mais à esquerda de Goulart em realizar a reforma agrária, provocaram a ruptura do governo com o PSD, fortalecendo a ideia do golpe militar em 1964.

Durante todo o seu governo, Goulart enfrentou várias greves, pressionando o governo pela realização das reformas de base e também pelo aumento dos salários. Nesse período foi marcante a participação dos sindicatos na política nacional. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) ameaçou uma greve geral, que ficou conhecida como “Comício das Reformas”, para que fosse defendida a democracia do país bem como reforçar a ideia de

³ Segundo Marcelo Ridenti (1997, p.95), a Política Operária de orientação trotskista surgiu em 1961 congregando jovens do “Partido Socialista, luxemburguistas, trabalhistas, dissidentes do PCB e alguns trotskistas. A organização, com certo peso no meio jovem, estudantil e intelectual, queria ser uma alternativa de esquerda ao PCB, então amplamente dominante na esquerda brasileira”.

⁴ A Ação Popular surgiu em 1962 a partir de grupos católicos influentes no movimento estudantil. Inicialmente moderada a AP passou a discutir a necessidade da luta armada, devido à radicalização dos órgãos de repressão. Em 1967 mudou sua sigla para APML (Ação Popular Marxista-Lenista) buscando aliar-se aos movimentos camponeses e de bóias-frias.

⁵ Para Caio Navarro de Toledo, “as As Ligas Camponesas nasceram da resistência — muitas vezes armada — dos foreiros (pequenos agricultores e não-proprietários) contra a tentativa de expulsão das terras onde trabalhavam, movida pelos proprietários; de 1959 a 1962, as ligas tiveram uma acelerada expansão em todo o Nordeste. As ligas contestavam abertamente a dominação política e econômica a que estavam secularmente submetidas as massas rurais. Em algumas localidades, ocorreram conflitos armados entre ‘camponeses’ e proprietários de terra; lideranças camponesas serão perseguidas e assassinadas a mando dos latifundiários, alarmados com a politização das massas rurais”.

implementar as reformas de base, após os rumores de um possível golpe para depor Goulart do governo, em 1964.

O Movimento dos Sargentos, em 1963, em Brasília, foi uma rebelião promovida por praças da Força Aérea e da Marinha do Brasil em favor da sua elegibilidade para os órgãos do Poder Legislativo. O movimento também apoiava as reformas de base do governo. Tais atitudes impulsionaram mais uma tentativa de golpe dos militares sob forte argumento que esse movimento feria a disciplina e a hierarquia das Forças Armadas.

Em março de 1964 ocorreu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que na verdade foi uma série de manifestações em várias capitais do país organizadas por setores conservadores da Igreja, por entidades femininas e por segmentos da classe média que temiam o comunismo, em resposta à ameaça de uma greve geral proposta pelo CGT. A Marcha do Rio de Janeiro ocorreu em 2 de abril de 1964, como lembra Cecília Coimbra⁶ (ver apêndice E):

eu me lembro que estava no centro da cidade quando eu vi a “Marcha da Família com Deus, pela Liberdade” e as lágrimas corriam e eu olhando aquelas mulheres todas de classe média alta desfilando pela rua, todas pedindo um governo forte, doando suas jóias para o bem do Brasil, era uma multidão de pessoas acompanhando o golpe.

De fato, a ditadura militar brasileira iniciou-se com o golpe de 1964 e se estendeu até 1985 (embora alguns autores defendam a tese de que a ditadura militar do Brasil não se deu através de um golpe, e sim por meio de um movimento de classe, assim como afirma Dreifuss (1987, p.381): “o ocorrido em 31 de março de 1964 não foi um mero golpe militar. A ação da elite orgânica diferencia o movimento de classe que levou à intervenção de 1 de abril, de um golpe militar”). Para Cláudio Gurgel⁷, ex-militante do Partido Comunista,

o golpe foi uma operação absolutamente militar. Claro que instigado e apoiado por interesses civis, do empresariado e do governo norte-americano. Mas, do ponto de vista público, o envolvimento civil foi um envolvimento mais coreográfico. As mobilizações que aconteceram no Rio de Janeiro e em São Paulo, as passeatas pela liberdade, que eram movimentações para expressar o apoio político da população à reação conservadora, a insatisfação com o governo do Goulart, etc tiveram algum papel nos preparativos para o golpe. Não havia nenhum sinal de golpe da esquerda, tanto que não houve qualquer condição de nenhum tipo de resistência.

Os militares afastaram Goulart da presidência e desarticularam o CGT, prendendo os seus principais líderes. Os sindicatos e o movimento estudantil foram duramente atingidos pelo golpe. Segundo Roberto Schwarz (2005, p.7), “O povo, na ocasião, mobilizado mas sem armas e organização própria, assistiu passivamente à troca de governos”. Não houve

⁶ Em entrevista fornecida à autora em 11 de maio de 2010.

⁷ Em entrevista fornecida à autora em 30 de abril de 2010.

resistência, como mostra a Figura 1, uma charge de Fortuna, apenas focos isolados que logo foram esmagados, como por exemplo, o incêndio da UNE e carros queimados na Central do Brasil. O governo ditatorial foi imposto. A sociedade deveria cumprir regras rígidas de conduta moral e cívica, tendo em vista que qualquer pessoa poderia ser suspeita, um “terrorista comunista”, inclusive a figura lendária do Papai Noel, que tem o seu traje na cor vermelha, em alusão ao comunismo, uma “ameaça” ao país capitalista ditatorial, como ilustra a Figura 2, uma charge de Fortuna. Quem descumprisse as ordens impostas era preso, torturado, morto. A Figura 3, uma charge de Fortuna mostra que nesse período aumentou o número de construções de presídios para “abrigar” quem desobedecesse às regras. As ameaças de repressão vinham dos temidos aparatos repressivos, como o DOPS, por exemplo, como mostra a Figura 4, uma charge de Claudius.

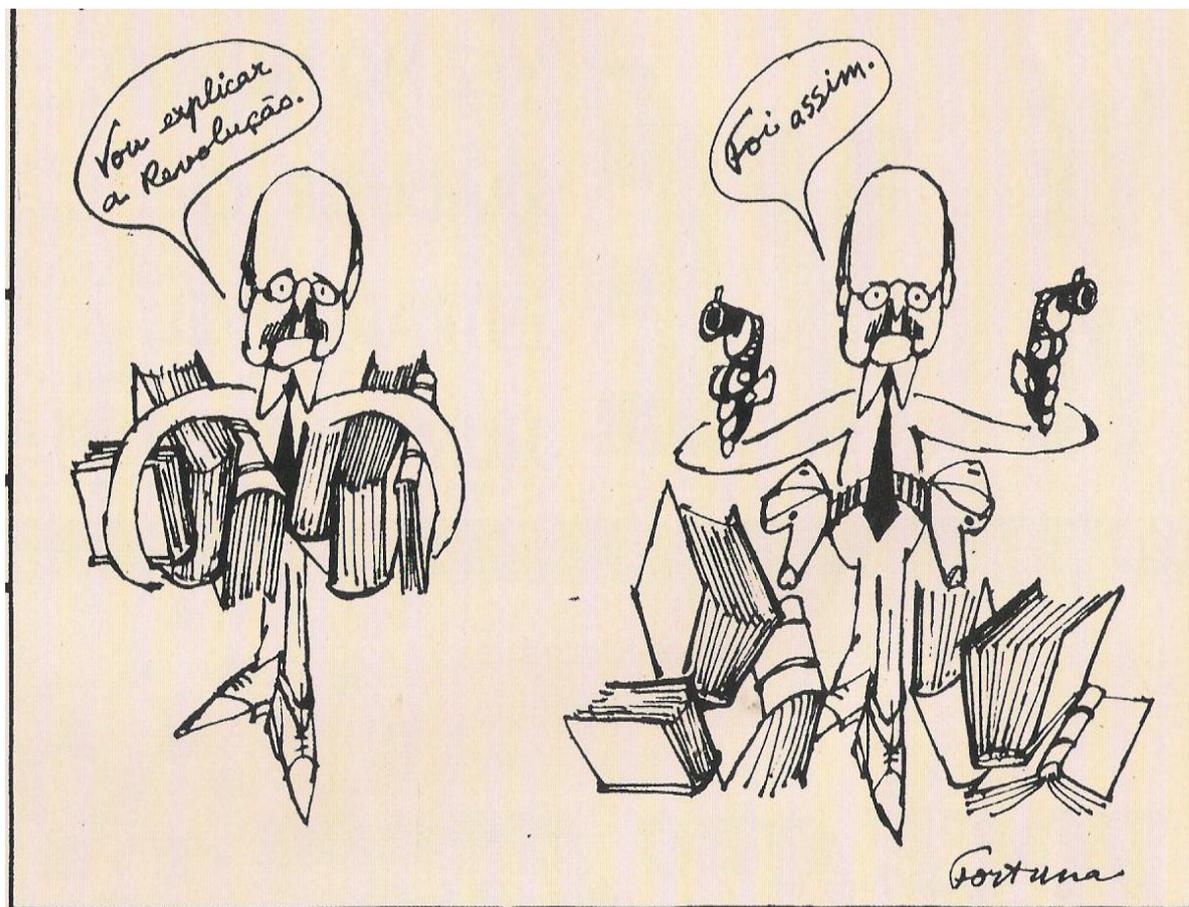
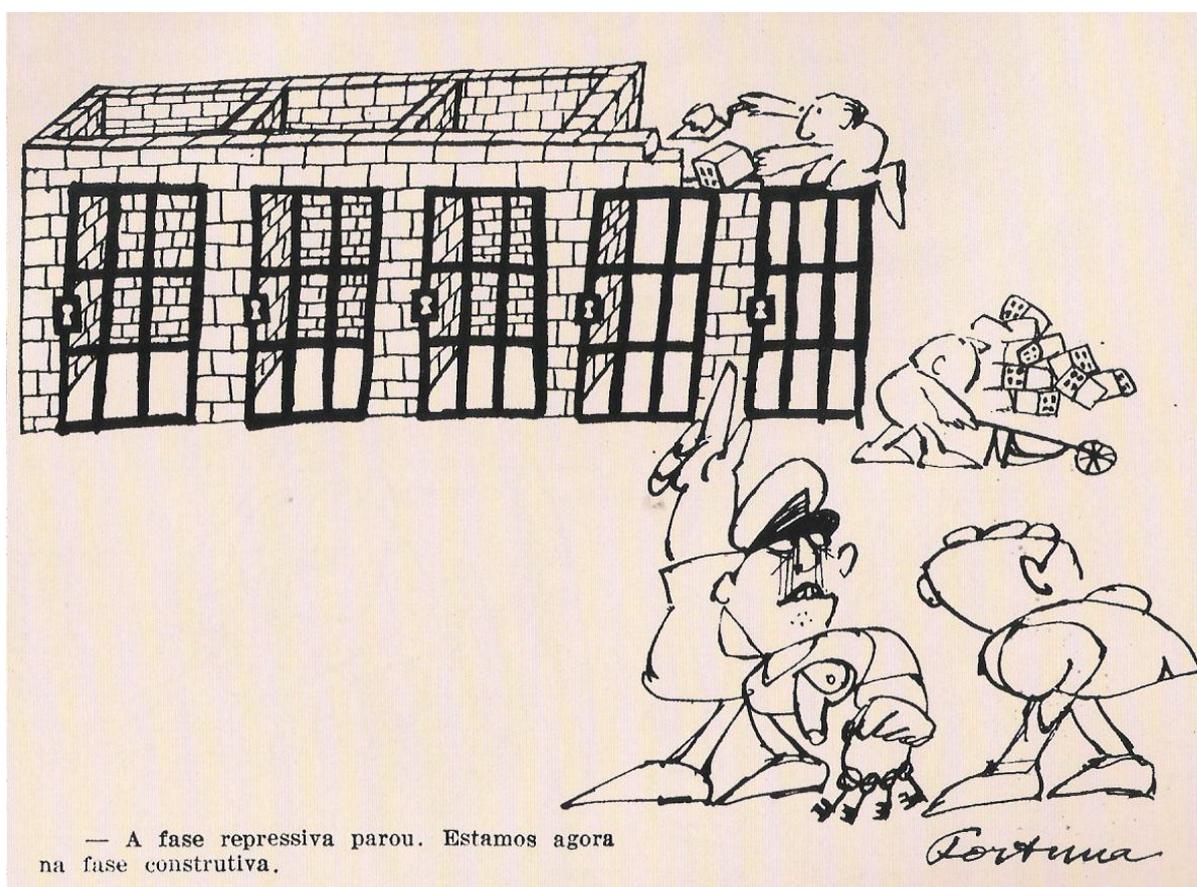


Figura 1: Charge publicada por Fortuna, Pif Paf, n.3, p.3, 22 de junho de 1964



Figura 2: Charge publicada por Fortuna, Pif Paf, n.3, p.14, 22 de junho de 1964



— A fase repressiva parou. Estamos agora na fase construtiva.

Figura 3: Charge publicada por Fortuna, Pif Paf, n.4, p.3, 06 de julho de 1964

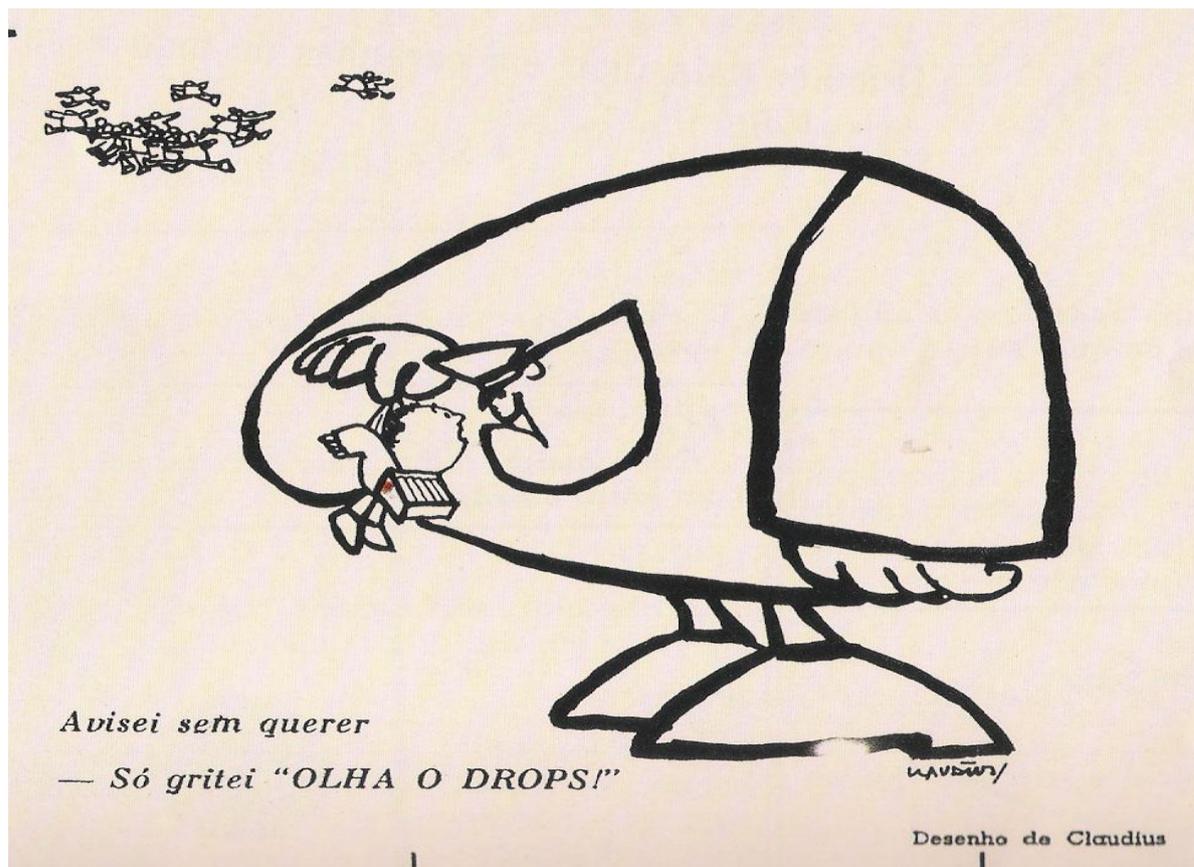


Figura 4 Charge publicada por Claudius, Pif Paf, n.1, p.5, 21 de maio de 1964

Os meios de comunicação são utilizados pelas lideranças políticas, civis como instrumentos de disseminação de suas propostas. É através dessa perspectiva que o receptor é obrigado a se posicionar diante dos acontecimentos. Para Alzira Alves de Abreu (2006, p. 108), a imprensa no governo de João Goulart

foi um dos vetores da divulgação do fantasma do comunismo, e esse fantasma foi utilizado como uma das principais justificativas para a derrubada do governo. Ao mesmo tempo, a imprensa exacerbou a divulgação de notícias sobre a existência de um caos administrativo e participou, em seguida, da divulgação da idéia de que era imperiosa a necessidade do restabelecimento da ordem mediante uma “intervenção militar”.

Segundo a autora na imprensa desse período predominou a discurso anticomunista. Após a renúncia de Jânio Quadros, a maioria dos jornais teve um discurso favorável à posse de João Goulart. A imprensa também apoiou a solução parlamentarista (1961) e o plebiscito (1963). Ao mesmo tempo que o governo de Goulart se aproximava dos grupos radicais de esquerda e com o aumento da crise político-econômica, a maioria dos jornais retirou o apoio a Goulart, passando a ser favorável à queda do governo. Tal fato pode ser explicado pelos anos 60 serem marcados pelos apogeu do jornalismo político com um cunho de contestações

político-ideológicas. Segundo Abreu (2006, p. 109), Nos anos 1950-60 ocorreram importantes modificações na imprensa brasileira, como: “a linguagem foi se tornando mais objetiva e a notícia passou a ocupar maior espaço que a opinião. Foram incorporadas inovações gráficas, nova diagramação e modificações na paginação dos jornais”. Essas mudanças se davam no contexto de exaltação contra o comunismo e contra a Revolução Cubana. O anticomunismo foi um instrumento utilizado para difundir o medo da classe média e os meios de comunicação participaram dessa catequese. Para Abreu (2006, p.110),

o alinhamento da maioria dos jornais às posições político-ideológicas dominantes, ou seja, contra o comunismo, contra as mudanças na estrutura da sociedade, está referenciado a uma visão conservadora dos proprietários de jornais e de alguns jornalistas. Para eles, a tradição e a legitimidade da autoridade eram valores a serem preservados. Acusar de “comunistas” todos os que defendiam o governo de Goulart, foi a tática usada pelos conservadores contrários a qualquer mudança na estrutura social.

O “perigo comunista” foi um elo entre imprensa, militares, Igreja, classe média, empresários e outros setores da sociedade que apoiavam a queda de Goulart. A imagem desse “perigo” foi construída por décadas no Brasil

Com a queda de Goulart, foi implementada a censura dos meios de comunicação no país, iniciando as perseguições às lideranças políticas, aos sindicatos, aos intelectuais e aos estudantes. Toda grande mídia apoiava o golpe, submetendo-se às regras impostas pela censura como meio de sobrevivência. Somente o Correio da Manhã, por um curto período, se distanciou dos militares e passou a denunciar as arbitrariedades dos mesmos.

Buscando segurança, João Goulart viajou no dia seguinte do Golpe para Brasília, e depois para Porto Alegre, onde Brizola tentava organizar uma resistência. Entretanto, Jango não optou por um confronto com os golpistas e seguiu para o exílio no Uruguai. Por hora, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu interinamente a Presidência da República, porém o poder de fato passou a ser exercido por uma junta militar: Artur Costa e Silva (Exército), Augusto Rademaker Grunewald (Marinha) e Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica). A repressão atingiu todos os setores da esquerda, como a UNE, a CGT, as Ligas camponesas, a AP, e muitas pessoas foram presas e torturadas em todo o país. O golpe militar foi desejado e até mesmo financiado por diversos setores da sociedade brasileira, tais como: grande parte dos empresários, da imprensa, dos latifundiários, da Igreja Católica, de alguns governadores, os EUA, além de amplos setores da classe média, porque segundo eles era a melhor forma para se afastar o comunismo do país e controlar a crise econômica. O argumento dos militares era o de estabelecer a hierarquia das Forças Armadas e também de afastar o país do “mal” comunista. O golpe de

1964 só foi possível porque teve o apoio de importantes segmentos da sociedade e união dos militares para enfrentarem o que poderia desequilibrar a ordem do país. Para Eliete Ferrer⁸ (ver apêndice D), “o golpe foi feito pela classe média do país, engendrado nos Estados Unidos com o apoio das empresas e políticos brasileiros reacionários”. Os empresários apoiavam os militares, pois um dos objetivos do golpe era implantar as multinacionais.

Em 9 de abril de 1964 a junta militar promulga o Ato Institucional nº1, conferindo ao Executivo a possibilidade de cassação de mandatos e suspensão dos direitos de quem fosse contra ao novo modelo, além de declarar estado de sítio, podendo ser prorrogado sem autorização prévia do Congresso. Castelo Branco (1964-1967) é eleito pelo Congresso Presidente da República. Esse novo governo será composto de conservadores da UDN, empresários e militares. Ao assumir o governo, Castelo Branco promulga Atos Adicionais, que previam a suspensão dos direitos políticos dos cidadãos, a cassação de mandatos parlamentares, as eleições indiretas para governadores, a dissolução de todos partidos políticos e a criação do bipartidarismo: Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O governo Castelo Branco teve uma forte política antiinflacionária a fim de atender à política externa e às classes que apoiavam o seu governo, como a burguesia industrial e a elite agrária, acarretando desemprego, diminuição salarial e falência das pequenas e médias empresas. Ainda ocorreu a proibição de greves e o controle salarial. Houve incentivo de investimento do capital estrangeiro no país bem como às exportações e produção de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos principalmente). Apesar da ampliação do mercado consumidor, a concentração de renda impediu que as classes menos abastadas se beneficiassem com o aparente crescimento econômico. Em 1965, surgiram o Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional, a fim de reestruturar as questões econômicas do país. O Congresso elege Artur Costa e Silva, considerado como um candidato de “linha dura”, para substituir Castelo Branco na Presidência da República.

O governo de Costa e Silva (1967-1969) foi marcado por diversos Atos Adicionais e redefinição do plano estratégico econômico nacional ao centralizar o poder decisório no Executivo. Além disso, lidou com o déficit público, a inflação e a incapacidade da estrutura financeira para atender às novas exigências do país. De imediato houve a tentativa de controle inflacionário com a redução de crédito, o controle dos salários e a emissão de moeda tirando de circulação o capital em excesso. Em dezembro de 1968, o governo baixou o Ato Institucional nº5, chamado por Cecília Coimbra (1995, p.17) de golpe dentro do golpe.

⁸ Em entrevista fornecida a autora em 11 de maio de 2010.

O AI nº5 objetivava a reafirmação do modelo de desenvolvimento econômico-social, e, dentre outros, a permissão ao Presidente da República em intervir nos estados e municípios, a cassação dos mandatos eletivos e a suspensão, por dez anos, dos direitos políticos de qualquer cidadão. Cecília Coimbra (1995, p.17) afirma que

a partir daí, o regime militar consolida a sua forma mais brutal de atuação através de uma série de medidas como o fortalecimento do aparato repressivo, com base na Doutrina de Segurança Nacional. Dessa forma, está garantido o desenvolvimento econômico com a crescente internacionalização da economia brasileira e a devida eliminação das ‘oposições internas’. Silencia-se e massacra-se toda e qualquer pessoa que ousa levantar a voz.

Com a institucionalização do Ato Adicional número 5 (o AI 5 foi extinto em 1978) foram legalizadas todas as arbitrariedades do regime, como as torturas, as prisões, a suspensão dos direitos políticos. De acordo com Lucia Klein e Marcus Figueiredo (1978), “as estruturas legais são desfiguradas pelas estruturas autoritárias que se implantam em 1964 e culminam para a nova ‘legalidade’ instaurada a partir de 1968”. Corroborando com os autores, Cecília Coimbra (2001, p.13-14) afirma que

apesar da implantação, em 1964, de um governo de força, somente a partir do AI-5 é que a tortura se tornou uma política sistemática do Estado. Na verdade, muitos opositores políticos foram torturados naquela primeira fase da ditadura militar, mas foram casos pontuais. A vitória dos militares da chamada linha dura, que ficou conhecida como o golpe dentro do golpe, instituiu o terrorismo de Estado, que utilizou sistematicamente o silenciamento e o extermínio de qualquer oposição ao regime. O AI-5 inaugurou também o governo Médici (1969-1974), período em que mais se torturou em nosso país.

Surgiram muitos aparelhos repressivos nessa época, como o Serviço Nacional de Informação (SNI), que coagiu todos os ditos subversivos, sob forte esquema de vigilância, levando o silêncio a todos os indivíduos; os centros de inteligência das Forças Armadas: Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR); Destacamento de Operações de Informações / Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI), órgão subordinado ao Exército que tinha como função combater “inimigos internos” que ameaçam a segurança nacional. Para Klein e Figueiredo (1978), “ao lado da coerção explícita existe a coerção implícita, representada por atos, leis e decretos que ameaçam indistintamente a todos (...). É a difusão da coerção e do medo”. A luta armada foi a alternativa encontrada pelos movimentos de esquerda para enfrentar o regime. Enquanto muitas pessoas foram mortas e torturadas, outras foram exiladas do país.

É preciso recuperar a memória das pessoas que viveram os anos de repressão ou que tiveram familiares envolvidos. Essa memória, que se difere da memória oficial, precisa ser

difundida para as gerações posteriores a para que não caia no esquecimento tudo o que foi vivido nos anos da ditadura civil-militar. Para Ferraz (2006), a memória oficial da ditadura brasileira (presente em monumentos, datas e comemorações) atualmente não consegue responder a complexidade de questões advindas do passado, já que a política atuante coletou apenas fatos relevantes a ela. E esses novos atores, como as mulheres, por exemplo, que aos poucos vão desvelando as memórias reprimidas, trazem à tona cenas de tortura, censura, opressão, dentre outras atrocidades. A memória é polissêmica, ou seja, há várias vozes e autores com sentidos diferentes para um mesmo fato, o que faz com que ela seja seletiva ao se escolher o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Diante disso, configura-se como um campo de disputas políticas e de poder.

Na memória das pessoas entrevistadas para essa pesquisa foi possível perceber que, na década de 60, ao mesmo tempo em que se vivia uma repressão política e social que afetava a vida pública, eram emergentes as novas formas de produções culturais que questionavam a sociedade burguesa e criticavam a modernidade. Havia um sentimento, de uma parte expressiva da população, de que era possível mudar o mundo, como afirma Eliete Ferrer⁹ (ver apêndice D) “a gente achava que ia modificar o mundo. A gente tinha certeza que ia ganhar a luta contra a ditadura”. A imprensa alternativa defendia os interesses dos grupos que representava, utilizando muitas vezes o humor como forma de alusão aos fatos que estavam ocorrendo. Nesse período, então, surgiram muitas revistas e jornais alternativos, como o Pif Paf, por exemplo.

⁹ Entrevista fornecida a autora em 11 de maio de 2010.

4. Cultura e Imprensa Alternativa no Regime Militar: traços de rebeldia

“Não ria se não achar graça. O Pif Paf é uma revista humorística, não é uma palhaçada.” (Pif Paf, n.3, p.19, 22 de junho de 1964)

Data do período entre 1964-1980 o surgimento e a existência de cerca de 150 periódicos da dita imprensa alternativa, ou independente ou nanica no Brasil (como por exemplo, Pif Paf, O Pasquim, O Sol, Resistência, Coojornal, Opinião, Em Tempo, Versus, entre outros). Caracterizavam-se por ter uma posição polêmica (e na maioria das vezes política, de resistência ao regime militar), estrutura modesta devido aos poucos recursos financeiros bem como o formato tablóide. Em relação à grande imprensa (aqui entendida como os meios de comunicação comerciais formadores de opinião, de grande circulação e alcance na sociedade), era mais audaciosa ao denunciar as arbitrariedades comuns à época, como tortura e prisões, além de ir contra o modelo político-econômico vigente.

Bernardo Kucinski (2003, p.14-15) classifica os jornais alternativos pós golpe de 64 em duas grandes classes:

alguns predominantemente políticos, tinham raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos 50 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos 60 (...) [os outros eram] mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, tinham suas raízes nos movimentos de contracultura norte-americanos (...) mas mesmo esses jornais alternativos de raízes mais existencialistas do que marxistas, atuavam no plano da contingência política, opondo-se ao regime até mais visceralmente.

É fato que a geração de 60 desejava fazer transformações sociais no país, o que acarretou no surgimento da imprensa alternativa à medida em que a sociedade intelectualizada necessitava de espaço para as suas reivindicações. A venda dessas publicações era feita em bancas ou “de mão em mão”, e o seu conteúdo baseava-se em política e cultura, expressando os interesses da classe média, dos trabalhadores, dos intelectuais, dos estudantes e também das classes menos abastardas, assim disseminado os abusos de poder do governo militar.

No turbilhão de exemplares de periódicos alternativos que surgiram, o Pif Paf é considerado oficialmente pelo Centro de Informação do Exército (CIE) marco da imprensa alternativa, sendo lançado em 21 de maio de 1964, logo após o golpe militar. Pode-se dizer que Pif Paf foi uma publicação efêmera pois teve apenas oito números, sendo fechada pelo governo, em 27 de agosto de 1964. A idéia de fazê-lo surgiu de Millôr Fernandes após a sua expulsão da Revista O Cruzeiro, onde trabalhava desde os quatorze anos de idade exercendo várias funções ao longo do tempo: desenhista, cronista, jornalista. Para Andréa Queiroz

(2008, p.4),

a produção de Millôr representava um instrumento de crítica às relações de poder e da política, como questionadora das atitudes governamentais, além da própria sociedade. O jornalista buscou nas estratégias humorísticas por meio das recriações e das invenções simbólicas uma maneira de expor suas idéias e indagações.

Na verdade, Pif Paf surgiu em 1943 como uma sessão da Revista O Cruzeiro (uma das mais importantes revistas da época), assinada por Vão Gôgo (pseudônimo de Millôr Fernandes). Possuía uma visão humorada dos fatos, fazendo uso do jogo de palavras. Após a publicação da fábula “a verdadeira história do paraíso”, em que fazia alusão aos personagens bíblicos ao questionar a existência do homem, Millôr foi expulso da Revista O Cruzeiro. O motivo estava na pressão que os setores religiosos conservadores exerciam sobre a sociedade e os meios de comunicação. Para o próprio Millôr era uma história inocente. Para Cláudio Gurgel¹⁰ (ver apêndice C),

Millôr era uma figura muito conhecida e se tornou ainda mais depois da ditadura. Ele escrevia em uma revista conservadora, O Cruzeiro. Ele era mais do que um humorista, porque o humorista sempre foi olhado pela intelectualidade e pela literatura como um intelectual de segunda categoria. Millôr era tido como um intelectual, diferente dos demais humoristas da época.

Em protesto à sua expulsão, Millôr lançou Pif Paf na imprensa alternativa (nota-se que com o mesmo nome de sua sessão na Revista O Cruzeiro), em 1964, aproximadamente dois meses após o golpe civil-militar, quando já ocorria a censura à imprensa. Contou com a companhia de Ziraldo, Jaguar, Claudius Ceccon, Fortuna, Sérgio Porto, Marina Colasanti e outros. Eram jovens preocupados em “fazer a cabeça” com o engajamento político-cultural do momento. A Revista Pif Paf teve um anúncio de seu lançamento no Jornal do Brasil de 21 de maio de 1964, como mostra a Figura 5.

¹⁰ Em entrevista fornecida a autora em 30 de abril de 2010.

AGORA DIRETAMENTE DO PRODUTOR AO CONSUMIDOR

Cada número é exemplar.

PIF-PAF

Cada exemplar é um número.

Um ponto de vista carióca.



Marcos de Vasconcellos

MUNDO CÃO

A resenha terrível do humor negro do Homem X Homem.



Fortuna

STRIPIF TEASE

Se você é uma garôta Pif — candidate-se a ser a mais Paf do ano.



Sergio Porto

500 CONTOS POR UMA PIADA

Agora você não tem mais motivos para ser um engraçadinho amador e chatear na sala de visitas. Ganhe 500 contos e torne-se também um insuportável profissional.



Yllen Kerr

O NOSSO CALENDÁRIO ESTÁ COM SEUS DIAS CONTADOS

Exclusivo para o Pif-Paf, diretamente do setor humorístico do Concílio Ecumênico e da ONU.



João Bilhencourt

AS GRANDES CANÇÕES BRASILEIRAS ILUSTRADAS

Amélia, o hino nacional do samba, completamente fotografado.

ANALISE DE UMA PIADA

O corpo de analistas do Pif-Paf estuda, à luz da ciência, uma piada internacional.

CARTILHA PARA O POVO

Sim, nós também educamos.

PIF-PAF

Como sempre, Confúcio, Haikais, Fábulas, poesias e desenhos sensacionais.



Ziraldo Pinto



Eugenio Nirsch



Claudius



Augusto Iriarte



Millôr Fernandes

PIF-PAF — sob a direção de Millôr Fernandes, internacionalmente conhecido e fichado.

NOTA IMPORTANTE. O leitor mais avisado notará, neste anúncio, que as fotografias não correspondem à personalidade dos nossos colaboradores. E, que nenhum deles está satisfeito com a própria cara.

AMANHÃ

EM TÓDAS AS BANCAS

Marina Colasanti¹¹ (ver apêndice B), que segundo Ruy Castro (1999, p.245) na época era namorada de Millôr Fernandes, relata a sua passagem no Pif Paf:

escrevi algumas coisas, participei de tudo, em certo momento fui até fiadora. A revista era feita entre amigos, movida a entusiasmo. Os papéis, fora o do editor, não eram rigidamente definidos. A revista tinha um cunho político mas não partidária. Era escancaradamente e arriscadamente de oposição. O público leitor da revista era de esquerda, de direita, o meio, os da frente, os de fundos. Quem podia, quem sabia ler, quem tinha acesso lia o Pif Paf. Mas é claro que, em termos de Brasil, é numericamente nada.

A época em que surgiu o Pif Paf foi marcada pela efervescência cultural, mobilização da juventude contra o autoritarismo implementado no país na década de 60. O ano era 1964. Apesar da implantação da ditadura civil-militar no país, nesse momento ainda era permitida alguma resistência ao governo imposto. Após 1968, com a institucionalização do AI n.5, os aparelhos de repressão ficaram mais rígidos com as manifestações de resistência. O humor foi a ferramenta encontrada para denunciar as arbitrariedades, possibilitando ao leitor uma visão crítica da realidade, Sendo, então, o elo de ligação entre o poder constituído e o povo. Para Eliete Ferrer¹² (ver apêndice D), “o Pif Paf foi um pré-Pasquim e quem lia eram os intelectuais. O Pif Paf é mais elitizado e o Pasquim até o cara da padaria lia, era mais popular e a tiragem era bem maior”.

No livro *Imprensa Alternativa e Literatura*, Millôr Fernandes dá um longo depoimento sobre o surgimento do Pif Paf:

em 63, uns amigos começaram a me pressionar para que eu fizesse o Pif Paf então autônomo, independente. Porque a minha seção na revista O Cruzeiro se chamava “Pif Paf”. Eu então fiz o Pif Paf. Digo eu porque, na verdade, levantei o dinheiro em bancos e fiz a revista, e organizei a revista, porque não havia condições das pessoas me darem mais cobertura do que a colaboração, por sinal, de alta qualidade. E esta revista, o Pif Paf, de todas as que estão por aí, inclusive O Pasquim, no qual trabalhei e outras de que participei, era uma das mais extraordinariamente estruturadas. Porque o Pif Paf não foi feito por acaso. Tinha uma estrutura, um pensamento do princípio ao fim. Foi feito para ser visto graficamente também, como um trabalho gráfico importante. E, além disso, não era um negócio pobre do ponto de vista gráfico, era feito em quatro cores. A revolução foi em 1º de abril, que eles depois retardaram para 31 de março. Eu ia sair naquele momento e esperei mais um mês. Um mês e nós saímos. E se vocês pegarem o Pif Paf, vão ver que não tomei conhecimento, em absoluto, da repressão que já estava no ar. Então, tem gozações violentas com Castelo Branco, tem gozações violentas com Magalhães Pinto, tem gozações violentas com Carlos Lacerda.

O periódico era voltado para a crítica dos costumes da época e por ter sido feito nas proximidades do golpe, foi considerado uma resposta a ele. Para Ruy Castro (1999, p.257), a crítica de costumes de Millôr incluía “comportamento, cultura, política, ciência, religião e o

¹¹ Em entrevista fornecida a autora em 27 de abril de 2010.

¹² Em entrevista fornecida a autora em 11 de maio de 2010.

que mais você imaginar”. De acordo com Jânio de Freitas (2005, p.7),

Pif Paf em revista foi a primeira iniciativa editorial de resistência ao arbítrio do regime policialesco. Não nasceu nem viveu para fazer militância política, muito menos partidária, mas só por ser uma revista de humor já era uma afirmação de liberdade.

Não possuía anunciantes, o que ajudou na sua extinção ao não sobreviver à concorrência do mercado editorial bem como os mecanismos de controle da informação. “Sem anúncios, uma revista independente só pode sobreviver se alcançar tiragem compensatória. O que exige, no mínimo, distribuição competente”, argumenta Freitas (2005, p.7). E assim a publicação durou apenas quatro meses, oito números e foi fechada. A sobrevivência do Pif Paf se deu, de acordo com Millôr¹³ (ver apêndice A), “pagando dívidas durante três anos, três depois de fechar”.

Por ter um cunho político, era de praxe o Pif Paf, uma revista de resistência democrática, responder com humor ao autoritarismo do governo militar que estava instaurado no país. Jornalistas tentavam manter viva a liberdade de expressão apesar da censura. Tal atitude resultou na prisão de alguns deles. Foi o que ocorreu com o cartunista Claudius, chamado de humorista-mártir pelos demais integrantes do Pif Paf. Ele foi preso pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) logo depois de lançado o primeiro número da revista e, segundo o próprio, a sua prisão foi um engano (ver apêndice F). Os desenhos e as charges de Claudius questionavam e até constrangiam os seus repressores, afinal o humor era feito contra a autoridade do governo. O questionamento do Pif Paf girou em torno da liberdade. O que era a liberdade? A prisão de Claudius, que foi solto dias depois, foi retratada em Pif Paf, por meio de um artigo de Millôr, como mostra a Figura 6:

¹³ Em entrevista fornecida a autora em 08 de março de 2010.

CLAUDIUS, o primeiro humorista-mártir do Brasil

Se você nunca pensou em dinamitar um porta-aviões, mandar pelos ares páios de munição, metralhar o Palácio do Governo, destruir a ponte Rio-Niterói ou esvaziar os pneus do Diretor de Trânsito, cuidado! Você pode vir a ser preso (1) a qualquer instante.

Da nada adiantarão seus protestos de inocência — todo culpado faz o mesmo — sua vida progressa ilibada — Hitler era vegetariano — e seu áibi insofismável, provando que não participou da Intentona Comunista porque ainda não havia nascido — outros, alegando o mesmo, acabaram «confessando». Você será pôsto em rigorosa incomunicabilidade (2) no Xadrez Especial (3).

Entregue às suas próprias elocubrações, logo perceberá, entre várias, três coisas principais:

1ª. — Nem você nem eles sabem por que você foi preso. (4)

2ª. — Nem você nem eles sabem por ordem de quem você foi preso. (4)

3ª. — Num esforço para solucionar essas duas coisas insolúveis e descobrir afinal, por que diabo logo você que não se chama Manuel nem mora em Niterói entrou nessa, começará a catalogar os possíveis motivos. Já na primeira madrugada de insônia, apesar do bom tratamento (5) que lhe dispensaram, você ficará estarecido com a quantidade de indícios terríveis que certamente motivaram tudo: aquela sueter vermelha, os papos no Zepelin, o torcer pelo América (o nome é pra distarçar, e a côr?!), e o número enorme de amigos subversivos (6) que você possui. Daí para sentir-se um esquerdista negativo, um perigoso agente comunocastriista, adepto de ideologias exóticas, incompatíveis com o nosso uêi of laile e as nossas tradições cristãs e occipitais é apenas um passo.

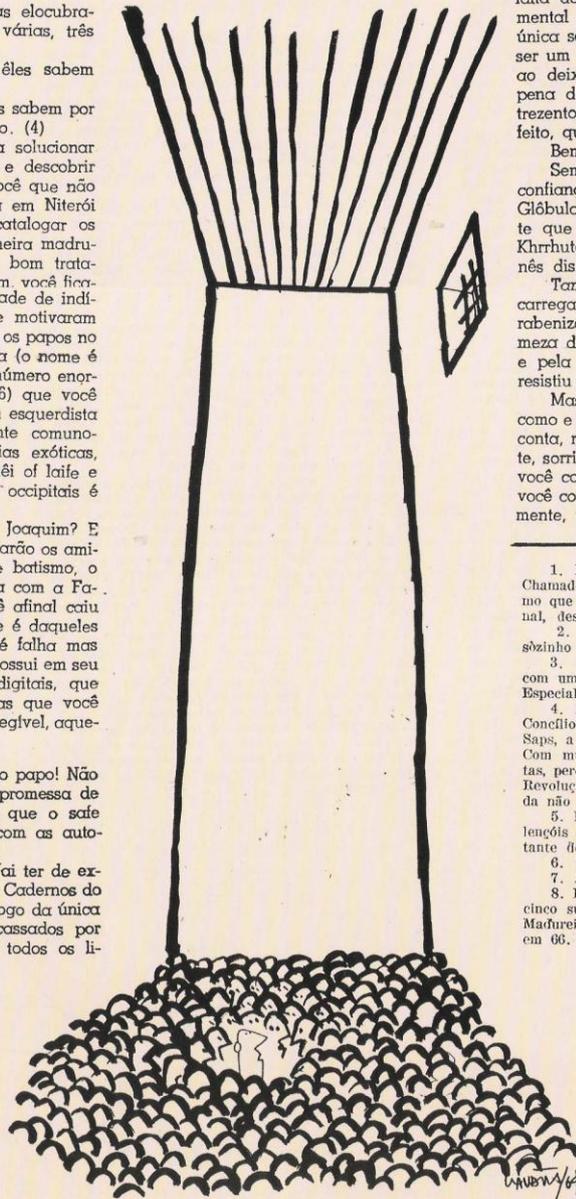
E agora, José? E agora Joaquim? E agora, Zarur? De nada adiantarão os amigos influentes, a certidão de batismo, o voto no Brigadeiro, a Marcha com a Família pela Propriedade. Você afinal caiu nas malhas da Lei, seu crime é daqueles que não compensam, a lei é falha mas não tarda e o Felix Pacheco possui em seu Instituto suas impressões digitais, que coincidem exatamente com as que você deixou ao assinar, com letra ilegível, aquela lista do JK.

Você, meu chapca, está no papo! Não há novena, pai-de-santo ou promessa de não comer mais sobremesa que o safe desta! O jeito é colaborar com as autoridades (7) e confessar tudo.

E confessar direitinho. Vai ter de explicar por que jogou todos os Cadernos do Povo da avenida Nieméyer, logo da única que teve direitos políticos cassados por 10 anos; por que escondeu todos os li-

RIGOROSAMENTE INCOMUNICÁVEL

!



vros de capa vermelha atrás da geladeira; por que não denunciou a prima do amigo do cunhado de seu vizinho, cujo namorado (dela) só lê Última Hora! Por que não participou da Campanha Cívica «Dedo Duro Parabéns ao Brasil»? E as armas? Onde estão as armas? E os Barões? Confesse! Aterrorizado, sentindo aquele vazio no estômago e a mesma tremedeira que a gente sente num exame oral de matemática, você perceberá que não se lembra de nada. Seu cérebro se transformará num liquidificador onde se misturam datas, nomes, fatos, seu primeiro beijo, aquele tombo da bicicleta, o médico de dentista e o filme impróprio para 18 que você viu com quinze. Sua falta de objetividade e natural confusão mental chegam a um ponto em que a única solução é acordar, porque só pode ser um pesadelo. Arrasado, você conclui, ao deixar o interrogatório (8), que sua pena deve variar entre cento e vinte e trezentos anos de trabalhos forçados. Bem feito, quem mandou ter nascido?

Bem, é aí que você é sóto.

Sem entender nada, enfrentará a desconfiança de parentes que leram o que o Glóbulo publicou e acreditam firmemente que você é irmão de criação de Khrushchevich e agente comunista chinês distarçado.

Também sem nada entender, será carregado em triunfo, homenageado, parabenizado, saudado e elogiado pela firmeza de seu caráter, de suas convicções e pela lealdade inabalável que a tudo resistiu sem revelar nada.

Mas o pior mesmo é explicar o quê, como e por que o negócio aconteceu. Você conta, repete, trepete e percebe finalmente, sorrisos de compreensão: mesmo sóto, você continua a nada revelar. E aí que você começa a se convencer de que, realmente, você é um sujeito formidável.

1. Preso — Detido para Averiguações — Chamado a Prestar Esclarecimentos: Eufemismo que significa de 15 dias a 2 anos e, ao final, desculpas pelo «lamentável engano».
2. Rigorosamente Incomunicável: Ficar sózinho numa cela onde já estão 80 pessoas.
3. Xadrez Especial: Um Xadrez infecto com uma tabuleta na porta, dizendo: «Xadrez Especial».
4. Não foi o Sublime Comando, nem o Concílio de Insegurança, nem o Drops, ou o Saps, a Caxex, a Cexim ou mesmo a Spricfin. Com muita insistência, ligando várias respostas, percebe-se que se foi preso pelos Ideais da Revolução, coisa bastante vaga, discutida e ainda não definida.
5. Bom Tratamento: Dormir no chão, sem lençóis e com uma única refeição diária constante de elementos não identificados.
6. Subversivo: Não «revolucionário».
7. Autoridade: Quem não está algemado.
8. Interrogatório: Processo através do qual cinco sujeitos o convencem de que o time do Maufureira deve ser a base do Selecionado em 66.

Figura 6: Claudius, o primeiro humorista-mártir do Brasil, Pif Paf, n.5, p.8, 15 de julho de 1964

Para Claudius (2005, p.13)

tinha tudo para dar certo, e estava dando. Mas aí mudaram o script. Entraram em cena os brucutus do golpe militar de 64, com a censura, a burrice institucionalizada, o medo, a violência oficial em defesa da tradição, da família e da impropriedade, a pusilanimidade das agências de publicidade e sua convivência com tudo isso – que incluía, naturalmente, sufocar economicamente qualquer tentativa de oposição.

Mais uma vez utilizando a ironia, Pif Paf agradeceu ao seu repressor por ter prendido o humorista: “Claudius em cana! Obrigado à DOPS! Ou nós também somos presos” (n.2, p.2).

Obrigado à DOPS, que afinal também se lembrou de nós. Esperamos que a família de Claudius – mulher, filho, pais, irmãos – possa ver com a mesma sábia compreensão e o mesmo sorriso de satisfação nos lábios o seu jovem chefe ser levado de casa numa emboscada para uma breve temporada de incomunicabilidade e terror.

O agradecimento se deve à lembrança que o DOPS teve com a classe dos humoristas, já que em sua grande maioria, só era preso quem incomodava e se o Pif Paf estava incomodando era sinal de que era um formador de opinião na sociedade. Liberdade foi o lema e a palavra mais empregada no Pif Paf, assim como o próprio já dizia “em todos os números do Pif Paf falaremos da liberdade. É um assunto que nos têm presos”. Tal liberdade não poupava nada e nem ninguém, inclusive o Presidente da República Castello Branco, ao ser eleito como “Miss Alvorada”.

De acordo com Queiroz (2008, p.6),

a ameaça que a imprensa alternativa representava aos estertores do poder estava exatamente na sua ousadia em falar de assuntos proibidos (proibição estas que chegavam às redações de todo país por meio de bilhetinhos) de forma irreverente e com uma certa sutileza na mensagem.

Em cada número da revista é possível encontrar uma sátira, uma provocação acerca de algum acontecimento. No número 1: “Não temos prós nem contras, nem sagrados profanos”. O número 2 continha o “Jogo da democracia”, com nomes e situações que representavam a conjuntura política nacional da época. A partir do número 4 foi idealizado o concurso “Miss Alvorada 65”, com possíveis pretendentes à Presidência da República. A partir do número 5 o surgimento do maiô de duas peças, o biquíni (ou como eles chamavam, monoquíni) foi destacado. No último número, o oitavo, decretava que “se o governo continuar deixando que circule esta revista, dentro em breve estaremos caindo em uma democracia”, como mostra a Figura 7.



Figura 7: Advertência, Pif Paf, n.8, p.2, 27 de agosto de 1964

Segundo o Jornal do Brasil, em uma nota publicada na página 8, em 27 de agosto de 1964 (figura 8), com essa advertência, o Pif Paf enfatiza dois pontos em evidência na época: a política e as mulheres. E mesmo sob a ameaça do governo em fechá-lo, os humoristas não perderam a chance de desvelar o regime de repressão vigente. Diante dessa ousadia, o Jornal do Brasil achou que a revista ainda ia perdurar por muitos anos, mesmo com Heron Domingues (jornalista e radialista da Rádio Nacional, era o locutor do programa Repórter Esso no período de 1944-1962, e ficou conhecido como o locutor oficial da ditadura. Em 1961 ingressou na TV Tupi, e posteriormente na Rede Globo) anunciando o seu término. O que não aconteceu.

Pensamento

Se o Governo continuar permitindo que os políticos façam tanta política, os jornalistas escandalizem, os agitadores inquietem e tudo como se pratica atualmente, quatro meses depois de abril, então — conclui a revista Pif-Paf que amanhã hoje aberta nas bancas — “acabaremos caindo numa democracia”. A contracapa deste número contém apenas esta constatação. Alias, Pif-Paf continua aproveitando bem os dois assuntos de maior atualidade: as mulheres e a política, fonte de inspiração eterna. Mas, ainda não se vê na contingência de ser vendida dentro de envelopes. Depois de anunciado o fim da revista, na extrema-união que lhe deu Heron Domingues, Pif-Paf foi tomada de gana de viver e seus problemas desapareceram. A revista vai durar anos, pelo visto.

Figura 8: Pensamento, Jornal do Brasil, p.8, 27 de agosto de 1964

Com o fechamento do Pif Paf, Millôr ajudou a criar O Pasquim, outro periódico alternativo da época. Breve foi a existência do Pif Paf, mas longa foi a sua vida, já que influenciou outras publicações que o tiveram como modelo. Para Marina Colasanti (ver apêndice B), “a repercussão do Pif Paf na sociedade foi o maior sucesso. Mas durou pouco demais para firmar-se como presença e referência”. Segundo a publicação Cadernos de Comunicação (2005) a causa principal para o fechamento da Revista pelo governo foi a publicação da fotomontagem do Presidente Castello Branco como uma pretendente ao concurso de “Miss Alvorada”, como mostra a Figura 9. Para Millôr, segundo publicado no livro Imprensa Alternativa e Literatura (1987),

o Pif Paf foi fechado por um conluio entre o governo federal e o governo estadual aqui, que naquela época era o Carlos Lacerda, com o Coronel Borges que dirigia a polícia dele, e como ninguém estava satisfeito. Eu num certo momento não tive forças para lutar, eles começaram a apreender um número, depois devolveram o número, depois o oitavo número eles apreenderam todo e eu não tinha mais dinheiro para fazer. Eu me lembro que estava extenuado do ponto de vista físico, de trabalho que eu fazia, e com uma dívida que não sabia como pagar, realmente não sabia como pagar. Mas no dia em que eu fechei tudo, decidi fechar e fechei, e resolvi os problemas todos e formulei a dívida, me deu um tremendo alívio.

ou melhor
**Miss Alvorada 66
se Deus quiser**

Publicamos hoje a nossa segunda candidata ao título de MISS ALVORADA 1965, de acôrdo com a sugestão do leitor Carlos Kubitschek de Barros Pinto. Infelizmente temos que pedir desculpas pelo pequeno adiantamento que houve para a data final do concurso, mas é que o membro mais importante do Júri, a senhorita Costinha, achou que o prazo era realmente demasiado curto para tão importante decisão. Assim sendo passaremos a chamar nossas candidatas, de agora em diante, de MISS ALVORADA 66, SE DEUS QUISER. Esperamos que o sucesso de nossa primeira apresentação exclusiva (quando retratamos a senhorita Ademarina Urnamarajoara) seja seguido pelo de hoje, em que apresentamos outra encantadora concorrente ao esperado título.

Senhorita Magalhães Boa Pinta, Representante de Minas Gerais



Figura 9: Miss Alvorada, Pif Paf, n.6, p. 23, 27 de julho de 1964

De fato, ao fechar o Pif Paf, o governo caiu em uma cilada, como afirma Mainardi (2005), pois o “Pif Paf tirou a ditadura do armário. Com a ditadura fora do armário, ficou mais fácil de enfrentá-la”. Essa revista, na verdade, representou a memória de toda uma geração.

Pif Paf foi uma revista que também mostrou os costumes da época e a emancipação feminina que estava em voga. Para Jânio de Freitas (2005, p.7),

mulheres, naquela altura eram muito valorizadas. E o Pif Paf mostrou isso. Mostrando-as. Valorizadas mas não em toda parte. Ou, o que dá no mesmo, em todas as partes. Um certo coronel Borges, chefe da Secretaria de Segurança do governo Lacerda, também chamada de Gestapo, reagia como se pessoalmente insultado quando confrontado com uma foto de mulher, que ordinária, de coxas e barriga expostas pelo biquíni. E olha que biquíni de hoje serviria de avental. Uma das qualidades do Pif Paf era que nunca lhe faltaram mulheres com biquínis, ou sem.

O depoimento acima demonstra que a sociedade da época estava dividida em opiniões. Era fácil encontrar quem caracterizasse as mulheres subversivas em prostitutas e as mulheres virgens em pudicas, aquelas que eram para casar. Essa dicotomia e as relações de poder entre o público e o privado, entre homem e mulher, na verdade sempre percorreram a história das mulheres ao longo dos anos e foram retratadas nas páginas de Pif Paf.

5. Pif Paf e as representações da(s) mulher(es) no período 1956-1964

“Mulher eficiente, compreensiva, meiga e resignada pode ser encontrada facilmente sempre no mesmo lugar: letra de samba.” (Pif Paf, n.7, p.5, 13 de agosto de 1964)

A fim de elucidar as questões apresentadas nesse capítulo, é importante que primeiramente seja feita uma análise crítica da história das mulheres (mais precisamente da história da emancipação feminina), para que sejam compreendidas as charges publicadas na Revista Pif Paf. Em um contexto histórico, a presente pesquisa está inserida no primeiro momento que Antônio Flávio Pierucci (1999) denomina como a grande impulsão teórica do feminismo, ou seja, a primeira onda do feminismo, aquela que se estende até o final dos anos 60 e possui uma característica igualitarista, buscando a transformação do sexismo, a fim de equiparar mulheres e homens em relação aos seus direitos (substituição do discurso misógino para o discurso andrógino). Ou seja, é a substituição do discurso que prega a aversão ao feminino para o discurso que mistura características do universo feminino com o do universo masculino.

Refletindo acerca das representações da mulher nas charges é importante que o enfoque dado ao gênero seja o de uma categoria constituída historicamente e de grande importância para os estudos sobre humor gráfico. O estudo do gênero tenta compreender as relações entre homens e mulheres em um dado momento da história.

5.1 A história das mulheres e relações de gênero

A história das mulheres, como campo de estudo, surgiu da necessidade das historiadoras de incluir as mulheres como objeto da História. É decorrente do movimento feminista a partir dos anos 60. Entretanto, Jules Michelet, no século XIX, realizou um estudo acerca da inserção das mulheres na esfera privada, e concluiu que quando elas se aproximavam do espaço público causavam desequilíbrio ao furtarem os papéis tradicionalmente masculinos. O grupo dos Annales, na década de 30, representados por Lucien Febvre e Marc Bloch, contribuiu para a inclusão das mulheres na história. A corrente marxista considerou que a oposição entre homens e mulheres seria resolvida com a implementação de uma sociedade sem classes. Na década de 60, há uma relativização da importância dos métodos e dos conceitos até então rígidos, abrindo espaço para que a história das mulheres fosse ligada ao cotidiano e não à rigidez dos pressupostos. A História Social também ajudou o estudo de

grupos até então excluídos da História, assim sendo, as mulheres passaram a ser objeto e sujeito da História.

O pioneirismo da emancipação feminina pode ser datado da Revolução Francesa (século XVIII), quando mulheres republicanas reivindicavam que a máxima “liberdade, igualdade e fraternidade” se estendesse também às mulheres, dando-lhes o direito à chamada cidadania. Em 1848, um grupo de mulheres lideradas pelas americanas Lucretia Mott e Elizabeth Stanton, durante a primeira Convenção de Igualdade de Direitos, realizada em Nova York, exigiu igualdade entre os sexos, principalmente no que tange à educação, aos direitos políticos e ao trabalho.

De fato, a luta pela emancipação feminina sempre foi vista pela sociedade e segmentos políticos como uma ameaça à organização social cujo predomínio é a dominação masculina, assim como observa Roger Chartier (1995). Esse cenário também era ratificado, no século XIX, pela ciência, a exemplo da Filosofia, que segundo Rachel Soihet (2004, p.15) “considerava que a inferioridade da razão entre as mulheres era fato incontestável, cabendo a elas apenas cultivá-la na medida necessária ao cumprimento de seus deveres naturais: obedecer ao marido e cuidar dos filhos”.

A Medicina sustentava a teoria de que a fragilidade, a afetividade e o instinto maternal, caracteristicamente femininos, em detrimento das faculdades intelectuais, eram virtudes biológicas das mulheres. Ao passo que os atributos da força física, a autoridade, a racionalidade e a aptidão sexual eram propriedades caracteristicamente masculinas. O médico e criminalista Cesare Lombroso, de acordo com Soihet (2004), ainda no século XIX, acreditava que a mulher apresentava características semelhantes às de uma criança tendendo para a vingança e para o ciúme. Tais características só seriam amenizadas pela maternidade, considerada uma função primordial que comandaria a organização biológica e psicológica da mulher. Qualquer característica que pudesse ameaçar a maternidade era combatida ferozmente. As mulheres que possuíam grande capacidade intelectual seriam criminosas natas a ponto de cometerem o infanticídio, cabendo a elas somente o suicídio, o delito ou a prostituição.

Na passagem do século XIX para o XX, a mulher emancipada e intelectual não era bem vista pelas outras mulheres. A emancipação era sinal de auto-sustentação, sem o auxílio do marido, prática condenada na época. As mulheres que abdicavam do casamento e da maternidade (características consideradas naturais, ou seja, eram dignas de todas as mulheres) tinham tratamento diferenciado pela sociedade, que as negava. O temor da emancipação feminina era baseado na competição entre homens e mulheres. Essa

competição arruinava as características naturais femininas, pois, por exemplo, em tese, se a mulher passa a trabalhar fora de casa não terá tempo para a maternidade.

No início do século XX, no Brasil, com os crescimentos industrial e demográfico, a mulher passa a ter um papel fundamental no imaginário burguês, em relação às questões do trabalho. Enquanto a sociedade industrial requer a presença ativa da mulher na cidade, a sua representação simbólica a enclausura no lar. Segundo Margareth Rago (1985, p.62), era importante que as mulheres ricas tivessem uma boa educação como fonte de preparação para o casamento. Às mulheres pobres e solteiras, viúvas ou abandonadas estava destinado o trabalho de menor qualificação, como nas fábricas e também no comércio.

A ascensão profissional da mulher foi interrompida pelo modelo da esposa dona-de-casa, mãe de família, que deveria promover o bem estar de cada membro da família, além de ser responsável pelo o que pudesse comprometer o bom andamento da vida cotidiana. Essa mulher deveria ser afetiva, mas assexuada e frágil e ao mesmo tempo controladora do lar. Mesmo os operários enxergavam a realização da mulher por meio de seus filhos e marido. De fato, havia o medo de que tivesse um desequilíbrio na relação entre os sexos (no caso da emancipação feminina). Mas para Soihet (2004, p.18)

não apenas a questão da profissionalização feminina mereceu severas críticas. As demais reivindicações do gênero, com vistas ao exercício da plena cidadania, particularmente a luta pelo voto, eram objeto de chacotas, com o propósito de ridicularizá-las.

Segundo Céli Regina Pinto (2003, p.14), é possível identificar três vertentes do feminismo no Brasil no século XX. A primeira vertente foi um movimento de alcance nacional, com a liderança de Bertha Lutz,¹⁴ que ficou marcado pela luta das mulheres por seus direitos políticos, como a participação eleitoral. Em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, ocorreu o sufrágio feminino, ou seja, as mulheres teriam o direito ao voto e também de se candidatarem. Essa vertente é considerada branda do ponto de vista da luta das mulheres pela cidadania sem interferir na condição do homem. A segunda vertente é o feminismo expresso nas diversas manifestações da imprensa feminina alternativa, sob liderança de intelectuais preocupadas com a educação da mulher e com a dominação masculina ao afastá-las do espaço público. A última vertente se apóia no movimento anarquista, e posteriormente no Partido Comunista. Mulheres intelectuais, estudantes bem

¹⁴ Bertha Lutz criou as bases do feminismo no Brasil fundando a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), em 1922, após ter representado o Brasil na assembléia geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada nos Estados Unidos. As principais bandeiras de luta eram mudanças na legislação trabalhista com relação ao trabalho feminino e infantil, e até mesmo a igualdade salarial.

como militantes de esquerda, tendo como principal expoente Maria Lacerda de Moura¹⁵. Eram a favor da liberação total da mulher, privilegiando as questões trabalhistas. Ainda de acordo com Pinto (2003, p.34), os ideais anarquistas e comunistas tinham questões ambíguas em relação às mulheres, pois ao mesmo tempo em que inseria a mulher no espaço público em favor do movimento revolucionário, não distinguia a dominação feminina da dominação de classe, pois

por um lado, diferentemente do pensamento dominante da época, incorporava a mulher ao espaço público como companheira revolucionária; por outro, tinha muita dificuldade em aceitar a questão da dominação da mulher como um problema diferente do da dominação de classe.

A tradição e os valores conservadores estavam presentes na década de 50. As mulheres se casavam cedo e virgens. A virgindade era sinal de pureza e boa moral perante a sociedade, além de ser elemento primordial para que fosse realizado um bom casamento. Elas deveriam ser bem educadas, donas-de-casa, esposas e mães. Entretanto, a vontade de se emanciparem e de se verem livres das amarras da década, fez com que as mulheres entrassem na universidade (desbancando a máxima da época de que a mulher não deveria ser mais inteligente do que seu marido, somente o suficiente para conversar com ele) e no mercado de trabalho em postos, condições e salário inferiores aos dos homens. A visão de que se tinha da mulher que trabalhava fora era aquela das classes menos favorecidas de que muitas vezes seus maridos não tinham como sustentá-las. Além disso, o pensamento também era de que trabalhando fora a mulher não teria como ser uma boa dona-de-casa e cuidar bem do marido e dos filhos. Segundo Eliete Ferrer¹⁶ (ver apêndice D), “as meninas eram todas virgens, preocupadas com as suas virgindades, com o seu casamento. Para mim, escola e faculdade eram degraus para a liberdade”.

As grandes influências culturais da década de 50 foram os filmes americanos, as revistas femininas e o rádio, principalmente com o surgimento das Rainhas do Rádio Emilinha Borba, Ângela Maria, Marlene, Dalva de Oliveira, entre outras. A rádio novela era outra forma de lazer das mulheres. Traziam histórias passionais que não eram dignas de uma boa moça e, por isso, somente povoavam o imaginário das mulheres da época. O cinema mostrava a moda estrangeira e apresenta o *rock* ao mundo.

As revistas femininas, escritas por homens, ditavam o comportamento que a boa moça deveria ter. Elas davam lições de moral e bons costumes para a formação de uma esposa e

¹⁵ Maria Lacerda de Moura é considerada uma das pioneiras do feminismo no Brasil, defendendo, sobretudo, o sufrágio feminino.

¹⁶ Idem.

uma mãe exemplares, uma dona-de-casa competente, o que era considerado o destino natural das mulheres. Eram de fato verdadeiros manuais de conduta. Apesar dessa determinação, havia uma classificação das mulheres segundo as revistas femininas da época em “mulheres de família” (tinham respeito social e possibilidade de um bom casamento) e “mulheres levianas” (mal faladas e inconseqüentes).

Para as mulheres cabiam a maternidade e a vida doméstica ao passo que para os homens cabiam a força e a participação no mercado de trabalho. As mulheres tinham medo de ficar solteiras, pois as regras sociais não permitiam que elas se aventurassem em namoros ocasionais e também isso significaria que teriam que se auto-sustentar. Para Carla Bassanezi (1993, p.114), no modelo dominante de família na época,

as distinções de gênero delegam aos homens autoridades e poder sobre as mulheres – são considerados os “chefes da casa”. As mulheres, por sua vez, são definidas a partir dos papéis femininos tradicionais (prioritariamente mães, donas de casa e esposas, vivendo em função do outro, o homem) e das características consideradas “próprias das mulheres” englobadas no termo “feminilidade” (pureza, doçura, resignação, instinto materno etc). Aos pais de família cabe sustentá-la com seu trabalho, enquanto que as esposas devem se ocupar das tarefas domésticas, dos cuidados com os filhos e da atenção ao marido. Estas relações são definidas por um conjunto de normas sociais, mas aparecem em termos de representações como naturais, desistoricizadas e válidas para todas as classes.

O término da década de 50 ficou marcado por uma geração ávida pelo consumismo influenciado pela prosperidade econômica. A década de 60 já prometia uma mudança no pensamento dos jovens sob o lema de liberdade (*on the road*), opondo-se então à sociedade de consumo. As mulheres passaram a usar minissaia, maquiagem carregada nos olhos, cabelos longos com franja. A Jovem Guarda também ditava moda. Na praia, a moda era o biquíni e o monoquíni, como mostra a Figura 10, uma charge de Fortuna.

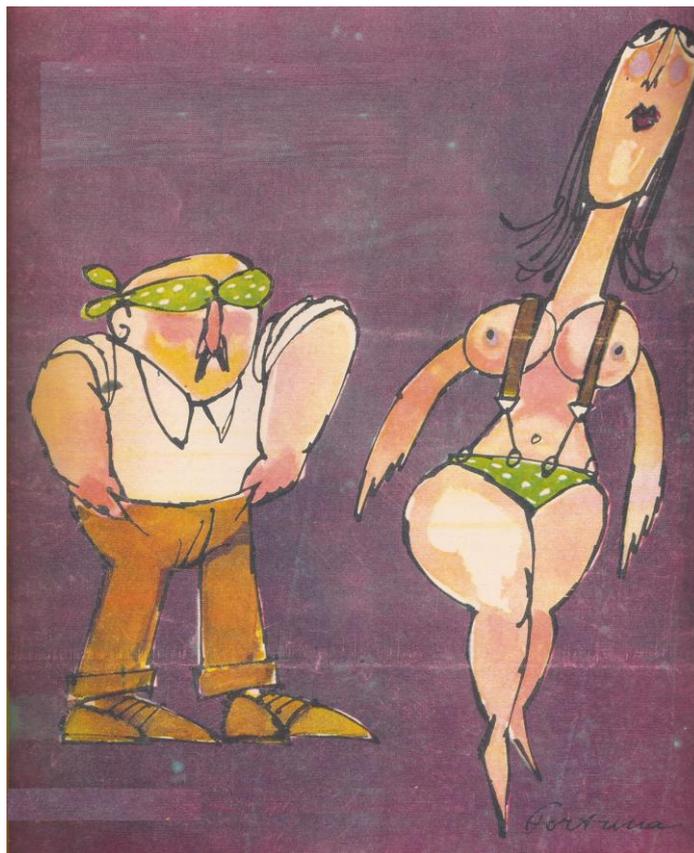


Figura 10: Charge publicada por Fortuna, Pif Paf, n.5, capa, 15 de julho de 1964

A preocupação de Fortuna na charge gira em torno do monoquini, uma das grandes questões dos autores em relação à indumentária feminina. Tratava-se de uma peça desprovida da parte superior (o famoso *topless*), criado em 1964, símbolo de liberdade. Cobria o corpo a partir das coxas até um pouco acima da cintura, onde duas tiras finas se cruzavam entre os seios e sobre as costas (como se fosse um suspensório). Ao mesmo tempo em que representava a emancipação da mulher, essa vestimenta mexia com o imaginário masculino tanto que foi tema de uma música de Roberto e Erasmo Carlos, em 1965:

Eu sou fã do monoquíni
“(...) Não posso contar o que vi
Mas sei que nunca mais esqueci
Broto tem que usar monoquini
Não suporto mais o biquíni (...)”.

Para Pereira (2008, p.128), sob o ponto de vista estético, essa charge possui contraste entre os personagens retratados: um homem baixo X uma mulher alta. O homem é baixo,

gordinho e não possui pescoço, ao passo que a mulher é alta, tem um corpo esbelto para os padrões da época e tem um pescoço comprido. Os seios fartos da mulher não são cobertos pela parte superior do seu monoquíni pois, de tão pequena, a parte superior cobriu apenas os olhos do homem.

Os olhos vendados do homem sugerem a não aceitação de parte da sociedade em relação ao surgimento de novos valores da juventude da época. Cada segmento tinha a sua forma de protestar contra os acontecimentos ocorridos na época, e as mulheres, em particular, ousaram no *topless*.

Eliete Ferrer¹⁷ (ver apêndice D) lembra que usava maiô de duas peças emprestado de sua prima. Era um short e um sutiã do mesmo tecido. “Meu pai jamais comprou maiô porque julgava ser uma coisa supérflua e indecente.”

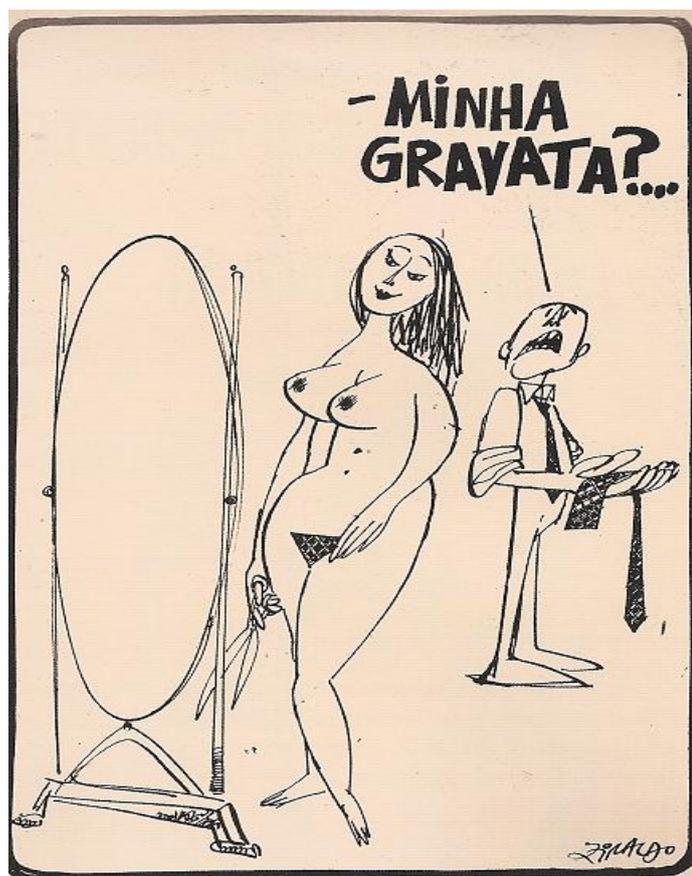


Figura 11: Charge publicada por Ziraldo, Pif Paf, n.5, p.15, 15 de julho de 1964

Com uma temática semelhante, a Figura 11, uma charge de Ziraldo, retrata o receio e a perplexidade do homem diante da liberdade da mulher: a moda dos anos 60 a liberou para usar o biquíni. Esse assunto foi alvo de quatro edições do Pif Paf, demonstrando o temor de

¹⁷ Em entrevista fornecida a autora em 11 de maio de 2010.

alguns segmentos da sociedade com algumas atitudes femininas. Com tamanha liberdade, a mulher recorta a gravata do homem (indumentária formal) e com os retalhos confecciona o seu biquíni (indumentária informal), sem medo de mostrar o seu corpo. Enquanto o homem saía para trabalhar, a mulher ia à praia com um traje de banho de duas peças. É claro que há exagero em relação ao tamanho do biquíni aqui representado, apesar disso o uso de duas peças na praia no lugar do maiô ainda era um choque para a sociedade conservadora.

O sentimento que Cláudio Gurgel¹⁸ (ver apêndice C) tinha daquela época é que as mulheres estavam saindo de casa, querendo romper com as limitações, querendo trabalhar. O marcante das mulheres era a liberdade sexual e a ousadia.

Trabalhar era uma coisa importante, fazia parte da revolução a mulher trabalhar. E as mulheres dependiam disso. Mesmo as mulheres que não julgavam que trabalhavam, porque trabalhavam enormemente dentro de casa, mas julgavam que não trabalhavam, porque o conceito de trabalho estava associado ao emprego na rua, defendiam o direito de trabalhar, a necessidade das mulheres trabalharem e não se tornarem dependentes dos homens, etc. E também depois de 64, não por ser 64, mas acho que por conta de tudo aquilo ali, que estava acontecendo, a emergência do poder jovem, a pílula anticoncepcional...

Era um choque entre o público (ligado às atividades masculinas, ao trabalho e ao sustento da família) e o privado (relacionado às atividades femininas: cuidar da família, do marido e da casa).

¹⁸ Entrevista fornecida a autora em 30 de abril de 2010.



Figura 12: Charge publicada por Jaguar, Pif Paf, n.5, p.23, 15 de julho de 1964

Na Figura 12, uma charge de Jaguar, são enfatizados mais uma vez o biquíni e o monoquíni, remetendo a ideia de como o biquíni seria mono, ou seja, de uma peça só. Seria praticamente um *topless*. Mono também remete a macaco no idioma espanhol, por isso a figura do macaco vestindo um monoquíni é a representação autêntica da peça do vestuário.

A figura do macaco povoava o imaginário da sociedade na época, principalmente nas representações das esquerdas, para criticar e denunciar o autoritarismo do governo militar. Para Motta (2006, p.41), o macaco “enquadra-se perfeitamente nas teorizações clássicas do riso, pois se tratava de zombar do outro através do rebaixamento grotesco, nesse caso representando o inimigo político como animal”. O animal, que remete à ideia de brutalidade e ignorância, ao ser utilizado nessa charge induz que o governo militar concorda com a utilização do monoquíni. A nova moda foi aprovada pelo governo.

A charge também faz alusão ao “suspensor anatômico Big Varonil”, em evidência no final dos anos 50. Era uma peça do vestuário masculino destinada às partes íntimas, em que a propaganda era feita por um gorila trajando a peça. Segundo Santos (2008, p.141), “para a intimidade dele: Suspensor anatômico Big – é varonil”.

O desejo de se rebelar e de ter liberdade de expressão e sexual permitiram novos

comportamentos adotados pelas mulheres e marcaram a década de 60. O comportamento sexual feminino mais liberal, com a busca do prazer desvinculada da procriação, podem ser observados na Figura 13, uma charge de Ziraldo, que representa com humor a liberdade sexual da mulher. Ela busca o prazer, e é completamente sedutora. Com a permissão da sociedade para o uso do biquíni na praia, a mulher “exagera” ao vestir uma *lingerie* para freqüentar tal ambiente. Atitude, inclusive, reprovada por outras mulheres mais conservadoras. Com a liberdade sexual, a mulher se vestia para seduzir sem pudores.

Eliete Ferrer¹⁹ (ver apêndice D) enfatiza que “a nudez não é tão sensual como a mulher vestida. E essas revistas são isso: a emancipação da mulher, a ridicularização do homem. Ridiculariza a mulher? Acho que ridiculariza muito mais o homem machista do que vulgariza a mulher”.



Figura 13: Charge publicada por Ziraldo, Pif Paf, n.8, p.16, 27 de agosto de 1964

¹⁹ Em entrevista fornecida a autora em 11 de maio de 2010.

O surgimento da pílula anticoncepcional foi considerado uma revolução no campo da sexualidade à medida que permitia à mulher o seu autocontrole sobre a natalidade e a sua sexualidade. Segundo Cláudio Gurgel²⁰ (ver apêndice C), “algumas pessoas têm uma lógica tecnocrática e dizem que a pílula anticoncepcional provocou a liberação das mulheres, mas na verdade a liberação das mulheres é que deu origem à pílula anticoncepcional”. Para Eliete Ferrer²¹ (ver apêndice D), “a descoberta da pílula anticonceptiva foi uma alegria, embora tínhamos alguns problemas como engravidar e não tomarmos a pílula direito”.



Figura 14: Charge publicada por Jaguar, Pif Paf, n.2, p.15, 07 de junho de 1964

A Figura 14, uma charge de Jaguar, mostra o quanto a emancipação da mulher assusta o homem. A liberdade sexual, o surgimento da pílula anticoncepcional permitiram que a mulher buscasse o prazer desvinculado da procriação, bem como uniões conjugais fora dos padrões tradicionais de casamento, e do “felizes para sempre”. A favor de sua satisfação sexual a mulher seria capaz de trair o seu marido colocando à prova o seu casamento.

A traição feminina é retratada no Pif Paf na sessão de Millôr Fernandes “Os mil sintomas das mulheres nos traírem”, mostrada na Figura 15, através da narrativa de alguns casos que

²⁰ Em entrevista fornecida a autora em 30 de abril de 2010.

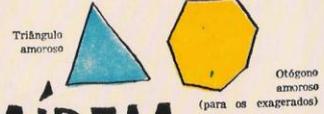
²¹ Em entrevista fornecida a autora em 11 de maio de 2010.

chamam a atenção do homem pela possibilidade de sua esposa o estar traindo, como por exemplo:

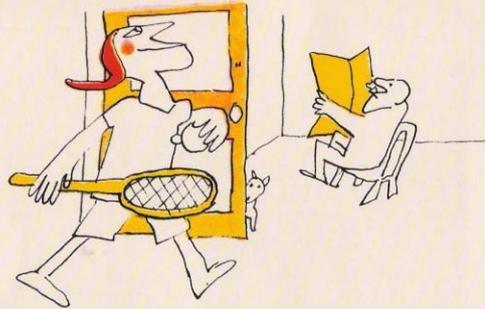
você está lendo o jornal à mesa do café. É de manhã e o sol dourado entra pela janela. Você pára de repente numa página, e sabe-se lá por que, lê em voz alta a notícia escrita em letras garrafais: “José Caraminhola surpreendeu a cara-metade em flagrante adultério e apunhalou-a brutalmente, depois do que, não satisfeito, disparou sobre ela toda a carga do seu revólver, além disso matando-a a ponta-pé”. Você olha para sua mulher – ela está completamente pálida. (Pif Paf, n.5, p.18)

MILLÔR, CATEDRÁTICO DE DESQUITES AMIGÁVEIS PELA UNIVERSIDADE EXTRA-CONJUGAL DO MEYER, TEM, DE REPENTE, UM REPENTE PASSIONAL, E FALA SÔBRE

OS MIL SINTOMAS DAS MULHERES NOS TRAIREM



No momento em que você está mais seguro de si mesmo, uma destas coisas sutis (ah, muito sutis!) lhe acontece. E então você percebe que já não é mais o "primus-inter-pares" (falei em primo? cala-te boca!) isto é, o dono e senhor de todos os seus (dela) pensamentos.

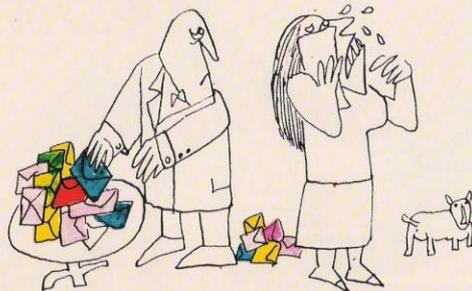
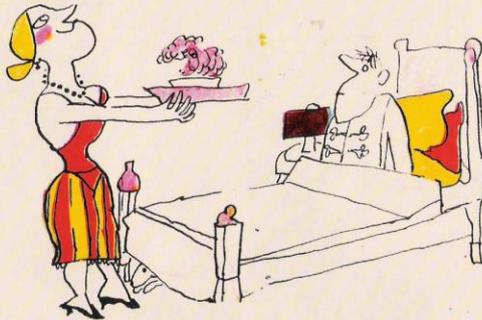


Sim, irmão, éste é um sintoma de que você talvez não seja mais solitário e cqüestre no afeto dela:

Você está lendo o jornal à mesa do café. E' de manhã e o sol dourado entra pela janela. Você pára de repente numa página e, sabe lá por que, lê em voz alta a notícia escrita em letras garrafais: "José Caraminhola surpreendeu a cara-metade em flagrante adultério e apunhalou-a brutalmente, depois do que, não satisfeito, disparou sôbre ela tóda a carga do seu revólver, além disso matando-a a ponta-pés". Você olha para sua mulher — ela está completamente pálida.

Êste é outro sintoma ruim, outra afirmação negativa do seu desprestígio:

Ela não é, positivamente, uma mulher esportiva. Realmente sempre foi contra mulheres que praticam esporte, acha que isso é coisa para homens. De repente, porém, só entra e sai de raquete na mão, ou levando às costas um saco cheio de tacos de golfe. Você não lhe pergunta se joga, nem onde joga. Mas ela insiste em contar os "single" que venceu e os "hole" que fez. E há em seus olhos um novo brilho, há em seu coração uma nova ânsia de viver.



3º sintoma:

Volta e meia, mexendo numa gaveta, abrindo a porta de um armário, ou mesmo em cima das mesas, displicentemente jogadas, você encontra cartas enviadas a ela por amigas, conhecidos, pessoas que você não sabe quem são, nem lhe interessa saber. Você nunca procurou ler essas cartas e ela aparentemente jamais se importou em guardá-las melhor.

Lá um dia, porém, você não tem o que fazer e, vendo uma carta sôbre a mesa, resolve lê-la. No momento exato em que você pega a carta, sua mulher aparece e faz uma cena de choro, um verdadeiro ato de novela. Berra que você não confia nela, que ela nada teme, nada tem a esconder, sua vida é um livro aberto. E no entanto, depois disso, você passa a notar que sempre que chegam cartas ela vai correndo ver o que é, antes que você o faça: Moral: com o choro ela se garantiu para que você não mexa nas cartas, mas, mesmo assim, não arrisca.

4º sintoma:

Em cinco anos de casada ela restringiu a sua vida ao lar, pouco se preocupando com a nossa pessoa física, a não ser para nos reter em casa. Mas certo dia, ao acordarmos, deparamos com um belo mingau à nossa frente. Depois do mingau aparece quente o café que sempre veio frio. E torrado o pão que normalmente é branco. Junto desse novo cuidado dela por nós surgem também alguns telefonemas durante o expediente, perguntando: "Como vai, querido? Está tudo bem?" "Trabalhou muito de manhã, meu bem?" "Por que você não vai jogar hoje na casa do Anselmo?"

Assim se passam os dias e os meses, ela cada vez mais solícita. Tanto que nos prendia antes, agora parece que, finalmente, compreendeu nossas necessidades de pássaro homem e quer emprestar ambiente mais amplo ao ruflar de nossas asas. Tradução moral: "Se eu te trato tão bem e tenho tanta confiança em ti tu também deves confiar cegamente em mim".

A Figura 14 também sugere uma prática que estava em voga nos anos 60: o amor livre. Três pessoas entrevistadas para essa pesquisa olham para o amor livre de perspectivas diferentes. Segundo Cecília Coimbra²² (ver apêndice E), na faculdade onde estudava, na década de 60, havia o chamado “clube da cueca”, que eram as pessoas que pregavam o amor livre naquela época. “Tinham pessoas do partido ligadas a esse clube, mas nós do partido tínhamos várias críticas em relação a isso. O amor livre era mais pregado entre os anarquistas. A gente era muito moralista, mesmo nós do Partido Comunista”. De acordo com Cláudio Gurgel²³ (ver apêndice C), “o amor livre era uma coisa maravilhosa na década de 60. Uma coisa completamente livre, inclusive em relação às ameaças que hoje em dia nós temos de doenças sexuais transmissíveis”. Para Eliete Ferrer²⁴ (ver apêndice D), “era um hábito que existe em qualquer geração e tem a ver com caráter e necessidade”.

A opinião masculina era dividida em relação a essas mulheres mais liberais, de acordo com Cláudio Gurgel²⁵ (ver apêndice C): “alguns acharam muito bonito e gostavam de suas mulheres assim, incentivavam; outros não. Havia um terceiro grupo que gostava com as mulheres alheias, mas não com as suas”.

A partir da década de 60, afirma Michel Bozon (2004, p.85), “a politização da intimidade e da sexualidade foi colocada na ordem do dia. Tratava-se de trazer a público o debate sobre questões até agora dissimuladas no não dito do funcionamento da família patriarcal”. Era de fato uma reivindicação de autonomia feminina e igualdade nas relações com os homens. Surge, também, o grupo de mulheres rebeldes sempre dispostas a burlar as proibições impostas a elas.

O feminismo presente nos EUA e na Europa, na década de 60, está atrelado às questões políticas e culturais acerca dessas regiões, junto com os movimentos dos negros norte-americanos pelos seus direitos civis e dos movimentos contrários à Guerra do Vietnã. O capitalismo americano reforçava a idéia de prosperidade econômica, consumo, e reforçava os valores morais e a família, que começam a cair por terra no início dos anos 60. Em 1963 é lançado o livro “A mística feminina”, de Betty Friedan, ressaltando a crítica feminina em relação à subordinação da mulher perante a sociedade. No mesmo ano, movimentos de mulheres americanas, inglesas e italianas ganham as ruas. O movimento de mulheres só irá surgir de fato no Brasil a partir da década de 60, época de transformações e mudanças de comportamento. As questões acerca da sexualidade somente serão discutidas mais tarde,

²² Em entrevista fornecida a autora em 11 de maio de 2010.

²³ Em entrevista fornecida a autora em 30 de abril de 2010.

²⁴ Em entrevista fornecida a autora em 11 de maio de 2010.

²⁵ Idem.

pois ainda é forte a pressão exercida pela Igreja e pela sociedade conservadora brasileira sob o argumento de ser promíscuo e ferir a moral, bem como alguns movimentos de esquerda que estão mais preocupados com as questões políticas.

O feminismo chega ao Brasil mais fortemente na década de 70, como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar. Cláudio Gurgel²⁶ (ver apêndice C), confirma a temporalidade do movimento feminista no Brasil ao afirmar que “nós não sentimos o movimento feminista na década de 60. A primeira vez que nós começamos a ouvir a falar no movimento feminista foi a partir da Betty Friedan, se eu não me engano estava se aproximando da década de 70”. Havia movimentos de mulheres de classe média e popular. A inserção da mulher na luta armada representou uma transgressão ao que era permitido às mulheres na época, negando a virgindade e a instituição casamento. A igualdade entre homens e mulheres era apenas retórica. Não se pode dissociar o movimento das mulheres do movimento feminista. Enquanto o primeiro permeia o âmbito social, o segundo além do social, permeia o âmbito político no que tange a reivindicação de direitos iguais entre homens e mulheres. Ambos defendem o direito da mulher dona-de-casa, esposa e mãe de intervir no espaço público. Para Pinto (2003, p.45), o movimento feminista brasileiro surgiu diante de um paradoxo: “ao mesmo tempo em que teve de administrar as tensões com a luta contra a ditadura militar no Brasil, seus integrantes o viam como um sério desvio pequeno-burguês”. A maioria das militantes feministas esteve envolvida com a luta contra a ditadura militar tendo muitas delas sido presas, torturadas, exiladas. O que não significa dizer que toda mulher que estivesse lutando contra a ditadura militar fosse feminista. Uma das questões centrais era a desigualdade social, porém outras temáticas também eram abordadas, como por exemplo, as políticas do corpo (prazer, contracepção) e manifestações contrárias à violência sexual. Pinto (2003, p.46) resume a definição do movimento feminista no Brasil como sendo aquele que

luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população; no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados.

Esse cenário era típico do governo militar, que aliava as questões morais com quem fazia oposição. Em *Gênero, Militância e Tortura*, Cecília Coimbra (2004, p.51) define o que seria o subversivo ou o terrorista como aquele que “não estava apenas contra o regime político, mas contra a religião, a família, a pátria, a moral, a civilização, tornando-se, assim, um anti-

²⁶ Em entrevista fornecida a autora em 30 de abril de 2010.

social”. Esses jovens eram na maioria de classe média urbana, da pequena burguesia e da intelectualidade. As mulheres ditas “subversivas” eram muitas vezes confundidas com prostitutas, assim como afirma a ex-militante da ALN, Eliete Ferrer²⁷ (ver apêndice D), “eu era subversiva. Muita gente, principalmente os machistas confundiam subversão com *putaria*. Então, se aquela mulher era de esquerda e estava fazendo alguma coisa de esquerda, ela *dá para todo mundo*”. O sentimento de que a mulher engajada, que freqüentava os partidos políticos na década de 60, no Brasil, tinha era o de igualdade entre homens e mulheres, mesmo com algumas atitudes machistas, que, segundo Cecília Coimbra²⁸ (ver apêndice E), “dentro dos partidos tinha uma questão de igualdade, mas tinham práticas machistas, que deixavam escapar o machismo. Alguns companheiros até nos incentivavam a falar nas assembléias, mas era uma coisa paternalista também”. Cláudio Gurgel²⁹ (ver apêndice C), discorda do ponto de vista de Cecília Coimbra ao afirmar que não percebia

o preconceito com as mulheres e nem com o papel que elas poderiam ter na direção, no comando, na autoridade moral, eu não via isso. Eu chamo atenção apenas para o fato de que as direções das organizações tinham mulheres, mas não tinham mulheres na mesma quantidade dos homens, os homens continuavam a ser a maioria.

As funções exercidas pelas mulheres nos partidos, em sua grande maioria, eram aquelas típicas de dona-de-casa, como, cozinhar, lavar e passar para os companheiros, e até fingir ser namorada ou esposa de alguns deles a fim de evitar suspeitas do local aonde estavam escondidos (aparelho). No entanto, as reivindicações das mulheres aos poucos foram mudando. Cecília Coimbra (2004, p.48) afirma que,

a participação das mulheres passava a ser gradativamente valorizada, não somente em sua profissionalização, mas principalmente no seu engajamento político, apesar de todos os limites que ainda eram impostos pelos companheiros de militância. Por exemplo, as tarefas reservadas às mulheres na militância, com raríssimas exceções, eram as que sempre foram desempenhadas secularmente por elas. Explorávamos novos caminhos onde se tornava fundamental a satisfação pessoal nos mais diferentes relacionamentos, desde a sexualidade até o trabalho. Este deixava de ser mera ocupação, por vezes provisória, para tornar-se via legítima de realização pessoal e afirmação da própria independência. A reprodução tornava-se uma opção.

É importante salientar que, segundo Soihet (2007, p.43),

a maioria dos grupos de esquerda não era simpática às demandas feministas, vistas como incapazes de atender aos interesses das mulheres trabalhadoras e desnecessárias no momento em que se tornava essencial lutar contra o autoritarismo e debater os problemas sociais do país.

A sociedade conservadora da época prezava a formação da família enquanto que a

²⁷ Em entrevista fornecida a autora em 11 de maio de 2010.

²⁸ Em entrevista fornecida a autora em 11 de maio de 2010.

²⁹ Em entrevista fornecida a autora em 30 de abril de 2010.

militância e o comunismo eram considerados ameaças à estabilidade da família. A pressão que a repressão fazia nas famílias que tinham em seu seio parentes “subversivos” era grande. Às mães, sobrava a culpa de terem filhos que causavam transtornos à sociedade. Aos filhos cabia a patologização e o possível tratamento daqueles que eram considerados doentes por fazerem resistência ao governo militar. Cecília Coimbra (1995, p.197) relata que a primeira pesquisa realizada, pelo Exército, sobre o perfil psicológico do “terrorista” brasileiro foi feita no Rio Janeiro em 1969. Tinha por objetivo levantar o nível de escolaridade e as causas que levavam os presos políticos da época para a luta política (a maioria era estudante universitário, de classe média, que tinha “desajuste” emocional). No ano seguinte outra pesquisa foi feita no país, também pelo Exército, para investigar os níveis social e de escolaridade dos presos políticos (56% eram estudantes e 32% eram de classe média). Uma terceira pesquisa foi feita pelo Exército no Rio de Janeiro. As questões principais a serem respondidas eram: por que os filhos da classe média, da pequena burguesia, que têm tudo para ascender socialmente, estão contestando o governo? Por que se tornam “terroristas” negando as suas origens? As causas seriam a crise da família moderna? Esses jovens seriam desajustados emocionalmente, com famílias desestruturadas? Essa pesquisa consistia em responder um imenso questionário com perguntas sobre a infância, adolescência, família, escolaridade e política; e também havia testes de aptidão de interesses, de nível mental e de personalidade. De fato, essas pesquisas serviram para justificar que as famílias são as principais responsáveis pelos transtornos que os jovens trazem à sociedade.

As mulheres militantes que eram presas e torturadas sofriam friamente violências de vários tipos, como afirma Cecília Coimbra (2004, p.53): “a tortura perpetrada à mulher é violentamente machista. Inicialmente são os xingamentos, as palavras ofensivas e de baixo calão ditas agressiva e violentamente como forma de anular a pessoa, o ser humano, a mulher, a companheira e a mãe”. E muitas vezes a própria família questionava a veracidade desses fatos, sendo muitas vezes manipulada por alguns veículos de comunicação. Segundo a mesma autora³⁰ (ver apêndice E), “em 1970 eu e meu ex-marido fomos presos e meu pai já tinha morrido. Eu estava no DOI-CODI sendo torturada e eu pensava se meu pai iria acreditar que existia tortura mesmo. A população estava sendo manipulada cada vez mais pelos meios de comunicação”. Televisão, rádio, jornal e revista conservadores silenciavam as ações de tortura realizadas no âmbito dos quartéis militares, fazendo uma verdadeira lavagem cerebral na sociedade cada vez mais alienada.

Estar engajada na militância política era para a mulher uma fuga da alienação, uma

³⁰ Em entrevista fornecida a autora em 11 de maio de 2010.

oportunidade de opinar no espaço público, uma questão de liberdade. Mas a liberdade tão sonhada não era uma tarefa fácil de ser conseguida, já que as mulheres estavam subvertendo a ordem estabelecida na época. Eram acusadas por homens, mulheres e instituições conservadores de mal-amadas, lésbicas, feias, afronta à família que iria se desagregar à medida que a mulher não estivesse mais disposta a unicamente servir ao seu marido e aos filhos. O preço a ser pago pela emancipação feminina era muito caro.

5.2 Os dilemas da emancipação feminina: beleza, casamento, família e trabalho

Os grandes dilemas para que a mulher escolha ser ou não emancipada giravam em torno da beleza (ser bela é uma condição para se casar), do casamento (o casamento é fundamental para se ter status social), da família (a maternidade como condição natural e social da mulher), do trabalho (fator primordial para se ter independência econômica). Todas essas questões estavam entrelaçadas e eram decisivas para a posição da mulher perante a sociedade.

Na opinião de Mary Del Priori (2000) a história das mulheres passa pela história dos seus corpos. Nos anos 50, com a influência do cinema americano, o surgimento do desodorante, o corte de cabelo *à la garçonne* (cabelos curtos), o decote generoso, fizeram parte da ditadura feminina em busca da moda e da beleza. Nos anos 60, a magreza, o *jeans* justo, o esmalte nas unhas, os cabelos longos, mostram que “liberar-se” era lutar para se inserir no contexto. As revistas femininas da época refletem a obsessão das mulheres com os regimes alimentares associados à estética do corpo. Nesse sentido, a afirmação de Del Priori (2000, p.89), “o corpo precisa refletir o controle narcísico do apetite, da pulsão, da fraqueza. As mulheres gordas são as que foram vencidas pela gula e consideradas perdedoras” pode ser conferida na charge 10, de Jaguar.



Figura 16: Charge publicada por Jaguar, Pif Paf, n.6, p.15, 27 de julho de 1964

Pode-se perceber que a Figura 16, uma charge de Jaguar, publicada na sessão “Os Grandes Temas Bíblicos” é decorrente de Adão, Eva e a serpente. Como dito anteriormente, a mulher bem-sucedida precisava ter além de outros atributos, a beleza, o que não ocorre com a Eva representada: acima do peso, cabelo despenteado, falando aos berros. No paraíso em que viviam somente Adão, Eva e a serpente, o animal, com seu corpo esbelto, conseguiu conquistar o Adão.

A beleza, em detrimento da inteligência, era um atributo fundamental que a mulher deveria ter para poder se casar, ter uma família. Eliete Ferrer³¹ (ver apêndice D) resume essa passagem ao afirmar que “a mulher não pode envelhecer, precisa ser eternamente bela, é como se fosse uma `burca` ocidental. O homem envelhecer e ter barriga é sinal de poder”.

³¹ Em entrevista fornecida a autora em 11 de maio de 2010.



Figura 17: Charge publicada por Santiago, Pif Paf, n.6, p.18-19, 27 de julho de 1964

A questão da beleza feminina foi retratada também na Figura 17, uma charge de Santiago. As formas femininas fazem alusão a um ponto turístico carioca, o Pão-de-açúcar. Ao interpretar essa charge, Ziraldo indaga (Pif Paf, n.6, p.18-19): “ O que é o Rio: uma bela baía em forma de mulher ou uma bela mulher em forma de baía? O ponto-de-vista carioca jamais tentou esclarecer isso. Nem isso, nem nada. Que o Rio permaneça confuso, o mulherio difuso, as peles cada dia mais douradas, os pneus cada vez mais cheios, as praias repletas.”. Ziraldo demonstra apelo sexual ao observar metaforicamente a anatomia feminina e uma baía, supostamente a Guanabara. A beleza de ambas representam a cidade do Rio de Janeiro.

A charge, na visão do senso comum, também se refere à questão da sexualidade, da emancipação, do surgimento do biquini. O que podem ser associadas ao Rio de Janeiro, a ex-capital do país, como uma cidade com um enorme potencial sexual, com belas mulheres e paisagens.

A obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicada, em dois volumes, em 1949, é considerada um marco de influência nos estudos acerca da questão da mulher e passa a ser

leitura obrigatória para aquelas que desejavam se libertar e se liberalizar. No primeiro volume, a autora critica o determinismo biológico, argumentando que a mulher é uma construção social, historicamente determinada. O segundo volume é iniciado com a célebre frase da autora “não se nasce mulher, torna-se mulher”, onde a cultura tem uma importante função na formação do ser humano. Ou seja, as circunstâncias socioculturais atuam na construção do ser homem e do ser mulher, confrontando com as características inatas que definem os sexos.

Simone de Beauvoir aborda a relação homem-mulher, até então pouco explorada, retomando discussões sobre os fatores biológicos e culturais, capazes de explicitar diferenças entre os sexos. Os pensamentos da autora tornam-se incentivo para as mulheres se rebelarem, invertendo seus papéis porque somente elas, sozinhas são capazes de conquistar a liberdade. Simone de Beauvoir propôs um pensamento racional sobre a vida e as relações humanas, assim, corroborando com o pensamento dos anos 60, sendo uma das maiores influências para os movimentos feministas da década: a emancipação da mulher não era uma questão de felicidade, mas de liberdade já que (1980, v.2, p.247)

o trabalho que a mulher executa no interior do lar não lhe confere autonomia; não é diretamente útil à coletividade, não desemboca no futuro, não produz nada. Só adquire seu sentido e sua dignidade se é integrada a existências que se ultrapassam para a sociedade, na produção ou na ação: isto significa que, longe de libertar a matrona, ele a coloca na dependência do marido e dos filhos; é através deles que ela se justifica: em suas vidas ela é apenas uma mediação essencial.

O destino social das mulheres é o casamento. Para Beauvoir (1980, v.2), no casamento o ato de amor para as mulheres é um serviço prestado aos homens. O corpo da mulher é fonte de prazer para o homem, que em troca lhe deve uma compensação, geralmente um *status* perante a sociedade. Entretanto, nenhum homem considera o casamento como um projeto fundamental. A preocupação do homem reside no êxito econômico (que pode ou não implicar o casamento).

Para Lucia Maria Ferreira (2007, p.66), a propósito dos sentidos construídos em um texto de Clarice Lispector, da década de 50, “o caminho para a realização feminina passa necessariamente pelo casamento e pela constituição da família”. De acordo com Maria de Fátima da Cunha (2001, p.15-16),

percebe-se que no Brasil dos anos 60, conviviam a idéia da modernidade, da mudança, do ideal do “casamento feliz” e também a idéia, até bem aceita, de se acabar, literalmente, com a esposa em nome da honra ou através de acidentes “bem intencionados”. Afinal, a mulher ainda era vista, ao que parece, como propriedade do homem. Aquela que vai fazer concessões para proporcionar a “paz doméstica” para o marido. E todas essas idéias características, ora de modernidade, ora de ultrapassado, são aceitas, e vivenciadas, cotidianamente.

Colling (1997) afirma que o casamento é uma dependência eterna da mulher, sendo subordinada ao seu homem, satisfazendo sempre as suas vontades. As separações passam a ser mais constantes, apesar do divórcio somente ter sido legalizado, em 1977, no Brasil. O Novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) instituiu algumas mudanças em relação ao casamento, tais como: a idade mínima para se casar é 18 anos; a descoberta depois do casamento que a mulher não é mais virgem não dá o direito ao marido de anular o casamento; se desejar o marido poderá adotar o sobrenome da mulher (anteriormente somente a mulher poderia adotar o sobrenome do marido ou manter o seu de solteira); o casal pode mudar o regime de bens durante o casamento.

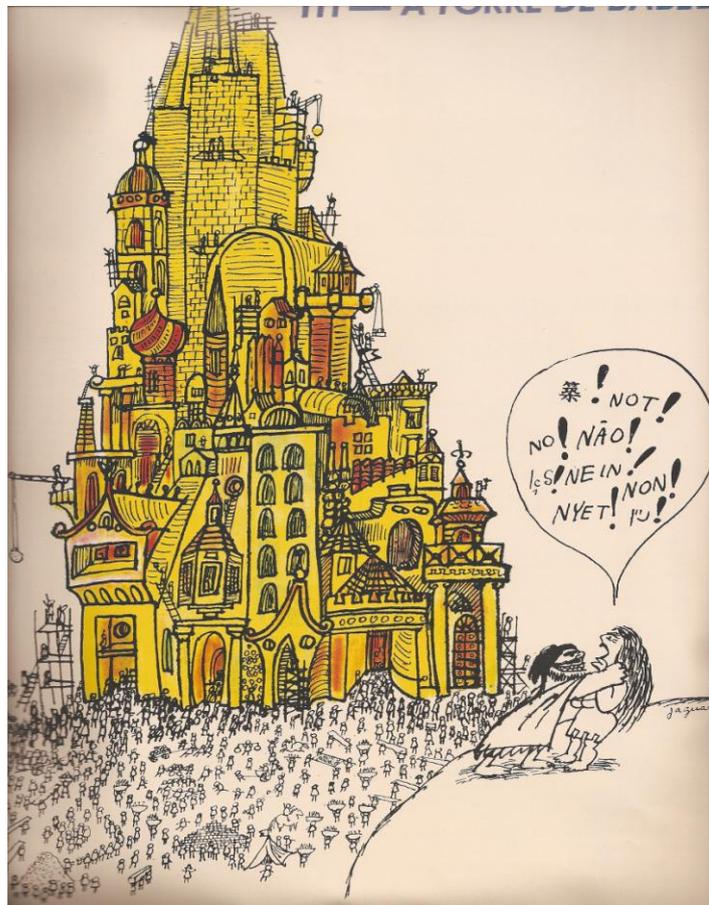


Figura 18: Charge publicada por Jaguar, Pif Paf, n.7, p.18, 13 de agosto de 1964

Os conflitos no casamento podem ser visualizados na Figura 18, uma charge de Jaguar. Essa charge remete o leitor à Torre de Babel. É uma narrativa bíblica onde uma torre foi construída por um povo para que o cume da torre alcançasse o céu. Ao confundir a sua linguagem, Deus parou o projeto e espalhou o povo sobre toda a Terra, assim justificando a existência de diferentes línguas e raças. De fato, o objetivo da construção da Torre de Babel era o de aproximação ao céu. E ao se chegar mais próximo de Deus, notou-se a existência de

vários idiomas pela dificuldade de comunicação entre as pessoas que dominavam línguas e culturas distintas.

Em alusão à charge proposta por Jaguar, homem e mulher não falam o mesmo idioma devido as diferenças existentes nas relações homem-mulher. Mas como saber se a mulher está dissimulando ou realmente não está entendendo o que o homem está dizendo? A charge indica esses dois dilemas eternos (remete a um tempo muito antigo) e universais (existência de vários idiomas, várias interpretações) da relação homem-mulher. Ou seja, os objetivos do homem não são os mesmos da mulher e a cultura da época fazia prevalecer os anseios masculinos destacando assim a submissão feminina. O homem reclama do jeito de ser da mulher. As novas posturas femininas diante o casamento e a maternidade são ironizadas, destacando a atuação da mulher e a insegurança do homem.

Eliete Ferrer³² (ver apêndice D) cita que o “não” das mulheres era muitas vezes mal interpretado pelos homens. “Essa coisa de dizer `não` foi muitas vezes confundida porque, sendo muito liberal e engraçada, o cara acha que você vai `dar`. Mas quando eu não queria, fui muitas vezes agredida por isso, porque o cara acha que eu era um objeto, uma *puta*”.

Em 1962, foi aprovada a Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962, mais conhecida como o Estatuto Jurídico da Mulher Casada. Essa Lei, que deu uma nova redação a alguns artigos do Código Civil de 1916, objetivava equiparar o homem e a mulher no casamento, diminuindo as desigualdades, porém, sem tê-las eliminado completamente. Foi considerada um avanço do ponto de vista da condição legal da mulher na sociedade mesmo com as diversas restrições que ela apresenta, de acordo com Marina Colasanti (ver apêndice B). “Os avanços nem sempre se fazem de maneira ideal, se fazem como é possível, e servem de degraus para ulteriores avanços”.

O Estatuto Jurídico da Mulher Casada presumia que em troca da proteção do casamento, (garantia do sustento da família) a esposa devia abdicar de suas vontades próprias e se dedicar a garantir o bem-estar emocional de seus familiares. Ao marido, por sua vez, cabia determinar o local de residência da família, administrar os bens do casal e, principalmente, autorizar ou não a esposa a exercer atividade remunerada fora do lar. Assim, a lei reunia nas mãos dos maridos poder suficiente para cercear as possibilidades de as mulheres alcançarem autonomia pessoal.

Foram selecionados os pontos da Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962, que mais representam as restrições da condição legal da mulher. Não cabe aqui reescrever toda a lei, e sim demonstrar o que é mais relevante da situação feminina naquela época:

³² Em entrevista fornecida a autora em 11 de maio de 2010.

- a) o marido, como chefe da família, deverá representá-la legalmente bem como prover a sua manutenção (Art. 233);
- b) ao se casar, a mulher assumirá os sobrenomes do marido e ficará responsável pela direção material e moral da família (Art. 240);
- c) a mulher terá de ter a autorização do marido para praticar os seus atos e não poderá alienar os bens do casal sem o consentimento do marido (Art. 242);
- d) a esposa poderá anular finanças ou doações feitas pelo marido e reivindicar os bens comuns doados ou transferidos pelo marido à concubina, mesmo que a esposa não esteja mais em companhia do marido (Art. 248);
- e) caso haja um desquite judicial, os filhos menores ficarão com o cônjuge inocente. Mas se ambos forem considerados culpados, o juiz decidirá com qual ente da família os filhos ficarão (Art. 326);
- f) o pátrio poder dos pais durante o casamento cabe ao marido em colaboração com a esposa. Na falta de um deles, caberá o outro exercê-lo. Havendo divergências com o exercício do pátrio poder, prevalecerá a decisão do pai (Art. 380).

Para Teresa Marques e Hildete Melo (2008, p.485) essa lei

podia ser usada a qualquer momento contra a mulher, especialmente durante crises conjugais. Parece claro que as concessões dadas às mulheres na lei de 1962 foram equilibradas com dispositivos pensados para preservar a estabilidade do casamento (...). A reforma era moderna o suficiente para melhorar a imagem do país no exterior, e por outro lado, oferecer às mulheres de classe média a sensação de ganho parcial de autonomia.

As mulheres que desejavam permanecer solteiras eram encaradas como feias, homossexuais, abstinente sexualmente e feministas e por isso tinham a reputação abalada na sociedade. Cláudia Fonseca (1989, p.104) define a mulher solteira como “aquela mulher que aparentemente nunca se casou, nunca teve filhos e nunca viveu maritalmente com um homem”. Para a autora, o “fenômeno” da solteirona baseia-se em três aspectos: status sócio-econômico, organização doméstica e estratégias de reprodução. Como o casamento era condição essencial para se ter relações sexuais e reproduzir, a sociedade acusa as mulheres solteiras de serem abstinente sexualmente.

Para Rachel Soihet (2007, p.42), “manter-se virgem enquanto solteira e fiel quando casada era sinônimo de honra feminina, que se estendia a toda família, significando um conceito sexualmente localizado”. Ao passo que aos homens era permitido o livre exercício da sexualidade como sinônimo da virilidade. Ainda segundo a mesma autora (2007, p.43),

“mulheres solteiras que se deixassem desvirginar perdiam o direito a qualquer consideração e, no caso de uma relação ilegítima, os homens não se sentiam responsabilizados por sua atuação, devendo àquelas arcar com o peso das conseqüências do seu ‘erro’”. O desconhecimento do seu próprio corpo era sinal de “pureza” das mulheres.

O casamento para Beauvoir é o destino tradicionalmente proposto pela sociedade às mulheres. “Em sua maioria, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não o ser” (1980, v.2, p.165). Entretanto, com a evolução econômica feminina

a instituição do casamento está mudando: este vem-se tornando uma união livremente consentida por duas individualidades autônomas; as obrigações dos cônjuges são recíprocas e pessoais; o adultério é para as duas partes uma denúncia do contrato; o divórcio pode ser obtido por uma ou outra das partes em idênticas condições. A mulher não se acha mais confinada na sua função reprodutora (1980, v.2, p.165).

Lucila Scavone (2001) delimita o lugar das mulheres tanto na família quanto na sociedade, sendo esta delimitação a principal causa da dominação do sexo masculino sobre o feminino. A crítica feminista estava na maternidade como a dominação de um sexo sobre o outro bem como na ausência das mulheres no espaço público, “confinando-as no espaço privado e à dominação masculina” (2001, p.139).

Para se compreender a maternidade é preciso abordar também o conceito de paternidade, que conforme Lucia Fuks (2002, p.6) é sinônimo de autoridade e poder capaz de formar a sociedade tanto no campo político quanto no religioso, ou seja, é aquele capaz de sustentar a família. “Pai seria o provedor, aquele que trabalha e traz dinheiro para a casa, com o propósito de sustentar sua família. Essa definição, porém, perde a consistência a partir do momento em que a mãe também passa a trabalhar fora do lar, e dessa maneira provê tanto quanto o pai” (2002, p.8).

Gilberto Freyre, em *Casa-Grande e Senzala* (1980), trabalho considerado pioneiro em relação ao perfil da família patriarcal brasileira, retratou a formação da sociedade agrária brasileira difundindo a imagem do homem brasileiro bom e sorridente que se deixa seduzir pela mulata e criticando as teorias racistas da época. O autor afirma que a formação da família e da sociedade brasileira originam-se do complexo agrário-exportador, que se baseia na escravidão negra e na monocultura. Tratava-se de uma miscigenação de origem européia em um país tropical com culturas diferentes, ou seja, “a miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala”. (1980, p.65)

Ainda segundo Freyre (1980), a escravidão possibilitou as relações inter-raciais no Brasil tendo em vista a escassez de mulheres na colônia e a poligamia dos portugueses. O contato

inter-racial entre o colonizador e a índia e a negra criou “uma espécie de sadismo do branco e de masoquismo da índia ou da negra”. (1980, p.149). A mulher índia foi a base da família brasileira ao passo que a negra foi a amante e ama-de-leite.

A família contemporânea pode ser dividida em dois períodos, de acordo com François de Singly (2007, p.130). O primeiro período vai do século XIX até os anos 1960 do século XX e configura-se com uma coincidência entre o casamento e as relações interpessoais, e tem três elementos de referência (o amor no casamento, a divisão de trabalho entre homem e mulher e a atenção à criança, à saúde e à educação). Nesse contexto, o homem é responsável por trabalhar fora e sustentar financeiramente a família enquanto à mulher cabe a criação dos filhos em casa. O segundo período é a partir dos anos 1960 até os dias atuais, onde a família critica o modelo da “mulher dona-de-casa” ao ser pressionada pelos movimentos sociais das mulheres e feministas, o casamento se transforma com a instauração legal do divórcio em 1975 e, aumenta a coabitação fora do casamento.

O modelo da “mulher dona-de-casa” surgiu nas classes médias. Segundo Marina Maluf e Maria Lúcia Mott (1998, p.374),

a imagem mãe-esposa-dona de casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado pelos médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado na imprensa. Mais do que isso, tal representação acabou por recobrir o ser mulher – e a sua relação com as suas obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do dever ser.

“Logo que as mulheres das classes populares, entre os anos 1930 e 1960, também puderam se tornar donas-de-casa, esse valor foi progressivamente depreciado até que se tornou a imagem do que as mulheres modernas das camadas médias querem evitar”, conclui Singly (2007, p.140-141).

Sob uma ótica marxista, Engels em “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” (2002, p.41) classifica as famílias em: família consangüínea (considerada a primeira etapa da família, onde “os grupos conjugais classificam-se por gerações”, ou seja, trata-se da união de irmãos), família punalua (união coletiva de grupos de irmãos), família sindiásmica (um homem vive com uma mulher, porém a poligamia e a infidelidade masculina são direitos do homem, enquanto se exige uma rigorosa fidelidade da mulher sendo o adultério cometido por ela severamente punido) e família monogâmica (se origina da família sindiásmica, tendo como centro o homem com a função de procriar a fim de ter herdeiros de suas riquezas. Possui solidez nos laços conjugais que somente o homem pode desatá-los. O homem tem o direito da infidelidade e a mulher é punida ao tentar praticá-la).

Engels (2002, p.68) afirma que “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na

história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino”.

Tanto os trabalho assalariado quanto o doméstico devem ser levados em conta na análise da divisão do trabalho entre homens e mulheres. Conforme afirma Fougeyrollas-Schwebel (1994, p.341), “nos anos 60 pensava-se que o desenvolvimento da atividade profissional feminina acarretaria novas divisões das tarefas”, porém pouco se evoluiu em relação à divisão de tarefas entre homens e mulheres. Ao mesmo tempo que a proliferação das máquinas domésticas facilitam o trabalho feminino liberando-as de algumas tarefas, as máquinas exigem que as mulheres façam a manutenção delas.

A acumulação das atividades de mãe e profissional era considerada impossível e representava uma descrença da sociedade perante as mulheres que assim escolheram. Para Rachel Soihet (2004, p.16), “as idéias contrárias ao feminismo circulavam também nas camadas populares, e o papel de provedor, destinado aos homens na organização patriarcal, constituía-se em ideal que não escapava a todas as camadas, embora dificilmente se concretizasse”. Na verdade, o receio era que as mulheres invadissem os espaços sob domínio masculino, colocando-os em situações contrárias ao que era destinado a ele.

É importante salientar que na década de 60 havia três importantes papéis sociais femininos, segundo Lia Faria (1997): miss, professora e mãe. A beleza e a feminilidade eram fundamentais e ser miss e ter um marido rico significavam ter status social. Uma carreira de modelo e manequim implicava em preconceito social devido a associação da profissional com objetos de consumo e prostituição. Para ser uma mulher bem-sucedida era preciso ser bem-casada, prendada e bonita. O único espaço profissional aceito para a mulher era o magistério, sempre relacionado a mulher-mãe-professora, uma extensão do seu papel de dona-de-casa, reforçando a idéia de que a mulher era chamada de “tia” (uma extensão da família) pelos alunos, e não de professora.

Embora as mulheres estivessem se inserindo no mercado de trabalho na década de 60, ainda tinham o casamento e a família como maiores valores, pois esperava-se que antes de se dedicarem ao trabalho remunerado deveriam ser boas esposas e mães. Seguindo essa linha de pensamento, Cláudio Gurgel³³ (ver apêndice C), afirma que

a expectativa das famílias era de que as mulheres seguissem este roteiro padrão conservador. Mesmo as famílias da classe média tinham uma visão de que este era o caminho adequado para as mulheres. Quando as mulheres procuravam coisas aparentemente mais aceitáveis, como por exemplo o trabalho, havia uma concepção

³³ Idem.

de que elas estavam se desviando do que deveriam fazer. Havia mesmo nas classes médias uma rejeição das famílias em relação a certas opções acadêmicas de formação das mulheres e até rejeição em relação à formação. Fez o ensino médio, então já está satisfatório, já é o suficiente para ler e escrever e fazer uma conta.

Segundo Coimbra (1995, p.62), “a questão familiar se torna a grande locomotiva pela qual a psicanálise avança a toda velocidade no Brasil dos anos 60 e 70”. Houve a “psicologização” dos setores da vida social brasileira e a constituição da cultura psicanalítica, que se encontrava fortemente presente nos valores e crenças da sociedade, principalmente na classe média, reestruturando toda a ordem familiar. Como pode ser observado a seguir na Figura 19, uma charge de Jaguar, os conflitos entre homem e mulher foram objeto de estudo da psicanálise na década de 60.

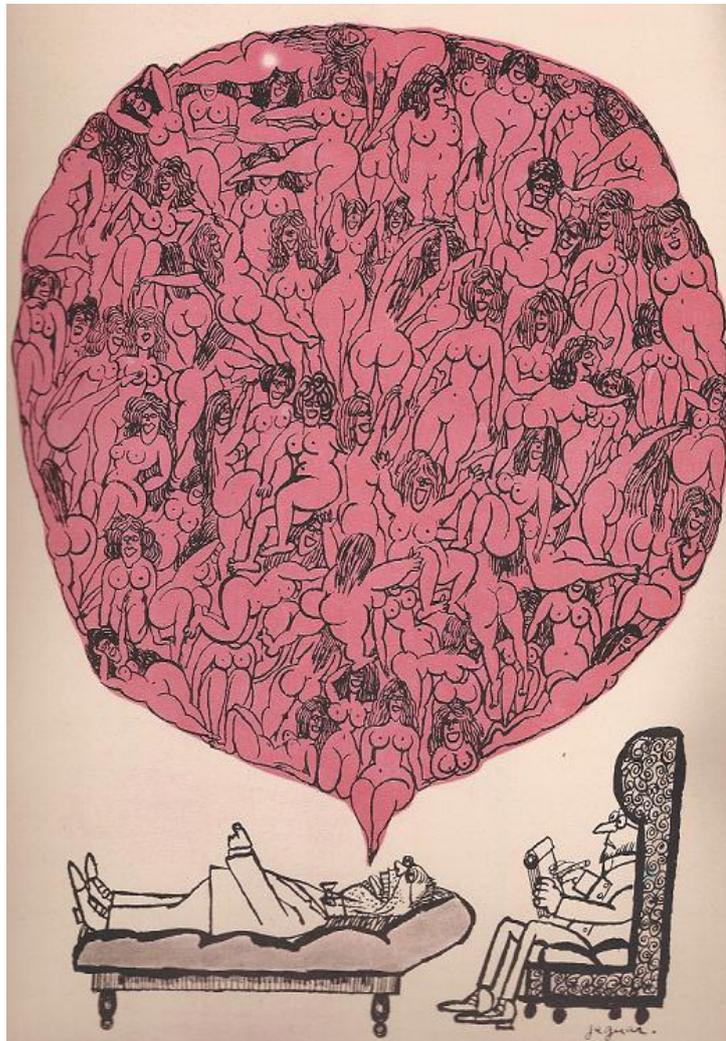


Figura 19: Charge publicada por Jaguar, Pif Paf, n.4, capa, 06 de julho de 1964

A charge mostra o homem no divã de seu psicanalista. Em seu discurso, o que o homem somente consegue relatar é o seu desejo com as mulheres nuas que povoam o seu imaginário. A mulher é a força motriz e objetivo do homem, é o que o faz perder o sono, o rumo, a razão e a sanidade. A mulher, que deveria ser um refúgio para o estresse do dia a dia, o leva à insanidade para que ele consiga mantê-la como sua companheira.

Entre as várias possibilidades de interpretação, na realidade é difícil para o homem conseguir e, principalmente, manter uma mulher. Ele tem que ter uma boa condição financeira, um bom trabalho, uma boa posição na sociedade, uma boa aparência. E todos esses requisitos estressam o homem. Para Jaguar, a mulher é fácil somente em pensamento.

Para Cláudio Gurgel³⁴ (ver apêndice C), a charge tem uma temática freudiana, ou seja, o desejo sexual é o que motiva a vida humana. Os desejos sexuais (libido) são reprimidos na infância e formam o inconsciente da mente humana (*id*), local onde são armazenadas todas as repressões ao longo da vida. O *ego* atua como uma censura aos desejos, a fim de que a pessoa possa ser inserida na sociedade em que vive, regulando os seus instintos. O *superego* é a consciência do que se pode fazer ou não em sociedade. Nesse sentido, a charge estaria mostrando, por meio da psicanálise, a tentativa de controle dos instintos sexuais do homem, a liberação do que foi reprimido pela sociedade.

Todos esses paradigmas e paradoxos foram retratados nas revistas e nos jornais da época. Sejam eles dedicados à mulher dona-de-casa, sejam eles integrantes da imprensa alternativa, procuravam abordar com humor, muitas vezes com o auxílio das charges, as questões acerca do universo feminino. É claro que em muitos casos há um exagero na descrição porque o exagero é uma exigência do humor, já que ser exagerado provoca o riso.

As charges apresentadas nessa pesquisa retratam os conflitos entre homem e mulher, público e privado. Do temor de perder o seu espaço à necessidade da emancipação. As charges possuem uma visão contraditória da mulher (de vulgar à recatada dona de casa), que refletem a sociedade brasileira da década de 60, configurando os vários tipos de “femininos”.

A charge pode ser considerada como um instrumento de intervenção política, que encontra espaço nos jornais e nas revistas para a expressão de sua forma e significação de seu conteúdo, quebrando a monotonia e a objetividade do texto jornalístico com um discurso polifônico de elementos textuais e imagéticos, ou ainda somente imagéticos.

De acordo com Luiz Guilherme Teixeira (2005, p.18-20) o texto da charge é o seu traço, pois “estrutura seu discurso sobre o real como uma narrativa, um modo específico de leitura,

³⁴ Em entrevista fornecida a autora em 30 de abril de 2010.

uma imagem que conta uma história – começo, meio, fim – que descreve personagens que enunciam conteúdos subjetivos sobre ações objetivas de sujeitos reais”.

O mesmo autor (2005, p.128) ainda diferencia charge, cartum e caricatura, que se resume por meio do quadro a seguir:

CHARGE	CARTUM	CARICATURA
Mundo real → Mundo fictício Sujeito → Personagem	Mundo fictício → Mundo fictício Personagem → Personagem	Mundo real → Mundo real Sujeito → Sujeito

Quadro 1: Diferença entre Charge, Cartum e Caricatura

Sendo uma revista humorística, o Pif Paf contém charges, que na análise de Thaís Pereira (2008, p.70) “são meios extremamente eficazes na construção simbólica de um imaginário tão censurado na década de 1960 (...) Millôr Fernandes e seus colaboradores souberam aproveitar com êxito o dom da sátira”. O humor utilizado é um retrato da política e da cultura daquela época, que buscou denunciar e romper com as regras socialmente estabelecidas. No contexto político, o humor teria o papel de desvelar as arbitrariedades do governo imposto, estabelecendo uma relação entre o poder e o povo. O risível é uma forma de questionar a realidade e ampliar a capacidade crítica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos depoimentos recolhidos para a confecção desta pesquisa, é possível perceber que a memória da geração que viveu o período de 1956-1964 ainda pulsa. Os quase cinquenta anos que se passaram parecem que foram ontem. Há uma vontade de lembrar o que foi vivido, contrastando muitas vezes com a memória oficial, que foi imposta politicamente para a minha geração. A memória da ditadura militar requer silêncios e esquecimentos, mas desde o processo de redemocratização do Brasil, com o fim da censura e das violentas punições, a lembrança e a vontade de falar está vindo à tona. Uma mesma pergunta para pessoas diferentes, como por exemplo, “qual era o público leitor da Revista Pif Paf?” implicou em respostas distintas. Tanto para Marina Colasanti, Cláudio Gurgel, Eliete Ferrer e Cecília Coimbra, o público leitor da revista era a classe média, os estudantes e os intelectuais; já para Claudius Ceccon, era a classe mais abastada. Esse confronto é também parte das disputas políticas e simbólicas pela memória bem como da seletividade do ato de lembrar. É importante que essa geração fale o que viveu, o que sentiu, o que viu, para que a minha geração possa ter um olhar crítico em relação às arbitrariedades ocorridas. E não ocorram mais. Esse é o papel da preservação da memória da ditadura civil-militar. Nesse sentido, a memória não é estanque, ela se faz e se refaz.

No contexto histórico, que se complementa com a memória, o Brasil no período de 1956-1964 passou pelos “anos dourados” de Juscelino Kubitschek, pela política externa e moralista de Jânio Quadros, pelo regime parlamentarista, pelas reformas de base de João Goulart e, finalmente, pelo regime da ditadura, com Castelo-Branco e seus sucessores. Ao mesmo tempo em que a economia dava seus saltos e recuos, a sociedade brasileira seguia o modelo paternalista em relação à mulher: esta dominando o espaço privado e o homem o espaço público. De fato, a sociedade estava arraigada na divisão funcionalista na década de 60, onde havia afazeres específicos para cada sexo, que estão intrinsecamente ligados com a oposição entre público e privado. A história das mulheres é marginalizada pelos homens, como afirma Michele Perrot (1988), em função de algumas questões: preferência pelo estudo do corpo, sexualidade, maternidade e profissões femininas; vitimização da mulher; não consideração das práticas sociais e modos de resistências por alguns estudos; desconhecimento da história do feminismo. Para a autora, as relações entre os sexos são relações sociais (construção do feminino e do masculino).

A inserção da mulher no espaço público foi marcada pelas idéias feministas bem como a entrada no mercado de trabalho e a separação do sexo da reprodução com o auxílio da pílula

anticoncepcional. Esses fatores permitiram o questionamento da relação homem-mulher no que tange à escolha de ter filhos ou não, a dupla jornada de trabalho feminina (no público e no privado), casamentos e separações. Cai por terra a vitimização da mulher mãe-esposadona-de-casa quando ela se coloca no mesmo patamar de igualdade social dos homens. Até a década de 60 tiveram efeito alguns movimentos com ideais feministas, com destaque para Bertha Lutz. O feminismo no Brasil se fortaleceu na década de 70 no período da ditadura civil-militar, quando se afirmava a politização de tudo. A principal crítica ao feminismo gira em torno de suas reivindicações e das interferências americanas nos movimentos feministas brasileiros, sugerindo que, como afirma Cecília Coimbra³⁵ (ver apêndice E), “o inimigo é o homem e não o sistema capitalista presente, fica sempre uma questão de colocar a culpa no outro, no homem”.

Diante dos conflitos sociais e do momento político porque passava o Brasil, surgiram, na década de 60, inúmeras publicações ditas alternativas. São jornais e revistas, em formato tablóide, que abordavam temas polêmicos para a época e tinham uma modesta estrutura financeira. Nesse contexto surgiu o Pif Paf, que é considerado por muitos uma vanguarda cultural de esquerda, que retratou em suas páginas a política, a cultura e o comportamento da sociedade na época do golpe militar. Dentre as questões ligadas ao comportamento, Pif Paf também abordou a emancipação feminina, que nas palavras de Cecília Coimbra³⁶ (ver apêndice E), não é estanque, é um processo que a cada dia vai se atualizando. “Eu acho que a gente continua se emancipando, não é uma coisa terminada, é um processo”. Ainda existem vertentes que demonstram a inferioridade da mulher perante o homem, como por exemplo, a mulher ainda ganha salários mais baixos do que os homens mesmo exercendo atividades iguais e apesar de terem níveis de escolaridade mais avançados. Também existem questões que estigmatizam o que é próprio da mulher e o que é próprio do homem, que é o caso de profissões como pedagogo, bibliotecário serem típicas de mulher enquanto engenharia ser típica de homem.

A discussão das relações de gênero é proposta pelas charges do Pif Paf nas fronteiras entre o espaço público e o privado. As re-articulações das relações sociais implicaram nas redefinições dos papéis masculinos e femininos.

As charges do Pif Paf, apesar de aparentemente terem um viés machista, representam a sociedade e conseqüentemente a emancipação feminina que estava em evidência na época e

³⁵ Idem.

³⁶ Em entrevista fornecida a autora em 11 de maio de 2010

afrontava o universo masculino. Claudius Ceccon³⁷ (ver apêndice F) afirma que os homens naquele período não tinham consciência da condição feminina. O machismo empregado era cultural não havendo qualquer tipo de militância ou propósito em difamar as mulheres. O objetivo do Pif Paf é fazer, por meio do humor, com que a sociedade reflita o momento vivido. O humor das charges possibilita visualizar os conflitos entre a emancipação feminina e as tradições da sociedade patriarcal brasileira. Ao mesmo tempo em que as charges possuem traços conservadores utilizam a ironia como linguagem, revelando as diversas nuances da mãe-esposa-dona-de-casa, da mulher subversiva, dentre outras.

As análises das charges presentes nesta pesquisa partiram do pressuposto de que a história e a memória são complementares em relação ao período relatado. Foi feita uma pesquisa acerca dos acontecimentos da época, e também entrevistas com pessoas que fizeram o Pif Paf ou simplesmente foram leitores, mas a principal questão a ser considerada é a interpretação das charges. Partiu-se do pressuposto de que não existe uma única versão que se caracterize como verdade. Foram usadas as teorias da Memória Social, instrumentalizadas pela História, pela Arte e pelos relatos das entrevistas. Em “A tarefa: renúncia de um tradutor” (2001), Walter Benjamin afirma que o ato de traduzir deve contemplar a essência da obra. Só se pode traduzir a obra que perdura no tempo e continua viva. A tradução permite que a obra se renove constantemente dialogando sempre com o presente. Cabe ao tradutor buscar na essência da obra a sua traduzibilidade, que precisa ser rica de sentidos. Os sentidos das charges do Pif Paf são múltiplos. Cada pessoa que olhá-las dará uma interpretação para elas, que poderá ser a mesma presente aqui ou não. Esta pesquisa não pretende traduzir a Arte, e sim dar um viés de uma perspectiva de uma época. O ato de significar é subjetivo e sempre haverá um espaço para a memória. O significado passa a ser mais um. O que importa é que o leitor consiga captar a essência das charges e refletir acerca do período abordado.

Esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar os assuntos aqui tratados. Mas se conseguir engendrar a atenção da Academia bem como outras pesquisas acerca desse tema, terá alcançado o seu propósito.

³⁷ Em entrevista fornecida a autora em 03 de junho de 2010.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- ALBORNOZ, Suzana. **As mulheres e a mudança nos costumes**. Porto Alegre: Movimento; Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2008.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: EDUSC, 2005. (Coleção História)
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO (Coord). **Projeto Brasil Nunca Mais**. Tomo I: o regime militar. São Paulo, 1985.
- BASSANEZI, Carla. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). **Cadernos Pagu**, n.1, 1993.
- BEAUVOIR, Simone de. **Segundo o sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. V.1.
- _____. **Segundo o sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. V.2.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, V.1).
- _____. A tarefa: renúncia do tradutor (Die aufgabe des ubersetzus). In: HEIDERMAN, Werner (Org.). **Clássicos da Teoria Bilíngüe: Alemão-Portugues**. Florianópolis: Universidade de Santa Catarina, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (Orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CADERNOS DA COMUNICAÇÃO. **Imprensa alternativa: apogeu, queda e novos caminhos**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2005. (Série Memória, v.13).
- CASTRO, Ruy. **Ela é carioca: uma enciclopédia de Ipanema**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CECCON, Claudius. Pif Paf. In: CARUSO, Eliana. **Pif Paf: quarenta anos depois**. Rio de Janeiro: Argumento, 2005.
- CENTRO DE IMPRENSA ALTERNATIVA E CULTURA POPULAR DO RIOARTE. **Imprensa alternativa e literatura: os anos de resistência**. Rio de Janeiro: Centro de

Imprensa Alternativa e Cultura Popular do RIOARTE, 1987.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.4, 1995.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Entrevista concedida a Marcela Neves de Medeiros** (digital). Rio de Janeiro, 11 de maio de 2010. Transcrição Marcela Neves de Medeiros.

_____. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. Maringá, **Psicologia em Estudo**. v.6, n.2, jul./dez. 2001.

_____. Gênero, militância, tortura. In: Strey, Marlene; Azambuja, Mariana; Jager, Fernanda (orgs). **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**, Niterói, v.5, n.2, 2005.

CUNHA, Maria de Fátima da. Homens e mulheres nos anos 1960/70: um modelo definido? **História: Questões & Debates**, Curitiba, n.34, 2001.

DEL PRIORI, Mary. **Corpo a corpo com a mulher**: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: SENAC, 2000.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista da Estado. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

FANINI, Michele Asmar. Entre vieses e reverses: a mulher, as mulheres, o feminino. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v.17, n.1, jan./jul., 2007.

FARIA, Lia. **Ideologia e utopia nos anos 60**: um olhar feminino. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes. Os desafios da preservação da memória da ditadura no Brasil. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Orgs.). **Museus, coleções e patrimônios**: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond; MinC/IPHAN/DEMU, 2007a.

_____. A memória insone: os testemunhos sobre a ditadura brasileira. In: CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida, et all. **Deserdados**: dimensões das desigualdades sociais. Rio de Janeiro: H.P. Comunicações, 2007b.

_____. As disputas políticas sobre preservação da memória da ditadura no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 30. Caxambu, MG, **Anais...** Caxambu, MG: ANPOCS, 24 a 28 out. 2006.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Lucia Maria Alves. Uma memória da normatização da conduta feminina na imprensa. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (Orgs.). **Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

FERRER, Eliete. **Entrevista concedida a Marcela Neves de Medeiros** (digital). Rio de Janeiro, 11 de maio de 2010. Transcrição Marcela Neves de Medeiros.

FONSECA, Cláudia. Solteironas de fino trato: reflexões em torno do (não-)casamento entre pequeno-burguesas no início do século. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.9, n. 18, 1989.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Formas de família e socialização: novos desafios. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.2, 1994.

FREITAS, Jânio de. Oito rodadas de Pif Paf. In: CARUSO, Eliana. **PifPaf: quarenta anos depois**. Rio de Janeiro: Argumento, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro/Brasília: Livraria José Olympio, 1980.

FUKS, Lucía Barbero. Diferentes momentos da revolução feminina. In: ALONSO, Silvia Leonor; GURFINKEL, Aline Camargo; BREYTON, Danielle Melanie (orgs.). **Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo**. São Paulo: Escuta, 2002.

GANDELMAN, Luciana. Gênero e ensino: parâmetros curriculares, fundacionalismo biológico e teorias feministas. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.) **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: In: GONDAR, Jô; DODEBEI (orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

GURGEL, Cláudio. **Entrevista concedida a Marcela Neves de Medeiros** (digital). Rio de Janeiro, 30 de abril de 2010. Transcrição Marcela Neves de Medeiros.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HUYSSSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JAGUARIBE, Hélio; et al. **Brasil: sociedade democrática**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. (Coleção Documentos Brasileiros, v. 196).

JELIN, Elizabeth. O Gênero nas memórias. In: _____. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XIX, 2002.

KLEIN, Lucia; FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e coação no Brasil pós 64**. Rio de Janeiro: Forense, 1978. (Coleção Brasil: análise e crítica).

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: EDUSP, 2003.

MAINARDI, Diogo. Oposicionistas de poltrona. São Paulo, **Veja**, 20 de abril, 2005. p. 129.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil: República: da Belle Epoque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, v.16, n.2, maio/ago., 2008.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.18, n. 35, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o Golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.8, n.2, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo, **Projeto História: Revista do Programa dos Estudos Pós-graduados em História e do departamento de História**, v.10, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Cultura urbana no Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Rio de Janeiro: uma cidade na História**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política**. São Paulo: Ática, 1992.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, n.1, 2005.

PEREIRA, Thaís Pacheco. **Millôr Fernandes e Pif Paf: o humor e as imagens no contexto cultural brasileiro**. 2008. 141f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: ed. 34, 1999.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma historia do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. Pif Paf e Millôr: a densidade em tempos de efemeridade. In: XIII Encontro Regional de História ANPUH-RJ: Identidades, 2008, Seropédica. **Anais do Encontro**. Seropédica : ANPUH-Rio, 2008.

QUELER, Jefferson José. Quando o eleitor faz a propaganda política: engajamento popular na campanha eleitoral de Jânio Quadros (1959-1960). Niterói, RJ, **Tempo**, v.14, n.28, 2010.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIDENTI, Marcelo. Intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70: “entre a pena e o fuzil”. **Artcultura**, Uberlândia, v.9, n.4, jan./jun., 2007.

_____. Ecos de Trostsky na esquerda armada brasileira, 1964-1974. **Estudos de Sociologia**, v.2, n.2, 1997.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as Ciências Sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.16, 2001.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.1, 2005.

SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.3, n.13, set./dez., 2005.

_____. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma (Org.). **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. São Paulo: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

_____. Pisando no “sexo frágil”. **Nossa História: Revista da Biblioteca Nacional**, v.1, n.3, jan., 2004.

_____. Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. **ArtCultura**, Uberlândia, v.9, n.14, 2007.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo, RS: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2004.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005. (Coleção FCRB, Série Estudos, 2).

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VELOSO, Renato. Relações de gênero: notas introdutórias. **Revista Enfoques**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, julho 2003.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968**: eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

Apêndice A: Entrevista com Millôr Fernandes, em 08 de março de 2010, no Rio de Janeiro

Marcela: Como surgiu a Revista Pif Paf?

Millôr: Do nada. De repente vi, e estava ali. Não foi assim pra você?

Marcela: O Pif Paf surgiu um mês após o início da ditadura no Brasil (*Millôr:* Acha que demorei muito?) e mesmo assim apresenta gozações a políticos, como Castelo Branco por exemplo. (*Millôr:* Nasci gozador. Só dói quando eu não rio). Pode-se dizer que o Pif Paf tinha um cunho político, voltado para alguma militância partidária?

Millôr: Tenho horror a qualquer tipo de poder ou autoridade. Prefiro mulher.

Marcela: Como o Pif Paf conseguiu sobreviver a oito edições sem ter anunciantes?

Millôr: Pagando dívidas durante três anos, três depois de fechar.

Marcela: O Pif Paf também era voltado às críticas dos costumes da época. Por ter em sua maioria homens em sua confecção, o senhor considera que a revista possui uma tendência machista?

Millôr: Nós éramos todos homens - quase todos. Devíamos ser viadistas?

Marcela: A busca pela liberação feminina terá mais vigor no Brasil a partir do início da década de 60, fato esse que assustou os homens. (*Millôr:* Assustou mesmo? Por aqui não). O senhor acha que o exemplo do monoquíni ilustrado no Pif Paf representa essa passagem? (*Millôr:* Esmiuçando assim você encontra o que quiser). Como as mulheres eram vistas pela sociedade na década de 60?

Millôr: Os homens, como mulheres. Os gays (que ainda não o eram) com inveja.

Marcela: Sendo o público leitor do Pif Paf a classe média carioca, o senhor concorda que a revista é uma representação da memória da sociedade da época?

Millôr: Tudo é.

Marcela: Por que o Pif Paf se extinguiu?

Millôr: Porque se acabou.

Apêndice B: Entrevista com Marina Colasanti, em 27 de abril de 2010, no Rio de Janeiro

Marcela: Qual foi a participação da senhora no Pif Paf?

Marina: Escrevi algumas coisas, participei de tudo, em certo momento fui até fiadora. A revista era feita entre amigos, movida a entusiasmo, os papéis, fora o do editor, não eram rigidamente definidos.

Marcela: O Pif Paf surgiu um mês após o início da ditadura no Brasil e mesmo assim apresenta gozações a políticos, como Castelo Branco por exemplo. Pode-se dizer que o Pif Paf tinha um cunho político, voltado para alguma militância partidária?

Marina: Era de cunho político, mas não partidária. Era escancaradamente – e arriscadamente - de oposição.

Marcela: Como era a distribuição da Revista Pif Paf?

Marina: Nem lembro mais. Tenho a impressão – mas precisaria verificar - de que havia um contrato de distribuição com algum distribuidor.

Marcela: O Pif Paf também era voltado às críticas dos costumes da época. Por ter em sua maioria homens em sua confecção. A senhora considera que a revista possuía uma tendência machista?

Marina: Para te responder com segurança eu teria que rever a coleção. Mas me parece seguro que o fosse, como foi machista, depois, o Pasquim. O humorismo ainda não havia acordado para o politicamente correto, e alimentava-se fartamente de todos os estereótipos machistas. Na época eu também ainda não havia despertado para as questões de gênero, de modo que não registrei o viés machista do Pif Paf. Mas registrei mais tarde, claramente o do Pasquim, para o qual sempre me recusei a trabalhar, apesar dos convites.

Marcela: A busca pela liberação feminina terá mais vigor no Brasil a partir do início da década de 60. A senhora acha que o exemplo do monoquíni ilustrado no Pif Paf representa essa passagem? Como as mulheres eram vistas pela sociedade na década de 60?

Marina: Nem sei mais isso do monoquíni, e, como te disse, não tenho tempo, agora, de ir verificar. Das mulheres, de como eram vistas, e de como se movimentaram e lutaram para modificar sua posição, falei em meus quatro livros sobre a questão de gêneros.

Marcela: O que significa para a senhora a emancipação feminina e a luta política?

Marina: Das mulheres, de como eram vistas, e de como se movimentaram e lutaram

para modificar sua posição, falei em meus quatro livros sobre a questão de gêneros.

Marcela: Qual era o pensamento das mulheres na década de 60? Como elas lidavam com os homens? Na década de 60 se pregava o amor livre?

Marina: Das mulheres, de como eram vistas, e de como se movimentaram e lutaram para modificar sua posição, falei em meus quatro livros sobre a questão de gêneros.

Marcela: O casamento era considerado a única forma de ascensão legítima feminina na sociedade? Esse pensamento percorria todos os setores da sociedade?

Marina: Marcela, não estamos falando da Idade Média. Naquela época já havia mulheres engenheiras, médicas, jornalistas, as universidades estavam cheias de mulheres, e elas podiam ascender por seus próprios meios, como fizeram inúmeras da minha geração, e como fiz eu mesma.

Marcela: Qual foi o impacto na sociedade da Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962, mais conhecida como o Estatuto Jurídico da Mulher Casada? Essa Lei, que deu uma nova redação a alguns artigos do Código Civil de 1916, foi considerada um avanço da condição legal da mulher apesar das diversas restrições que ela apresentava?

Marina: É claro que foi um avanço. Os avanços não se fazem sempre de maneira ideal, se fazem como é possível, e servem de degraus para posteriores avanços.

Marcela: Qual foi a repercussão do Pif Paf na sociedade?

Marina: Foi o maior sucesso. Mas durou pouco demais para firmar-se como presença e referência.

Marcela: Qual era o público leitor da Revista Pif Paf? A esquerda lia o Pif Paf?

Marina: A esquerda, a direita, o meio, os da frente e os dos fundos. Quem podia, quem sabia ler, quem tinha acesso lia o Pif Paf. Mas é claro que, em termos de Brasil, era numericamente nada.

Marcela: Ao mesmo tempo em que as charges publicadas no Pif Paf foram um recurso muito utilizado para ridicularizar o movimento de emancipação feminina, elas também serviram para provocar o universo masculino? Em que sentido?

Marina: Provocar o universo masculino, o abalar a “masculinidade”. O humor sempre mexeu com o masculino, mas sem abalar as estruturas.

Apêndice C: Entrevista com Cláudio Gurgel, em 30 de abril de 2010, no Rio de Janeiro

Marcela: Queria que o senhor falasse como foi a década de 60

Cláudio: Vamos fazer uma identificação primeiro? Bom... Cláudio Gurgel, professor da Universidade Federal Fluminense. Para a pesquisa de Marcela Neves de Medeiros. A pesquisa é sobre a memória das mulheres na década de 60. Hoje é 30 de abril de 2010. Então, Marcela...

Marcela: Como foi a década de 60?

Cláudio: Como foi a década de 60?

Marcela: Focando mais o ano de 64...

Cláudio: A década de 60 até 64 foi uma década de muita movimentação sob todos os aspectos: muita movimentação política. Uma década de muitas esperanças porque recentemente havia ocorrido a Revolução Cubana. E a Revolução Cubana foi uma revolução após as revelações do stalinismo, era uma espécie de renovação da ética revolucionária, socialista. Foi simbolizada inicialmente pela Revolução de 1917. Então, como disse, no plano político, era um tempo de muita mobilização. A década começou com governo de Jânio Quadros. Surpreendentemente ele renunciou em agosto de 1961. Dá-se uma tentativa de impedimento da posse de João Goulart, que era o seu vice e se encontrava na China. Há indícios de que a coincidência de Jânio renunciar enquanto João Goulart se encontrava na China era mais do que uma coincidência. Era parte de um plano, que segundo alguns, se destinava a fazer com que Jânio retornasse com plenos poderes e assim por diante. Mas Jango retorna da China de imediato e se dá aqui aquilo que a História do Brasil já registrou: a resistência de Brizola, do general Machado Lopes, no Rio Grande do Sul, etc. Então, aquele período foi um período de muita mobilização. 1964 foi o ponto que você me deu como referência.

Marcela: Como foi o golpe?

Cláudio: O golpe? O golpe foi uma operação absolutamente militar. Claro que instigado e apoiado por interesses civis, do empresariado e do governo norte-americano como os documentos da biblioteca Lyndon Johnson já provaram. Mas, do ponto de vista público, o envolvimento civil foi um envolvimento mais coreográfico. As mobilizações que aconteceram no Rio de Janeiro e em São Paulo, as passeatas pela liberdade, que eram movimentações para expressar o apoio político da população à reação conservadora, a insatisfação com o governo do Goulart, etc tiveram algum papel nos preparativos para o golpe. Em São Paulo Ademar de Barros governava e aqui no Rio de Janeiro governava

Lacerda. Os dois estimularam essas passeatas. Fora isso, foi uma “manobra de quartel” realmente, uma operação de tropas que começa fora do planejado, com a movimentação das tropas comandadas pelo General Mourão Filho, aqui vizinho, em Juiz de Fora. Essas tropas entram no Rio de Janeiro e com isso faz com que a ordem de levante dos quartéis seja dada. No outro dia, as cidades estavam todas ocupadas, vários pontos ocupados. Algo que foi de fato planejado estrategicamente para ocupar determinados pontos das cidades. Praticamente nenhuma reação se deu, a despeito de ter havido algumas iniciativas, como por exemplo, os ferroviários que chamaram a resistência no Rio, de alguns pontos, como em Recife, onde houve uma tentativa de mobilização, mas tudo sem nenhuma possibilidade, porque não havia nenhum planejamento no sentido. Alguns historiadores aqui no Brasil tentam passar a idéia de que havia um plano de Golpe da esquerda. Por ocasião dos debates dos quarenta anos da implantação da ditadura, do golpe de abril. alguns historiadores, inclusive da UFF e aqui, da UFRJ, falaram que o golpe foi um contra-golpe, que haveria um golpe da esquerda.... Não havia nenhum sinal de golpe da esquerda, tanto que não houve qualquer condição de nenhum tipo de resistência.

Marcela: O senhor era de algum partido?

Cláudio: Eu era do Partido Comunista, mas eu era muito jovem, era uma coisa que hoje se chama de uma “franja do partido”. Era do movimento estudantil e estava em Recife quando aconteceu o golpe. Então, foi uma ocupação militar relativamente fácil. Em Recife, uma cidade especial, onde havia uma preocupação muito grande, porque lá o prefeito era o Arraes, não, não, o governador era o Arraes e o prefeito era Pelópidas, ambos simpatizantes do partido comunista, supunha-se que houvesse alguma reação. Mas, nada aconteceu nesse sentido. É muito interessante um livro que foi publicado a coisa de cinco anos aproximadamente, de um capitão chamado Carlito Lima. Carlito Lima escreveu “Memórias de um capitão”... Acho que é isso.... Foi ele quem comandou a entrada das tropas em Recife. A narrativa dele é um testemunho completo da ausência absoluta de resistência. Ele escreve: nós íamos em tal lugar e pensávamos que tinha alguma coisa, mas não tinha nada, nenhuma resistência de ninguém “desfilamos em Recife”... Esse era o depoimento dele... O Mourão Filho, no depoimento dele, diz: desfilamos aqui no Rio de Janeiro”. O Carlos Heitor Cony, que na época era... Você conhece o Carlos Heitor Cony? O Carlos Heitor Cony é um jornalista bastante conhecido, um romancista também. Então, o Carlos Heitor, tá vivo... Colunista de televisão, colunista da Folha de São Paulo. O Carlos Heitor Cony escrevia naquela época no Correio da Manhã e escrevia umas crônicas rebeldes. Eu me lembro que na época a coluna dele se chamava “Da arte de falar mal”. Não eram crônicas políticas por

definição, eram crônicas. Como aliás hoje ele faz na Folha de São Paulo. Se a política vier, caiu na rede e ele vai também falando sobre política. Quando aconteceu o golpe, ele passou a escrever no Correio da Manhã diariamente crônicas políticas na coluna chamada “Da Arte de falar mal”. Eram crônicas muito rebeldes, extremamente rebeldes, inimagináveis. O Jornal Correio da Manhã se esgotava na banca uma hora depois de chegar. Eu mesmo era uns do que ia à fila do jornaleiro para comprar o Correio da Manhã, para ler a crônica do Carlos Heitor Cony. Essas crônicas foram todas reunidas em um livro intitulado “O ato e o fato”. Simbolicamente ele dizia o seguinte: teve um ato, inclusive o Ato Institucional n.1, e há um fato e a partir daí ele discorre sobre o que aconteceu. Reúne nesse livro todas as crônicas que escreveu naquela época e uma delas é uma gozação que ele faz com a ausência absoluta de resistência, dizendo que a única coisa que os tanques do General Mourão encontraram pela frente foram os paralelepípedos, que ele retirou com a mão. Então, foi um golpe militar, no sentido mais simplório da palavra.

Marcela: Haviam muitas mulheres no Partido Comunista?

Cláudio: Muitas mulheres onde?

Marcela: No Partido Comunista

Cláudio: Ah, sim! Menos do que veio a ter depois do golpe. Depois do golpe, as mulheres tiveram uma participação muito intensa nas resistências, mas havia.

Marcela: Por que o senhor acha que a participação das mulheres se deu muito intensa nas resistências?

Cláudio: Eu acho que é porque as mulheres têm um senso prático muito acentuado. Eu acho que a vida das mulheres, desde pequenas, na civilização que nós temos, claro que em outra civilização será diferente e nas civilizações passadas também, é uma vida de desafios, de muito trabalho. Na civilização que nós temos, que faz essa divisão, em que o homem cuida da rua e a mulher cuida da casa, as mulheres desenvolvem um senso prático muito grande. E a luta contra a ditadura era uma luta prática e talvez tenha sido um dos sérios problemas, o praticismo, como na época se dizia. Havia muito praticismo e pouca formação teórica. Não era culpa das mulheres, porque as mulheres eram freqüentemente aquelas mais estudiosas da clandestinidade, sempre queriam ler, sempre queriam discutir, etc. Mas havia uma praticidade na natureza da luta. A luta era uma luta sem quartel... Há uma expressão que se usa, um lugar comum, que é “guerra sem quartel”. Você sabe o que significa isso? “Guerra com quartel”: você não tem o quartel para onde voltar e dormir. Então naquela época era uma “luta sem quartel” porque nós não tínhamos nenhum minuto de sossego, a qualquer hora nós podíamos ser surpreendidos, então não havia descanso. Havia algumas cidades que

eram tratadas por nós como uma espécie de oásis: quando a pessoa ficava estressada, explodindo, temendo a prisão, etc, aí a gente mandava o companheiro para aquele lugar, que era o oásis. Qual era o oásis que existia no nordeste, por exemplo? Fortaleza! A cidade de Fortaleza era um oásis. Então, as pessoas iam para lá e ficavam relaxadas. Por que? Porque a repressão lá era uma repressão mais amena. Havia movimento, é de lá que surge inclusive grande parte do grupo que foi para o Araguaia, mas a repressão era branda, quando comparada a Recife, ao Rio, a São Paulo. Então, era uma “guerra sem quartel”. Eu acho que era por isso.

Marcela: O senhor conheceu o Pif Paf?

Cláudio: Conheci sim. A Revista do Millôr.

Marcela: E como o senhor a conheceu? Alguém lhe deu? O senhor comprou?

Cláudio: Não... Millôr era uma figura muito conhecida e se tornou ainda mais conhecida depois da ditadura. Ele escrevia em uma revista conservadora. Eu não me lembro se era O Cruzeiro... Era o Cruzeiro. Era uma revista que hospedava um articulista, que era uma das vozes mais ouvidas da direita: David Nasser. Ele teve inclusive uma briga física com o Brizola no aeroporto Santos Dumont... Não, no aeroporto do Galeão... Então, dali conhecíamos o Millôr. Quando surgiu a Revista Pif Paf todos aqueles que conheciam o Millôr se interessaram em conhecer a revista. O Millôr era muito mais do que um humorista, porque o humorista sempre foi olhado pela intelectualidade e pelos literatos como um intelectual de segunda categoria. A Revista O Pasquim é que deu aos humoristas um status que eles não tinham. Mas Millôr era tido como um intelectual, diferente dos demais humoristas da época.

Marcela: E nessa época o senhor morava em Recife?

Cláudio: Nessa época eu estava em Recife.

Marcela: Então a revista era nacional?

Cláudio: Era nacional.

Marcela: Era vendida nas bancas?

Cláudio: Nas bancas

Marcela: Como a sociedade recebeu a revista?

Cláudio: Olha, eu não vi nenhuma reação diferenciada em relação à revista. Em relação ao O Pasquim, por exemplo, sim. O que eu quero dizer com diferenciado? É um comportamento ou muito bom ou muito horrível, “essa coisa não entra na minha casa!” Então isso havia com O Pasquim, porque até a capa de O Pasquim era um pouco indecorosa, né? Tinha o Fradinho Baixinho, um personagem do Henfil que era um frade escrachado, sádico, O “pum” era uma

expressão que aparecia em letras garrafais na capa da revista. Causava algumas reações negativas dos conservadores. Mas isso eu não me lembro de ter visto em relação ao Pif Paf.

Marcela: Quem lia a revista? A esquerda? A direita? Todo mundo lia?

Cláudio: Todo mundo lia. Tinha um traço, que se eu pudesse classificar, eu diria que era um traço anarquista. É um traço muito comum nos humoristas, mas no Millôr ali aparecia mais no que nos demais humoristas, porque o Millôr era um intelectual de leitura muito ampla. Então o anarquismo se revela mais facilmente. Ele tinha aquele toque de atacar a religião, de atacar o governo, de atacar a família.

Marcela: O senhor considera que é uma publicação machista?

Cláudio: Machista? Eu acho que todas as publicações humoristas na época eram publicações machistas. Acho que sim.

Marcela: Como era o comportamento das mulheres na década de 60?

Cláudio: Na década de 60? Bom, quando eu me dei conta das mulheres na década de 60... até então, por bom tempo da minha vida, ainda na década de 60, eu dava mais conta da minha mãe e da minha avó, que eram as mulheres da minha vida. Quando eu me dei conta das mulheres na década de 60, eu posso lhe dizer que as mulheres... Eu as via como pessoas que estavam saindo de casa. Se eu tivesse que dizer a você, em poucas palavras, o que eu sentia das mulheres, é que elas estavam saindo de casa, estavam querendo romper com aquelas limitações todas, trabalhar. Trabalhar era uma coisa importante, fazia parte da rebelião, não, da revolução, a mulher trabalhar. E as mulheres dependiam disso. Mesmo as mulheres que não julgavam que trabalhavam, porque trabalhavam enormemente dentro de casa, mas julgavam que não trabalhavam, porque o conceito de trabalho estava associado ao emprego na rua, defendiam o direito de trabalhar, a necessidade das mulheres trabalharem e não se tornarem dependentes dos homens, etc. E também depois de 64, não por ser 64, mas acho que por conta de tudo aquilo ali, que estava acontecendo, a emergência do poder jovem, a pílula anticoncepcional... Algumas pessoas têm uma lógica tecnocrática e dizem que a pílula anticoncepcional provocou a liberação das mulheres, mas na verdade a liberação das mulheres é que fez nascer, que deu origem à pílula anticoncepcional. Depois se instala um processo dialético, de causação circular. Então eu acho que o marcante das mulheres era isso nessa época: liberdade sexual, ousadia...

Marcela: Tinha o amor livre?

Cláudio: Ah, o amor livre era um achado, uma coisa maravilhosa na década de 60. Uma coisa livre, completamente livre, inclusive em relação às ameaças que hoje em dia nós temos de doenças sexuais transmissíveis, AIDS, etc. Eu estava até brincando com um amigo meu

anteontem... estávamos viajando juntos e comentávamos sobre hoje se ter “saudades da gonorréia” porque realmente (risos) hoje em dia é outra coisa. Muito mais séria.

Marcela: E como os homens receberam esse tipo de mulher liberal?

Cláudio: Eu acho que os homens se dividiram: alguns acharam muito bonito e gostavam de suas mulheres assim, incentivavam; outros não. Havia um terceiro grupo que gostava e não gostava né? Gostava com as mulheres alheias, mas não com as suas. Não foi uma coisa diferente daquilo que poderia ser esperado, mas havia muita adesão dos homens. Se bem que é necessário dizer que a minha referência é uma referência de esquerda, uma referência em si revolucionária, então existe aí um viés que precisa ser descontado. No mais, havia muita aceitação.

Marcela: Como as mulheres ditas “subversivas” eram vistas?

Cláudio: Na sociedade? Pela família?

Marcela: Sim

Cláudio: Existia também muitas maneiras de ver essas mulheres: uma maneira preconceituosa, um comportamento de direita, ideológico; a outra, é uma maneira de admirar, uma forma valorizante que se fazia. Mas de modo geral, um grande terror para as famílias, os amigos, etc, porque se temia pelas mulheres, pela violência contra elas, pelos riscos que corriam, até porque se julgavam as mulheres como mais frágeis, indefesas. Uma parte da sociedade olhava pessimamente, olhava muito mal e dava certas versões muito pejorativas, que elas eram uma espécie de acompanhantes para sexo, para sexo coletivo nos aparelhos dos grupos, dos partidos de esquerda, dos grupos clandestinos e assim por diante. O que na minha opinião também tinha um componente de direita, um componente de combate ideológico, de tentar desgastar, desmoralizar.

Marcela: E dentro dos partidos havia um preconceito dos homens com as mulheres? Alguma diferenciação?

Cláudio: Olha, deveria haver, eu não notava isso, mas provavelmente haveria, porque seria de se estranhar que a sociedade não tivesse essa visão. Não é que o partido seja uma pequena expressão da sociedade, o partido tem uma composição especial, que pode ser uma expressão da sociedade avançada. Mas certamente existia. Eu não percebia isso, no meu redor eu não via isso: o preconceito com as mulheres e nem com o papel que elas poderiam ter na direção, no comando, na autoridade moral, eu não via isso. Eu chamo atenção apenas para o fato de que as direções das organizações tinham mulheres, mas não tinham mulheres na mesma quantidade dos homens, os homens continuavam a ser a maioria. Como ainda hoje. Era um tanto raro, por exemplo, as mulheres fazerem parte dos comandos militares,

não era uma coisa comum. Eu conhecia até umas companheiras que faziam parte dos comandos militares, mas não era o mais freqüente.

Marcela: E os movimentos feministas na década de 60?

Cláudio: Nós não sentimos o movimento feminista na década de 60. A primeira vez que nós começamos a ouvir a falar no movimento feminista foi a partir da Betty Friedman, se eu não me engano estava se aproximando da década de 70 ou mais de 70 né? Então não percebíamos isso: o movimento feminista na década de 60.

Marcela: O pensamento da década de 60 ainda era aquele da mulher voltada para o casamento, sendo este um modo de ascensão social e econômica?

Cláudio: Sim. A expectativa das famílias era de que as mulheres seguissem este roteiro padrão conservador. Mesmo as famílias da classe média tinham uma visão de que este era o caminho adequado para as mulheres. Quando as mulheres procuravam coisas aparentemente mais aceitáveis, como por exemplo o trabalho, havia uma concepção de que elas estavam se desviando do que deveriam fazer. Havia mesmo nas classes médias uma rejeição das famílias em relação a certas opções acadêmicas de formação das mulheres e até rejeição em relação à formação. Fez o ensino médio, então já está satisfatório, já é o suficiente para ler e escrever e fazer uma conta... havia isso.

Marcela. Agora vou mostrar para o senhor algumas charges publicadas na Revista Pif Paf e gostaria que o senhor desse um breve relato sobre cada uma delas (a ordem das charges apresentadas segue a mesma ordem das charges analisadas nessa pesquisa).

Cláudio: Isso é Jaguar né? Isso não é Millôr não, né? Millôr tem um traço mais desorganizado, Jaguar é melhor desenhista... Bom, essa primeira charge ela trata de uma temática machista conhecida, que é a traição da mulher. A segunda é uma temática freudiana, tanto que a charge é diferente, com uma figura freudiana sentada com um psicanalista. Essa aqui é da época do topless, né? Uma piadinha com o topless... Ziraldo é um humorista mais sutil, tem um machismo mais sutil, nessa quarta charge. A temática do sexo é mais uma vez explorada nessa sexta charge. Essa aqui é o pão-de-açúcar comparado com as curvas da mulher. Essa nona charge é do Ziraldo, ele tinha uma visão mais crítica do machismo, não era tão engajado.

Marcela: Queria agradecer ao senhor pela disposição e pelas respostas dessa entrevista, que certamente serão úteis para a minha pesquisa.

Cláudio: Espero que tenha te ajudado.

Apêndice D: Entrevista com Eliete Ferrer, em 11 de maio de 2010, no Rio de Janeiro

Marcela: Eliete, fale um pouco de você, da sua trajetória...

Eliete: Falar um pouco de mim, em que setor? O que você quer que eu fale? Que âmbito da vida? Eu tenho 63 anos, sou professora, pertencia à famosa geração de 68, a geração que queria mudar o mundo. E a gente continua querendo mudar o mundo. Lutei contra a ditadura, acabei sendo exilada, morei no Chile e na Suécia, voltei para o Brasil com a anistia e até hoje luto, né? Batalho por uma vida melhor, não só para mim, mas para as pessoas em geral: para os brasileiros, para o mundo, para o planeta, etc.

Marcela: E na década de 60?

Eliete: Na década de 60 eu era uma moçoila. Eu nasci em 1947, então em 1957 eu tinha 10 anos e em 1967, portanto, eu tinha 20, né? Na década de 60 eu peguei a minha adolescência. Foi a década da ingenuidade, eu considero assim... A década da alegria, do cinema, dos anos 50. A gente tinha futuro. Todo mundo sabia que tinha futuro, não é como hoje que a juventude vai à escola e não sabe. Nós não! Eu tinha futuro. A gente sabia que ia trabalhar, ia viver, que ia se dar bem na vida. “se dar bem na vida” no sentido lato, não é “se dar bem” como tem essa coisa de gíria hoje: “se dar bem” por cima dos outros. Não! “se dar bem” é conseguir uma vida melhor, uma coisa assim com dignidade. Eu sempre estudei em colégio público, nunca estudei no ensino particular. Eu estudava para fazer concurso e passava. E eu era muito feliz, era feliz e não sabia... [*risos*]... Eu fui criada em uma família muito rígida, educação muito severa. Meus pais, especialmente meu pai que era quem mandava na casa, de descendência espanhola, todo mundo muito severo, muito rígido, muito moralista e eu sempre tive muito embate com eles. Porque eu não suporto autoritarismo, então quando veio a ditadura eu já estava descolada. Aos meus 20 anos eu me *emputecei*, saí de casa porque eu já trabalhava, já era professora primária e estava fazendo faculdade no terceiro ano já. E em casa eu não podia nada, tudo era proibido, aquela coisa horrorosa. Então, eu saí de casa e fui viver em coletivos de estudantes e me dei muito bem [*risos*] porque o meu objetivo era melhorar a minha situação de opressão, então eu fui ver o que era bom e foi muito melhor! Continuei trabalhando como sempre trabalhei e na primeira casa em que eu fui morar, por exemplo, não tinha nada. Primeiro eu fui morar na casa de uma amiga minha, cujos pais estavam viajando, no Grajaú. E a casa dela era um “antro” de estudantes: o pessoal de esquerda, de comunistas, um movimento de música, pessoas com muita vivência cultural. Então eu fiquei lá até que os pais dela voltaram ou iriam voltar. Aí quando eles voltaram nós alugamos uma casam, que era aqui no Largo do Machado, um coletivo de oito pessoas e aí

fui vivendo a minha vida, eu me formei, mais tarde eu me engajei na luta armada.

Marcela: ALN?

Eliete: ALN. Eu pertencia à ALN, eu era do quadro de apoio logístico da ALN: guardei gente em casa, fiz outras coisas, não importa né? Era do quadro de apoio logístico da ALN e depois eu me separei do meu primeiro marido, já era casada com um cara que era do GTA (Grupo Tático Armado), do Grupo de Fogo, depois ele acabou sendo preso, torturado e quase o mataram. Estou falando isso assim [*risos*] É porque eu já falei algumas vezes então isso diluiu um pouco mas foram momentos muito difíceis: em 1973 quando ele foi preso. De 73 até 75/76 foi tudo muito difícil porque ele foi preso e mudou a minha vida completamente e tive que abandonar os meus trabalhos. Eu que sempre estudei e trabalhei muito. Eu fiz História na UEG, que hoje é UERJ. Depois quando eu estava no último ano descobri que não gostava de História, eu queria é Artes Plásticas. Aí eu fui para a ENBA, que hoje em dia é a Escola Nacional de Belas Artes, na UFRJ. Funcionava na Rio Branco e era um ambiente maravilhoso naquela década. E também mais tarde fui fazer Música, aí entrei na Escola de Música Villa-Lobos, que funcionava no prédio que era a sede da UNE. E ali fiquei até que Luís Carlos foi preso. Eu tinha também uma banda de música “Equipe Mercado”, e eu era *crooner*. Nós tínhamos uma banda que pertenceria ao movimento pós-tropicália, mas nós não conseguimos muita mídia não. Eu acabei saindo porque houve um problema amoroso... [*risos*] O meu marido, que era um dos autores das letras das músicas, começou a “comer” a outra cantora. Éramos duas cantoras e naquela época eu era muito fragilizada. É o que eu posso dizer hoje em uma análise superficial. Larguei aquele campo mas eu tinha ter ficado, tinha que ter insistido mas eu não sabia fazer isso. No que “pintou” competição, eu saí, foi mais ou menos o que aconteceu na casa dos meus pais: eu saí pois não agüentei a pressão. Aí fui criando a minha vida. Eu não saí me queixando, fui criar as minhas próprias asas, meus próprios passos, meus próprios caminhos, etc. Mas eu sempre fui uma pessoa ligada a movimentos culturais. Nós fomos ao festival de Cataguases que aconteceu por volta de 69/70, de onde fomos expulsos, a polícia invadiu o teatro por atentado à moral e aos bons costumes. Claro que não era nada disso! Não havia atentado à moral, coisa nenhuma!

Marcela: Como era o seu relacionamento com os seus pais?

Eliete: Era bem distante porque quando eu saí da casa deles eu lutei pela minha vida. Eu não fui mais à casa deles ou ia lá sorrateiramente quando o meu pai não estava. Sorrateiramente eu encontrava com a minha mãe, que mora aqui comigo hoje em dia. A minha relação com o meu pai era muito pobre.

Marcela: Você é filha única?

Eliete: Não, eu tenho uma irmã. [risos] Ela era filha única até que eu nasci e ela não engoliu muito não. E eu sempre sofri porque ela era certinha e eu era maluquinha. Ela era educada, ela era quietinha e eu sempre fui todos os adjetivos negativos que você pode colocar em cima de uma mocinha, uma menina. Eu era muito engraçadinha, agitada. Naquele tempo não havia o termo criança hiperativa e eu acho que eu era hiperativa por causa das descrições que fazem e pelo o que eu me lembro também. Em sempre fiz “n” coisas ao mesmo tempo. E meus pais, muito ignorantes, coitados, não sabiam lidar com isso, então houve um prejuízo nessa relação que foi resgatado muito mais tarde, se é que foi algum dia... [risos] Muitos anos de análise. Da minha parte eu resgatei, da parte dela acho que não resgatou muito mas, de qualquer forma, ela mora comigo porque quis, por sua própria opção [risos].

Marcela: E como era o comportamento das mulheres na década de 60?

Eliete: Ah, as mulheres... Eu sempre tive um comportamento atípico não só em casa como na faculdade. As mulheres eram certinhas e eu não era certinha. Por isso que eu estou lendo Leila Diniz³⁸, né? [risos] Quando a Leila Diniz morreu eu chorei

Marcela: Você a conheceu pessoalmente?

Eliete: A conheci pessoalmente mas não muito. Aquilo era um mito, um símbolo, uma identidade muito grande com ela. As meninas eram todas virgens, preocupadas com as suas virgindades, com o casamento. Para mim não. Para mim, faculdade, escola em geral era um degrau para a liberdade. Eu jamais faltei à aula do ginásio, por exemplo. Por quê? Porque na escola era onde eu exercia a minha liberdade. As meninas eram todas recatadas, pudicas e eu não era. Eu sempre fui muito pândega e sempre tive muito bom humor e falo muito palavrão desde aquela época. Eu, por exemplo, fui praticamente expulsa do Partidão porque eu falava palavrão. Moça não podia falar palavrão. Hoje em dia algumas até falam mas ainda existe esse preconceito com a mulher.

Marcela: E a liberação feminina veio nessa época?

Eliete: Com certeza, por causa da pílula. A descoberta da pílula anticonceptiva foi uma alegria embora nós tínhamos alguns problemas como engravidar e mesmo com a pílula você não tomava direito, tinha medo, não sei mais o quê.

Marcela: As mulheres que iam para a política, para a luta armada eram de classe média?

Eliete: As que eu conheci, sim. Mas a luta armada não foi feita só com a classe média. Houve o movimento operário, ferroviário, outras classes de trabalhadores, estivadores,

³⁸ A entrevistada refere-se ao livro SANTOS, Joaquim Ferreira dos. **Leila Diniz: uma revolução na praia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

motoristas, mineiros. Antigamente os trabalhadores eram mais respeitados. Hoje em dia os movimentos estão mais abafados. O governo Lula tem muitas coisas positivas mas o que ele fez foi abafar os movimentos sociais. O que resta dos movimentos sociais aqui no Brasil é o MST.

Marcela: Quem era a mulher que estava nos partidos?

Eliete: Ah, não eram partidos, era tudo clandestino. Quer dizer, havia o Partidão. Era o pessoal da faculdade que eu fazia, então nessa época era o pessoal da faculdade.

Marcela: Então eram de classe média?

Eliete: Classe média, com certeza, pelo menos até onde eu fui. O universo dos estudantes era limitado. Então o golpe foi feito pela classe média. O golpe foi engendrado nos Estados Unidos com o apoio das empresas brasileiras reacionárias. Não só as empresas mas os políticos também. O suicídio de Getúlio, já está mais do que comprovado, atrasou em dez anos o golpe. Eu me lembro do dia do suicídio de Getúlio. Eu era criancinha mas eu me lembro. Então, eu me dei com mulheres de classe média nessa época. Já no exílio não. No exílio eu conheci mulheres da classe operária, o pessoal de Osasco...

Marcela: Isso já na década de 70?

Eliete: É, na década de 70. Foi no Chile e na Suécia, no exílio. Aqui não me lembro de nenhum operário, trabalhador, ou que seja.

Marcela: Que setores da sociedade foram atingidos pelo golpe?

Eliete: Todos! Imagina: um golpe que cerceia as comunicações, os movimentos, a educação... Todos foram atingidos. E quando você fala em corrupção no Brasil, a Jessie Jane tem um trabalho sobre isso: ela deu uma entrevista até pouco tempo sobre a história da corrupção na época da ditadura. Eles faziam o que queriam, matavam porque queriam e era assim e até hoje estão impunes.

Marcela: Qual era o pensamento da mulher na década de 60?

Eliete: A gente achava que ia modificar o mundo. A gente tinha certeza que ia ganhar a luta contra a ditadura. Depois a coisa foi ficando preta mas a gente não esmoreceu não. Quando a gente saiu do exílio era uma parada estratégica. O campo está horrível, a gente tem que sair, se retirar para ter recursos, se fortalecer e recomeçar a luta. *[risos]*

Marcela: Como os homens lidavam com as mulheres que estavam no Partidão?

Eliete: Os homens não estão preparados para isso... Até hoje *[risos]*... Os homens não estão preparados para a mulher pensante, a mulher questionante. No meu caso, por exemplo, eu sempre fui muito questionadora, é uma coisa minha, eu nasci com isso. Eu cresci mas me “prejudicou” em muitas relações porque eu questiono e isso cria uma barreira.

Marcela: O que você se lembra do Pif Paf?

Eliete: É uma revista muito criativa. A gente se identifica com esse humor inteligente.
[folheando um exemplar da revista Pif Paf]

Marcela: Você acha o Pif paf machista?

Eliete: Não... Mas a sociedade brasileira é machista. É claro que é machista, mas e daí? Dane-se! Eu também posso rir da mulher, sabe? Querem me diminuir? Eu não vou me diminuir, eu acho graça! Se querem me diminuir eu pego um limão e faço uma limonada e fico rindo junto. Claro que é machista! Olha aqui essa bunda dessa mulher [aponta para uma fotografia de uma mulher semi-nua na revista] O Jaguar é um gênio. Eu gosto muito de história em quadrinhos. Eu tenho livros do Millôr, inclusive quando eu dei aula particular, aulas de redação para alunos que não sabiam escrever e não tinham o hábito de leitura. Então, eu começava essas aulas com textos cômicos do Millôr, ou do Barão de Itararé e o aluno ia se interessando pela leitura até começar a ler Os lusíadas, por exemplo.

Marcela: A sociedade lia o Pif Paf?

Eliete: O Pif Paf foi um pré-Pasquim e quem lia eram os intelectuais. O Pif Paf é mais elitizado e o Pasquim até o cara da padaria lia, era mais popular e a tiragem era bem maior.

Marcela: E qual foi a repercussão da revista na sociedade?

Eliete: Quem a lia achava genial. Os leitores continuam com essa opinião, não acredito que tenham mudado de opinião. As pessoas gostavam, na faculdade a gente trocava, ria. Isso aqui é tão vivo que continua sendo atual, é uma prova que tem muito valor.

Marcela: O que significou para você a emancipação feminina?

Eliete: A emancipação apenas começou e hoje em dia no Brasil ela ainda está engatinhando. A mulher não pode envelhecer, precisa ser eternamente bela, é como se fosse uma “burca” ocidental. O homem envelhecer e ter barriga é sinal de poder. A minha emancipação como pessoa significou o que eu sou hoje em dia [risos]

Marcela: Como a sociedade via as mulheres subversivas?

Eliete: Eu era subversiva. Muita gente, principalmente os machistas, confundiam subversão com *putaria*. Então, se aquela mulher era de esquerda ou estava fazendo alguma coisa de esquerda, ela dá para todo mundo, digamos assim para ser bastante crua. Era quase *puta*, e isso existia muito.

Marcela: E havia preconceito dos próprios partidos?

Eliete: Tanto havia que o Partidão não me agüentou. Hoje em dia eu até acho muito bom porque aquelas reuniões eram muito chatas, as pessoas eram muito sérias.

Marcela: Havia muitas mulheres?

Eliete: Não, a maioria era homem. Você pode fazer qualquer movimento sério sem precisar ficar sisudo. A sisudez não tem a ver com a seriedade com aquilo que você faz. Você pode fazer uma coisa muito séria com alegria, bom humor, descontração. Eu sou uma pessoa que não me adapto a ambientes muito rígidos. Eu não suporto tirania.

Marcela: Agora vou te mostrar algumas charges publicadas na Revista Pif Paf e gostaria que você desse um breve relato sobre cada uma delas [*a ordem das charges apresentadas segue a mesma ordem das charges analisadas nessa pesquisa*].

Eliete: Nossa, tem muita bunda aqui [*risos*]... Isso existe muito até hoje: é o retrato do homem moderno antigo e etc... O cara só vê mulheres nuas na frente dele. Não tenho absolutamente nenhuma crítica a isso, que é a fotografia do ser humano masculino de hoje.

Marcela: Você se lembra da passagem do maiô para o biquíni?

Eliete: Lembro! Eu usava maiô de duas peças usado de minha prima Marli, que era um short e um sutiã do mesmo tecido, eu não tenho foto dessa época, mas a gente ia para Cabo Frio, para a Praia das Conchas e acampava lá e era lindo! Meu pai jamais comprou maiô porque julgava ser uma coisa supérflua e indecente. Minha família morava no subúrbio, embora eu tivesse uma parte da família no Jardim Botânico. Mas o meu pai saiu do Jardim Botânico e foi morar na Penha Circular porque queria morar em casa própria e como não tinha dinheiro para comprar no Jardim Botânico, comprou na Penha Circular. Meus laços com a zona sul nunca se romperam, pelo contrário, se fortaleciam porque os meus padrinhos moravam no Jardim Botânico, então todos os finais de semana eu ia para lá, passava as minhas férias lá e etc. Tudo era proibido, eu não podia raspar as pernas. A primeira vez que eu raspei as minhas pernas eu tinha 13 anos e me cortei toda pois tive que fazer escondido e correndo. A mesma coisa foi com o cigarro porque a mulher não podia fumar e eu fumava escondido. Cigarro sempre fez mal mas naquela época ninguém sabia disso e fumar era demonstração de emancipação, demonstração de ser adulto. Era tudo *burrice*, mas o povo fumava. [*risos*] Uma vez eu esqueci o maço de cigarros em cima da mesa e o papai veio com aquele maço segurando na ponta dos dedos e me indagou: -o que é isso? E eu respondi: - é um maço de cigarros! [*risos*] e deu uma briga danada mas eu continuei fumando. Aliás, eu parei de fumar várias vezes na minha vida, mas parei de fato quando fiz 39 anos. Sair à noite? A hora de voltar para casa era nove horas da noite. Nunca levei namorado para dentro de casa, nunca fiz isso! Eu não aceitava aquela casa, como eu iria levar namorado para dentro de casa? Eu não me relacionava com a minha irmã, mas era obrigada a sair com ela. Então, a gente saía junto, mas na esquina era cada uma para o seu lado, marcávamos quinze para às nove em determinado lugar e chegávamos juntas às nove horas em casa. [*risos*] Os costumes da

década de 60 eram horrorosos.

Marcela: E o cinema?

Eliete: Quando eu saía era para ir ao cinema. Eu me identificava muito com a bossa nova e o cinema novo, especialmente era um cinema muito engajado politicamente com os filmes de Sérgio Ricardo. Era a fossa e tinha o “Solar da Fossa”, que era uma vila de casas antigas onde hoje fica o Shopping Rio Sul. Lá moravam sozinhos jovens, como Caetano Veloso e Gilberto Gil, e era muita maconha e ácido. O cinema novo era um cinema em preto e branco que falava dos pobres, da favela e tinha um samba como fundo musical. Eu saía também para dançar samba. Eu também gostava do Roberto Carlos, mas aquilo não me dizia muita coisa. Eu o achava lindo e gostoso, mas não me dizia mais nada. Uma vez eu fui ao show dele no Clube Olaria e eu tinha uma amiga, que é minha amiga até hoje, cujos pais eram importantes cartolas do Clube Olaria e conseguimos um lugar coladinho do palco. Esse show acabou sendo um marco para mim, mas eu já estava em outra, já estava fazendo faculdade. Eu comecei a estudar muito cedo e sempre era a mais nova da turma. Aos 6 anos, quando entrei na escola, eu já sabia ler. No ginásio, eu era muito bagunceira, sempre era posta para fora de sala [risos] naquela época a bagunça era ingênua, a gente obedecia o professor porque ele sabia mais do que a gente e tínhamos respeito e um certo medo também. Hoje em dia o professor não tem o menor reconhecimento social e eu sou professora [risos]

Marcela: Ainda dá aula no Villa-Lobos?

Eliete: Na Villa-Lobos eu não dou aula, só trabalho na orientação pedagógica. Eu estudei música mas acabei não me formando porque saí do Brasil, então não tenho licenciatura em Música e não posso dar aula de Música. Eu trabalho com um grupo que trata dos Núcleos Avançados da Escola Villa-Lobos no Estado do Rio de Janeiro: Miracema, Paracambi, Búzios e Conceição de Macabu. Dependendo do espírito público do prefeito, as coisas andam ou não [risos] Mas eu sou aposentável. De todo o tempo em que eu estive no exterior, eu tive direito pela lei da anistia. Já estou aposentável há vinte e dois anos mas não me aposento e ganho a mesma coisa do que eu ganharia se estivesse aposentada mas eu prefiro continuar porque eu gosto de lidar com gente, com jovens, aprender gírias, a gente se renova.

Marcela: Em que ano você retornou ao Brasil?

Eliete: Eu voltei em 1979. A juventude de hoje é muito mais moralista do que a minha juventude de quando eu tinha 20 anos. Eu sei disso porque eu lido com jovens e outro dia eu falei na escola que eu já fui à Praia das Conchas tomar banho nua, estava todo mundo nu e

não tinha suruba. Eu só transava com o meu namorado e ele só transava comigo e assim os casais eram formados.

Marcela: Não tinha o amor livre?

Eliete: Poderia ter, mas a gente não exercia [risos] Eu não exercia pelo menos. Se eu gostava de fulano, só transava com fulano. Não tinha esse hábito do amor livre. Porque isso era um hábito que existe em qualquer geração e tem a ver com caráter e necessidade. Mas quando eu estava solteira, eu distribuía [risos] Eu aproveitei muito a minha juventude e não posso reclamar. Sofri também: prisão e morte de companheiros. Eu só fui presa no Chile e nunca fui presa no Brasil. Sofri muito no Chile e até hoje eu não falo detalhes. Essa coisa de dizer “não” foi muitas vezes confundida porque, sendo muito liberal e engraçada, o cara acha que você vai “dar”. Mas quando eu não queria, fui muitas vezes agredida por isso, porque o cara acha que você é um objeto [risos] A nudez não é tão sensual do que a mulher vestida. E essas revistas são isso: a emancipação da mulher, a ridicularização do homem babaca, bobão e machista. Ridiculariza a mulher? Eu acho que não, acho que ridiculariza muito mais o homem machista do que vulgariza a mulher. Vulgariza só um pouquinho mas não tanto. Afeta mais o homem do que a mulher.

Marcela: Eu agradeço muito pela oportunidade da entrevista

Apêndice E: Entrevista com Cecília Coimbra, em 11 de maio de 2010, no Rio de Janeiro

Marcela: Cecília, você poderia falar um pouco da sua trajetória, da sua militância?

Cecília: Eu venho de uma família de pai português salazarista, ou seja, o meu pai era uma pessoa extremamente conservadora, chegava a ser fascista, era ligado à UDN naquela época. E minha mãe era extremamente religiosa: católica apostólica romana. Eu sempre fui uma pessoa ligada às questões sociais, talvez até por causa de alguns professores que eu tenha tido, mas desde cedo eu sempre fui afetada pelas questões sociais. Eu lembro que como eu tive uma educação religiosa e rigorosa, eu comecei a duvidar. E o meu primeiro passo para começar a questionar essa minha criação foi o meu interesse pela História. Eu fiz o curso de História antes de fazer Psicologia. E uma das coisas que eu comecei a duvidar foi da religião, e uma das primeiras coisas que eu comecei a duvidar chama-se dogma da transubstanciação, que é o corpo de Cristo na hóstia. E eu comecei a duvidar daquilo que era considerado pecado. Eu devia ter 10 ou 11 anos. Eu sempre fui questionadora das coisas, sempre querendo perguntar o porquê e também muito afetada pelas questões sociais. Eu me lembro que queria ser médica para cuidar dos índios do interior. Aí eu fui fazer História. Eu até pensei em fazer Medicina, mas estava com um namorado na época para me tornar noiva, mas depois terminamos. Mas ele dizia que Medicina não era profissão para mulheres e eu fui fazer História porque gostava muito de História, que foi fundamental na minha vida. E eu entrei para a antiga Faculdade Nacional de Filosofia em 1962, da Universidade do Brasil e imediatamente fiz contatos com os comunistas.

Marcela: Você tinha quantos anos nessa época?

Cecília: Eu nasci em 1941, então eu tinha 18 anos... Não, então não foi em 62, foi em 59 ou 60... Eu me lembro que estava fazendo vestibular na época da renúncia do Jânio Quadros... Eu me lembro que o meu pai era um anticomunista ferrenho, do tipo comunista pega perna criancinha, não acredita em Deus, é contra o padre e a família, se tiver que denunciar denuncia o próprio filho... Aí eu comecei a fazer contato com o pessoal que se dizia comunista. Apesar do partido ser clandestino era uma coisa muito aberta na época pois todo mundo sabia que funcionava no Edifício Marquês de Herval, era uma coisa muito aberta apesar de ser clandestino porque era o governo de Kubitscheck e João Goulart, conseguíamos respirar alguma coisa em relação à democracia burguesa. E eu me lembro que comentei com o meu pai que tive contato com os comunistas e que eles eram tão legais e ele dizia que eu não fizesse isso... Logo logo, no meu primeiro ano de faculdade eu entrei para o

Partido Comunista (PCB).

Marcela: Você era filha única?

Cecília: Não, eu sou a mais velha e tenho quatro irmãos homens. Tanto que o meu pai dizia que era um absurdo a única filha mulher chegar de madrugada a casa. Porque eu comecei a participar de militância política e chegar tarde a minha casa. E comecei uma série de questionamentos: o que vinha da religião desde os 10 e 11 anos e minha preocupação social somadas à militância no Partido Comunista foram um choque na minha família. Aí veio o golpe e eu me formei em História em 1965. Na época do golpe eu fiquei escondida um mês e meio na casa de um operário por orientação do partido, mas não chegou a ser clandestinidade. Foi na época em que eu ia me casar, eu tinha que comparecer ao cartório e meu ex-marido, com quem eu me casei na época, também era conhecido no Partido Comunista, e vinha de uma família de comunistas o que causava um choque muito grande entre a minha família e a família dele, e é o pai dos meus dois filhos e avô dos meus netos com quem eu fiquei casada há mais de trinta anos. Nós ficamos escondidos durante algum tempo e depois retornamos à faculdade. E naquele período a gente respondeu a dois Inquéritos Policiais Militares (IPM) porque na eu tinha trabalhado com Paulo Freire. E em 1961 o Paulo Freire trouxe o trabalho dele de alfabetização do nordeste para o Rio de Janeiro com o apoio do Ministério de Educação e Cultura do governo João Goulart. Era o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos. E eu fui trabalhar no Ministério de Educação e Cultura, tanto que eu sou anistiada por lá. Fizemos concurso para trabalhar lá mas era um escândalo estarmos lá com aquelas peruas do Ministério e foi uma experiência maravilhosa e muito bonita porque eu tive aula com o próprio Paulo Freire e imagina uma pequena burguesa como eu tendo contato com analfabetos da Baixada Fluminense. E eu dei aula em Nilópolis e estava tendo contato com essas pessoas pela primeira vez. Eu me lembro que uma vez eu cheguei a faculdade e a palavra que a gente começa a alfabetizar era favela e deveria haver um debate para depois desmembrarmos as sílabas e eu me lembro que um homem disse que a favela existe por causa da miséria no campo e eu vim do campo. E o espanto era a ligação da favela com o campo, coisa que eu somente via através dos livros e ali eu estava tendo o primeiro contato e foi uma experiência muito bonita! Quando veio o golpe, a gente se esconde e depois retorna à faculdade e eu me formo em História em 1965 apesar do diretor da Faculdade Nacional de Filosofia na época, o Eremildo Luiz Viana, um fascista reacionário que denunciou vários professores, ter me deixado em dependência em História Antiga e Medieval e eu consegui passar. Tanto que Élio Gaspari, que estudou comigo e foi um dos expulsos da faculdade, o nomeou como “Eremildo, o idiota”. Então eu

terminei o meu curso de História, mas continuei no Partido Comunista apesar de fazer várias críticas a ele. Mesmo antes do golpe nós questionávamos muitas coisas do Partido e na época havia controvérsias entre a linha chinesa e a soviética: a soviética foi aquela que se impôs em todos os partidos comunistas do ocidente e a chinesa foi aquela mais crítica, ligada às críticas que o Mao Tse-Tung fazia ao pensamento soviético e com isso saiu o PCB. A gente descobre um centro cultural Brasil-China, que depois os chineses foram presos na época do golpe e a gente fazia muito grupo de estudo, mesmo antes do golpe, para discutir os textos em espanhol que a gente pegava sobre as divergências sino-soviéticas. Eram críticas que os chineses faziam à linha complacente de não-revolução, a tomada paulatina ao poder através das eleições, das vias institucionais. Um livro que foi fundamental em nossas vidas foi “A revolução na revolução”, de Régis Débray, que era a teoria do guerrilheiro, a teoria do Che Guevara que encantou a todos. Em 1966 a gente sai do Partido e vai fazer parte da “Convergência do PC na Guanabara”, onde eu conheço o Franklin Martins, o Gabeira, o Muniz, que é o pessoal que depois funda o MR8 (Movimento Revolucionário de 8 de outubro), em função da morte de Che Guevara na Bolívia. Quando o MR8 se funda em 1968/1969 começam as primeiras ações armadas e eu me lembro que me chamaram para uma expropriação, um assalto a banco e eu disse que não iria não por medo mas porque eu achava que não era por aí. Na época em que o Gabeira participou do seqüestro do embaixador norte-americano ele ficou escondido lá em casa porque eu tinha uma vida legal já que eu era professora de História e estava começando a estudar Psicologia, mas era professora de História concursada do Estado e do Município e Novaes também era professor, apesar de ele ter feito Filosofia era professor de História e como a gente tinha uma estrutura legal, a gente dava estrutura para muita gente clandestina que ficou lá em casa, gente até que eu nem conhecia. Algumas pessoas alguns anos depois eu olhava a fotografia da pessoa morta e identificava que aquela pessoa já esteve na minha casa, isso muitos anos depois. Então com o seqüestro do embaixador em 1969, o Muniz me procurou para saber se eu poderia dar estrutura para as pessoas e eu concordei. E eu me lembro que eu falava muito para o Gabeira que não era por aí, mas por onde é eu não sei. E eu dizia que o que eu poderia fazer era isso, o meu limite era esse e eu acho que a luta não poderia ser por aí, deveria ser totalmente desvinculada da população pois era a época que estava começando a questão do “milagre econômico”, a Rede Globo cada vez se fortalecendo mais, se globalizando mais com uma produção ferrenha do anti-comunismo e a gente percebia que estava cada vez mais isolados, era como se falasse da ditadura era falar de algo que era fantasia da gente. Eu me lembro que em 1968 o meu irmão tinha participado da invasão da Faculdade de Medicina,

que a polícia invadiu a Faculdade de Medicina da UFRJ, e os estudantes saíram da faculdade à base do corredor polonês, da *porrada* mesmo. E meu irmão chegou à casa cheio de sangue e meu pai achou um absurdo e dizia que era culpa do meu irmão por ter se metido com comunista. E ele dizia que tortura não existe, era invenção da gente. Isso foi em 1969, quando começaram as primeiras denúncias de tortura e quando em 1970 eu e meu ex-marido fomos presos meu pai já tinha morrido. Eu estava no DOI-CODI sendo torturada e eu pensava se meu pai iria acreditar que existe tortura mesmo. A população estava sendo manipulada cada vez mais pelos meios de comunicação, em especial a Rede Globo. Eu costumo dizer que eu namorei o MR8, mas não cheguei a entrar nele. Eu dava apoio a diferentes organizações, embora eu tivesse mais ligação com o MR8, pelos amigos que eu tinha, eu também tinha muitos amigos clandestinos na ALN, no Movimento Armado Revolucionário... Muita gente ficou lá casa.

Marcela: Havia muitas mulheres?

Cecília: Muito poucas. E as mulheres que tinham eram desqualificadas enquanto militantes. Foram poucas as mulheres que chegaram à luta armada, ou em qualquer organização clandestina, a um cargo importante. De um modo geral eram poucas as mulheres que falavam nas assembléias, e as que falavam, mesmo as mais militantes, eram vistas como sendo prostitutas, mesmo pelos próprios companheiros, era impressionante o machismo presente não só na sociedade mas na própria esquerda. Nas reuniões clandestinas eu era chamada para fazer coisas como cozinhar, coisa que eu nunca soube fazer, era coisa de mulher mesmo. Havia certos papéis que eram de mulheres. E poucas mulheres deram o seu depoimento e é incrível isso! São pessoas que escrevem sobre elas. E isso é diferente dos homens, que escreveram suas memórias. Em 1970 nós fomos presos e foi uma experiência que a gente nunca esquece, principalmente porque eu tinha um filho pequeno de três anos e meio. E fui levada muitas vezes para ver Novaes sendo torturado, foram cenas inesquecíveis na minha vida. Eu estava estudando Psicologia na época, quase que fico reprovada porque fiquei seis meses e meio presa. Eles estavam achando que a gente sabia muita coisa porque naquela época havia sido seqüestrado o embaixador alemão, em 1970, e era outra organização, era o grupo do Lamarca e não tinha nada a ver com o grupo que tinha seqüestrado o norte-americano, que era a ALN e o MR8. E eles achavam que a gente tinha alguma coisa a ver porque eles encontraram lá em casa um documento sobre segurança, ligado ao seqüestro do norte-americano, então acharam que a gente sabia de alguma coisa, mas a gente não sabia nada. E ficamos seis meses e meio incomunicáveis e eles não sabiam o que fazer com a gente porque o processo do seqüestrador alemão já havia sido fechado. E

quando a gente sai de lá a gente fica com a vida profissional totalmente prejudicada. Eu tinha um filho pequeno e logo depois eu fiquei grávida no ano seguinte do meu segundo filho e fiquei impedida de dar aulas no Estado. Eu respondi a um Processo Administrativo e ainda bem que não fui mandada embora mas fiquei impedida de dar aula. Os meus diretores até disseram na Secretaria de Educação que eu nunca havia feito política em sala de aula, e naquele clima de terror foram pessoas muito legais. E um deles, inclusive, eu havia batido boca antes porque eu queria dar o livro “Morte vida Severina”, que havia ganhado um prêmio no Festival de Nanci, e eu dava Sociologia na época, em uma escola em Bangu. E eu tinha passado uma poesia de João Cabral de Melo Neto para o pessoal saber o que era o pequeno latifúndio no Brasil. Concurso público eu nunca mais pude fazer até 1979, com o final da lei de Segurança Nacional. Só consigo fazer concurso para a UFF quando a Lei de Segurança Nacional cai. Todo e qualquer concurso público a gente tinha que ir ao DOPS e pedir um atestado de ideologia, ou seja, um dos documentos exigidos para a inscrição em qualquer concurso Municipal, Estadual e Federal era o Atestado de Ideologia do DOPS, que era uma declaração de que nada constava contra você. Obviamente eu nunca fui procurar, eu nunca fui ao DOPS pegar o meu Atestado de Ideologia porque eu tinha sido presa. Eu me lembro que quando eu era estudante de Psicologia eu fiz uma prova para estagiária no Hospital Pedro II, no Engenho de Dentro, e passei em primeiro lugar mas nunca fui chamada e eu sei o porquê. Eu fiquei um dia inteiro lá até conseguir falar com o diretor e ele me disse que eu não fui chamada porque havia sido presa e tinha ficha no DOPS. Eu estava sendo impedida de assumir um estágio porque o meu nome constava como subversiva. Eu continuava a trabalhar e na época o meu ex-marido, o Novaes, não tinha emprego público, dava aulas em cursos pré-vestibulares particulares. Eu não participei diretamente do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), acompanhava de longe porque eu tinha uma visão muito pessimista, eu achava que nada ia acabar com a ditadura. Era um negócio tão barra pesada que eu achava que nunca mais iria encontrar os meus amigos exilados. Eu só lia os obituários e as páginas policiais porque era aonde eu sabia que tinha morrido, era um sentimento de pessimismo que eu tinha que eu não me lembro como eu conseguia dar aula de História porque eu me sentia a própria puta. Eu me lembro que muitos anos depois quando eu estava fazendo a minha tese de doutorado de Psicologia eu encontrei com uma ex-aluna minha que era esposa de um psicólogo que eu estava entrevistando, e ela disse que eu falava muita coisa e eu estranhei porque na época eu achava que não tinha condição de falar tal como era o meu pessimismo e a situação que eu me encontrava de silenciamento. Mas é impressionante como sempre as coisas vazam. A minha área da Psicologia é a Psicologia Social, que obviamente tem a ver

com a questão da História e a minha tese de doutorado foi uma espécie de reconciliação com a História porque eu pego a Psicologia no período da ditadura militar, que era uma profissão que estava em ascensão e era impressionante como envolvia a alienação das pessoas. E em 1985, quando já havia acabado o Comitê Brasileiro pela Anistia, quando veio a República, eu fui chamada pela Flora Abreu e pela Ieda Salles, duas colegas minhas da Faculdade de Filosofia para discutirmos por que estava havendo torturadores no governo do Brizola no início de 1985. O Grupo Tortura Nunca Mais foi criado em setembro de 1985 e esse ano está fazendo 25 anos. Mas o grupo surge para fazer denúncia das pessoas que estavam ocupando cargo de confiança no governo do Brizola, que era um governo popular. Isso já era o finalzinho da ditadura militar. O grupo é formado fundamentalmente por ex-presos políticos, familiares de desaparecidos políticos, e havia realmente um vazio em termos de sociedade brasileira naquele momento porque não se falava mais de ditadura, era como se fosse uma página virada.

Marcela: Voltando para a década de 60, como era o comportamento das mulheres?

Cecília: Eu acho que a minha geração foi muito privilegiada. A questão do aborto, da virgindade, do biquíni, da minissaia, tudo isso era um tabu. Naquela época as mulheres não tomavam café em pé nos bares. Eu me lembro que a minha mãe uma vez descobriu um creme de colocar na vagina na minha bolsa e ela ficou horrorizada e eu dizia que aquilo ali não era meu. A minha mãe viajava e eu levava o Novaes para a casa da minha mãe junto com outros casais de amigos, enfim, eram coisas que a gente fazia que hoje são comuns mas a gente estava quebrando tabus. Éramos vistas como putas. Não é à toa que nos arquivos da ditadura todas nós éramos putas e também da forma como eles nos recebiam. O Coronel França, diretor do DOPS em 1970 me recebeu assim: “sua puta com quantos você *trepou*?” Era esse o tratamento que davam às mulheres militantes. Com tantos amigos mortos, desaparecidos e exilados, mesmo assim eu acho que a nossa geração foi privilegiada.

Marcela: Até mesmo dentro dos partidos os homens viam as mulheres dessa forma?

Cecília: Não. Dentro dos partidos não. Essa era a visão das famílias tradicionais e da repressão. Dentro dos partidos tinha uma questão de igualdade mas tinham práticas machistas, que deixavam escapar o machismo. Alguns companheiros até nos incentivavam a falar nas assembléias mas era uma coisa paternalista também.

Marcela: Que setores da sociedade apoiaram o golpe?

Cecília: Praticamente todos. A classe média majoritariamente era uma campanha que se fazia contra o comunismo. Eu me lembro que estava no centro da cidade quando eu vi a “Marcha com Deus, pela Pátria e pela Liberdade” e as lágrimas corriam e eu olhando

aquelas mulheres todas de classe média alta desfilando pela rua, todas pedindo um governo forte, doando suas jóias para o bem do Brasil, era uma multidão de pessoas acompanhando o golpe. Mesmo a população pobre quando foram feitas as cabeças das pessoas, onde se produziu subjetividades de um anti-comunismo muito grande. Comunismo foi uma coisa de foi se acirrando muito depois do AI5, comunista era um inimigo da pátria. Era uma coisa muito forte. Em alguns atestados de óbitos vinha registrado que aquela pessoa era inimiga do Estado. O apoio também veio da Igreja, posteriormente pela Teologia da Libertação, principalmente os dominicanos, mas majoritariamente a classe média apoiou o golpe.

Marcela: As mulheres que participavam dos movimentos eram mulheres de classe média?

Cecília: De um modo geral, sim. Não é que o movimento de oposição tenha sido feito pelos intelectuais, pelos estudantes, houve muito camponês, operário e as mulheres eram majoritariamente de classe média, intelectuais e estudantes, de um modo geral. Pouquíssimas mulheres operárias, até porque os operários tiveram a sua cabeça feita na época também. Cuidado, ele é terrorista, ele é comunista!

Marcela: Para você, o que foi a emancipação feminina?

Cecília: Eu acho que a gente continua se emancipando, não é uma coisa terminada, um processo. As mulheres vêm desde o final do século XIX nessa luta, que é muito importante embora eu nunca tenha participado de nenhuma luta feminista porque eu sou contra a forma como as mulheres se organizaram no movimento feminista, tem muita interferência norte-americana e eu realmente questiono pois fica um negócio de o inimigo é o homem e não o sistema capitalista presente, fica sempre uma questão de colocar a culpa no outro, no homem. E quando eu vejo alguma violência eu fico mais puta com a mulher do que com o homem porque eu acho que se isso aconteceu foi porque a mulher permitiu. Eu sou contra a Lei Maria da Penha, eu acho um absurdo esse tipo de criminalização. Eu sou contra qualquer tipo de discriminação, como a homofobia por exemplo. Eu acho que a situação da gente continua se dando no cotidiano.

Marcela: Como era essa questão do amor livre na década de 60?

Cecília: Eu me lembro de quando eu entrei na faculdade tinha o que o pessoal chamava de “clube da cueca”, que era o pessoal que pregava o amor livre. Tinham algumas pessoas do partido ligadas a esse clube mas nós do partido tínhamos várias críticas em relação a isso. Uma coisa era você quebrar o tabu da virgindade, não ter no casamento um fim em si mesmo, você ir morar com o seu companheiro. O amor livre era uma coisa mais dos anarquistas. Eu acho maravilhoso mas eu faço muitas críticas em relação a isso. A gente era muito moralista, mesmo nós do Partido Comunista, que nos colocávamos como os mais

avançados da época éramos muito moralistas. Amor livre era um negócio do tipo: se você está com fulano você não pode ter outro caso com beltrano. E quando isso acontecia era um problema sério na vida da gente e era óbvio que isso acontecia. Eu me lembro de uma vez que terminei o namoro com o Novaes e fui namorar com um rapaz da Engenharia e havia críticas das pessoas do partido que diziam que ele não era do partido e sim de esquerda independente. E o Novaes começou a namorar uma menina que era de AP (Ação Popular) e a menina disse que tinha ficado grávida e o secretário da base do Partido Comunista disse ao Novaes que se a menina realmente tivesse grávida ele teria que se casar com ela. Olha o moralismo! E quando o Novaes terminou com ela e voltou comigo todos ficaram assustados e eu fui conversar com ela achando que ela estava grávida mesmo. Muito moralismo! Aquela coisa que se colocava como amor livre pouco se fazia se falava mais. Isso vem dos anarquistas e eles eram criticados pelo pessoal do partido e eles nos criticavam porque nós éramos organizados em partido. Nós tínhamos muitas críticas aos anarquistas e aos trotskistas, eles eram a peste. Eu me lembro uma vez que fomos fazer uma reunião e nos encontramos com um grupo de trotskistas e a gente não podia contar para o pessoal do partido que havíamos encontrado com os trotskistas, era como se fosse um pecado mortal. Tudo isso era um outro tipo de religião e hoje eu percebo isso, a coisa do centralismo democrático, do partido comunista. Eu me lembro que fomos chamadas para a ação chinesa, nós não estávamos fazendo nenhum tipo de movimento, só porque a gente lia documentos chineses. Foi levada uma denúncia ao partido de que estávamos fazendo fracionismo, estávamos sendo dissidentes dentro do partido. Então era uma coisa extremamente autoritária, totalitária, sem dúvida. Eu acho que a gente teve um ganho no Partido Comunista, que foi a solidariedade, coisa que eu não vejo mais. Eu fui fundadora do PT aqui no Rio de Janeiro e tinha vários companheiros, mas saí do PT há três anos discordando plenamente, hoje eu voto nulo e não quero saber de partido político. A coisa da solidariedade que tivemos no Partido Comunista foi muito bonita, era uma coisa de “meu companheiro de luta e militância”. Apesar de todas as diferenças no decorrer da vida, os estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia se encontram regularmente hoje em dia e a solidariedade ainda é muito grande. A solidariedade, o apoio e o carinho a minha geração viveu.

Marcela: Do que você se lembra do Pif Paf?

Cecília: Eu me lembro muito pouco das charges do Millôr Fernandes, que eram um refresco para os nossos olhos no meio de tanta escuridão e silenciamento.

Marcela: As pessoas liam?

Cecília: Liam. Ficávamos secos pela leitura.

Marcela: Então era mais a classe média que lia?

Cecília: Eu acho que sim, os intelectuais, os estudantes, a classe média. Acho que não teve uma representação popular. E nessa época surgiram uma série de jornais alternativos mas ficavam na intelectualidade, era uma coisa muito restrita. O Pasquim se popularizou mais.

Marcela: Cecília, mais uma vez eu te agradeço pela entrevista.

Cecília: Que isso! Quando você precisar é só falar.

Apêndice F: Entrevista com Claudius Ceccon, em 03 de junho de 2010, no Rio de Janeiro

Marcela: Qual era a participação do senhor no Pif Paf?

Claudius: Colaborador, simplesmente.

Marcela: Por que o senhor foi preso pelo DOPS após o lançamento do primeiro número do Pif Paf?

Claudius: Fui por engano. Mas, uma vez lá dentro, eles te provam que você é culpado desde criancinha.

Marcela: O Pif Paf surgiu um mês após o início da ditadura no Brasil e mesmo assim apresenta gozações a políticos, como Castelo Branco, por exemplo. Pode-se dizer que o Pif Paf tinha um cunho político, voltado para alguma militância partidária?

Claudius: Não. Era simplesmente a expressão da liberdade de pensar. Não éramos um grupo político. O que nos unia era aquele sentimento do náufrago anarquista espanhol que, ao chegar a uma ilha deserta, brada: “Hay gobierno? Soy contra!”. E, claro, o profundo desprezo pela mediocridade e pela violência burra dos militares golpistas. Além disso, naquele momento, acreditávamos que o golpe de abril havia sido apenas uma quartelada, que logo os militares voltariam à caserna e nos deixariam em paz para democraticamente fazer as mudanças de que o Brasil precisava. A ditadura militar ainda não havia mostrado sua face mais cruel. Ninguém imaginava que duraria vinte e um anos – mais do que o fascismo na Itália e bem mais do que o nazismo na Alemanha. Nem que as cicatrizes deixadas na alma nacional seriam tão grandes.

Marcela: O Pif Paf também era voltado às críticas dos costumes da época. Por ter em sua maioria homens em sua confecção, o senhor considera que a revista possui uma tendência machista?

Claudius: Em 1964 a consciência sobre a condição feminina não existia entre nós. O Women`s Lib americano, por exemplo, só começou nos anos 70 e o movimento feminista, como o conhecemos hoje, só chegou ao Brasil bem mais tarde. Feita essa ressalva, a resposta é não: não havia um “machismo” militante, consciente, proposital. Mas, por outro lado, sim, a cultura brasileira era e continua sendo machista. Nesse sentido, poucos tinham consciência da igualdade de gênero e agiam em consequência em suas vidas pessoais. Elaborando um pouco mais: no chamado “Processo Revolucionário Brasileiro” do início dos anos 60, as questões de gênero eram consideradas politicamente irrelevantes, “burguesas”, secundárias, senão inexistentes. As mudanças estruturais propostas pelos progressistas, pelos

nacionalistas, pela esquerda, não concebiam, naquele momento, uma revolução pessoal, mais profunda, de mudança de consciência e de atitude. Isso acontecerá mais tarde, com o Maio de 1968 em Paris e no mundo todo, com o movimento hippie nos Estados Unidos e seus similares na Europa e com toda uma revolução cultural anti-establishment, teorizada por pensadores como Herbert Marcuse.

Marcela: Havia mulheres na confecção do Pif Paf? Qual era o papel delas?

Claudius: Não lembro de nenhuma.

Marcela: Qual era o público leitor do Pif Paf?

Claudius: Intelectuais, basicamente.

Marcela: Qual foi a repercussão da revista na sociedade?

Claudius: Pouca. Oito números passam muito depressa, não houve tempo para que ela se enraizasse: não houve nenhum protesto visível quando a revista teve de fechar.

Marcela: A censura opinava nos textos e nas charges do Pif Paf?

Claudius: A censura não opina, ela corta, proíbe. Naquele momento, a censura que se manifestou foi a do boicote das agências de publicidade, que não programaram anúncios para a revista, apesar de ela ser lida por um público de classe AA.

Marcela: Ao mesmo tempo em que as charges publicadas no Pif Paf foram um recurso muito utilizado para exaltar o movimento de emancipação feminina, elas também serviram para provocar o universo masculino? Em que sentido?

Claudius: Creio que não tenha acontecido nenhuma coisa nem outra.

Marcela: Agradeço muito a sua colaboração.

Claudius: Bom trabalho!

ANEXO A: Lei n. 4.121, de 27 de agosto de 1962: Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada

LEI Nº 4.121 - DE 27 DE AGOSTO DE 1962 – DOU DE 3/9/62

Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 6º, 233, 240, 242, 246, 248, 263, 269, 273, 326, 380, 393, 1.579 e 1.611 do Código Civil e 469 do Código do Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

I

I - Código Civil

Art. 6º São incapazes relativamente a certos atos (art. 147, nº I), ou à maneira de os exercer:

I - Os maiores de 16 e os menores de 21 anos (arts. 154 e 156).

II - Os pródigos.

III - Os silvícolas.

Parágrafo único. Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida que se forem adaptando à civilização do País.

II

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos (arts. 240, 247 e 251).

Compete-lhe:

I - A representação legal da família;

II - a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher que ao marido incumbir administrar, em virtude do regime matrimonial adotado, ou de pacto, antenupcial (arts. 178, § 9º, nº I, c, 274, 289, nº I e 311);

III - o direito de fixar o domicílio da família ressalvada a possibilidade de recorrer a mulher ao Juiz, no caso de deliberação que a prejudique;

IV - prover a manutenção da família, guardadas as disposições dos arts. 275 e 277.

III

Art. 240. A mulher assume, com o casamento, os apelidos do marido e a condição

de sua companheira, consorte e colaboradora dos encargos da família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta.

IV

Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251):

- I - praticar os atos que este não poderia sem consentimento da mulher (art. 235);
- II - Alienar ou gravar de ônus real, os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens (arts. 263, ns. II, III e VIII, 269, 275 e 310);
- III - Alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem;
- IV - Contrair obrigações que possam importar em alheação de bens do casal.

V

Art. 246. A mulher que exercer profissão lucrativa, distinta da do marido terá direito de praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e a sua defesa. O produto do seu trabalho assim auferido, e os bens com ele adquiridos, constituem, salvo estipulação diversa em pacto antenupcial, bens reservados, dos quais poderá dispor livremente com observância, porém, do preceituado na parte final do art. 240 e nos ns. II e III, do artigo 242.

Parágrafo único. Não responde, o produto do trabalho da mulher, nem os bens a que se refere este artigo pelas dívidas do marido, exceto as contraídas em benefício da família.

VI

Art. 248. A mulher casada pode livremente:

- I - Exercer o direito que lhe competir sobre as pessoas e os bens dos filhos de leito anterior (art. 393);
- II - Desobrigar ou reivindicar os imóveis do casal que o marido tenha gravado ou alegado sem sua outorga ou suprimento do juiz (art. 235, número 1);
- III - Anular as fianças ou doações feitas pelo marido com infração do disposto nos números III e IV do art. 285;
- IV - Reivindicar os bens comuns, móveis ou imóveis, doados ou transferidos pelo marido à concubina (art. 1.177).

Parágrafo único. Este direito prevalece, esteja ou não a mulher em companhia do marido, e ainda que a doação se dissimule em venda ou outro contrato;

- V - Dispor dos bens adquiridos na conformidade do número anterior e de quaisquer outros que possua, livres da administração do marido, não sendo imóveis;
- VI - Promover os meios assecuratórios e as ações que, em razão do dote ou de outros bens seus, sujeitos à administração do marido, contra este lhe competirem;
- VII - Praticar quaisquer outros atos não vedados por lei.

VII

Art. 263. São excluídos da comunhão:

- I - As pensões, meios soldos montepios, tenças, e outras rendas semelhantes;
- II - Os bens doados ou legados com a cláusula de incomunicabilidade e os sub-rogados em seu lugar;
- III - Os bens gravados de fideicomisso e o direito do herdeiro fideicomissário, antes de realizar a condição suspensiva;
- IV - O dote prometido ou constituído a filhos de outro leito;
- V - O dote prometido ou constituído expressamente por um só dos cônjuges a filho comum;
- VI - As obrigações provenientes de atos ilícitos (art. 1.518 e 1.532);
- VII - As dívidas anteriores ao casamento, salvo se provierem de despesas com seus aprestos, ou reverterem em proveito comum;
- VIII - As doações antenupciais feitas por um dos cônjuges ao outro com a cláusula de incomunicabilidade (art. 312);
- IX - As roupas de uso pessoal, as jóias esponsalícias dadas antes do casamento pelo esposo, os livros e instrumentos de profissão e os retratos da família;
- X - A fiança prestada pelo marido sem outorga da mulher (artigos 178, § 9º, nº I alínea b, e 235 nº III);
- XI - Os bens da herança necessária, a que se impuser a cláusula de incomunicabilidade (art. 1.723);
- XII - Os bens reservados (art. 246, parágrafo único);
- XIII - Os frutos civis do trabalho ou indústria de cada cônjuge ou de ambos.

VIII

Art. 269. No regime de comunhão limitada ou parcial, excluem-se da comunhão:

- I - Os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do matrimônio por doação ou por sucessão;
- II - Os adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares;
- III - Os rendimentos de bens de filhos anteriores ao matrimônio, a que tenha direito qualquer dos cônjuges em consequência do pátrio poder;
- IV - Os demais bens que se consideram também excluídos da comunhão universal.

IX

Art. 273. No regime da comunhão parcial presume-se adquiridos na constância do casamento os móveis, quando não se provar com documento autêntico, que o foram em data anterior.

X

Art. 326. Sendo desquite judicial, ficarão os filhos menores com o cônjuge inocente.

§ 1º Se ambos os cônjuges forem culpados ficarão em poder da mãe os filhos

menores, salvo se o juiz verificar que de tal solução possa advir prejuízo de ordem moral para eles.

§ 2º Verificado que não devem os filhos permanecer em poder da mãe nem do pai deferirá o juiz a sua guarda a pessoa notoriamente idônea da família de qualquer dos cônjuges ainda que não mantenha relações sociais com o outro a quem, entretanto, será assegurado o direito de visita.

XI

Art. 380. Durante o casamento compete o pátrio poder aos pais, exercendo-o o marido com a colaboração da mulher. Na falta ou impedimento de um dos progenitores, passará o outro a exercê-lo com exclusividade.

Parágrafo único. Divergindo os progenitores quanto ao exercício do pátrio poder, prevalecerá a decisão do pai, ressalvado à mãe o direito de recorrer ao juiz, para solução da divergência.

XII

Art. 393. A mãe que contrai novas núpcias não perde, quanto aos filhos de leito anterior os direitos ao pátrio poder, exercendo-os sem qualquer interferência do marido.

XIII

Art. 1.579. Ao cônjuge sobrevivente, celebrado sobre regime da comunhão de bens cabe continuar até a partilha na posse da herança com o cargo de cabeça do casal.

§ 1º Se porém o cônjuge sobrevivo for a mulher, será mister, para isso que estivesse vivendo com o marido ao tempo de sua morte, salvo prova de que essa convivência se tornou impossível sem culpa dela.

§ 2º Na falta de cônjuge sobrevivente, a nomeação de inventariante, recairá no co-herdeiro que se achar na posse corporal e na administração dos bens. Entre co-herdeiros a preferência se graduará pela idoneidade.

§ 3º Na falta de cônjuge ou de herdeiro, será inventariante o testamentário.

XIV

Art. 1.611. Em falta de descendentes e ascendentes, será deferida a sucessão ao cônjuge sobrevivente, se, ao tempo da morte do outro, não estavam desquitados.

§ 1º O cônjuge viúvo se o regime de bens do casamento não era o da comunhão universal, terá direito, enquanto durar a viuvez, ao usufruto da quarta parte dos bens do cônjuge falecido, se houver filho deste ou do casal, e à metade se não houver filhos embora sobrevivam ascendentes do "*de cujus*".

§ 2º Ao cônjuge sobrevivente, casado sob o regime da comunhão universal, enquanto viver e permanecer viúvo será assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habilitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único bem daquela natureza a inventariar.

II - Código do Processo Civil.

XV

Art. 469. A nomeação de inventariante recairá:

I - No cônjuge sobrevivente quando da comunhão o regime do casamento, salvo se, sendo a mulher não estivesse, por culpa sua, convivendo com o marido ao tempo da morte deste;

II - No herdeiro que se acha, na posse de administração dos bens, na falta de cônjuge sobrevivente ou quando este não puder ser nomeado;

III - No herdeiro mais idôneo, se nenhum estiver na posse dos bens;

IV - No testamenteiro quando não houver cônjuge ou herdeiro, ou quando o testador lhe conceder a posse e a administração da herança por não haver cônjuge ou herdeiro necessário;

V - Em pessoa estranha na falta de cônjuge, herdeiro ou testamenteiro onde não houver inventariante judicial.

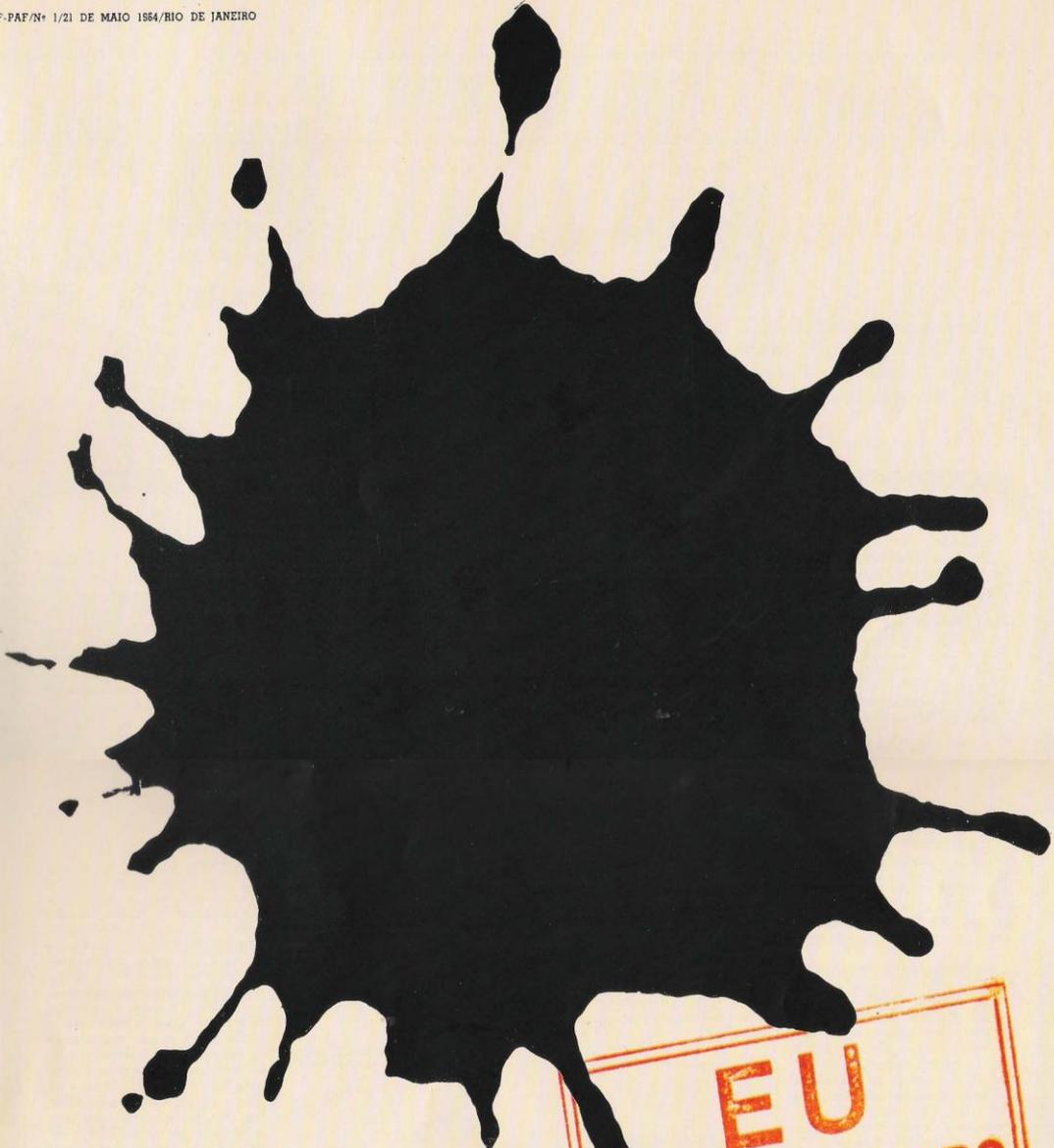
Art. 2º A mulher tendo bens ou rendimentos próprios, será obrigada, como no regime da separação de bens (art. 277 do Código Civil), a contribuir para as despesas comuns, se os bens comuns forem insuficientes para atendê-las.

Art. 3º Pelos títulos de dívida de qualquer natureza, firmados por um só dos cônjuges, ainda que casado pelo regime de comunhão universal, somente responderão os bens particulares do signatário e os comuns até o limite de sua meação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART
Francisco Brochado da Rocha
Cândido de Oliveira Neto



EU
SOU O 1º NÚMERO
DO PIF-PAF
GR-S 200

PIFFPAF

Pif Paf, n.1. capa

compre PIFFAF e entre no JOGO DA DEMOCRACIA

234



5
TOPA O
ADHEMAR
REZANDO.
COMEÇA
DE NÓVO.

678

SE JUNTA AO
BADGER E...



E SAI DO
JOGO.

9

OUTRO
TE. JOGUE
3 SEGUIDAS
PENSAR.

38

MAIS RINOCERONTE...
QUER SABER DE
UMA COISA?...
VOLTE 8 PONTOS.



OUTRO? VAI VER QUE
ÊSTE JA' É
VOCÊ. AVANCE 3 PON-
TOS PRA SE
LIVRAR DESSA.

39



40 UMPINTO,
DOIS
PONTOS



PRA FRENTE.



56 57



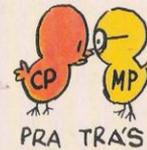
58



SAI DO JOGO!

59

41 DOIS PINTOS,
UM PONTO



PRA TRÁS



10

11 SAI DO JOGO
E DÁ, COM ÊLE,
UM VÔO ATÉ A
EUROPA.
VOLTA DAQUI A
TRÊS JOGADAS.

12

13

(DE MARCO)
CUIDADO COM ÊSTE
NÚMERO...
VOLTE 5 PONTOS.



Luzado



ENCONTRO NA
"EMBAJADA".
SAI DO
JOGO, MAS
PODE FICAR
OLHANDO.

62



61 OLHA AI'O
JK VOANDO
DE NÓVO.
PRA TRÁS, 7 PONTOS.



60

JUNTE O QUE V.
TROUZE DO N.º 54
E AVANCE ATÉ O
NÚMERO 63.

43

44



46



45 MARCHA COM A FAMÍLIA ATÉ
O NÚMERO 53.

15

16



22

TOPA COM O
LACERDA.
AVANCE ATÉ
O JK.



21

TORNA
A ENCON-
TRAR O
BRIZOLA E
AVISA PRA
DOPS.
CONTINUA NO
JOGO.

20

19

18

ENCONTRA O
BRIZOLA E
NÃO AVISA
A DOPS.
SAI DO
JOGO.



VOLTA A ENCON-
TRAR O ADHEMAR.
JA' É AZAR DE
MAIS... FICA SEM
JOGAR 2 VÉZES.

Se o "Pif-Paf" não se vender nessa direção vai ter que.

K PIFPAF

No.3

RIO — 22 DE JUNHO DE 1964



ZIRALDO

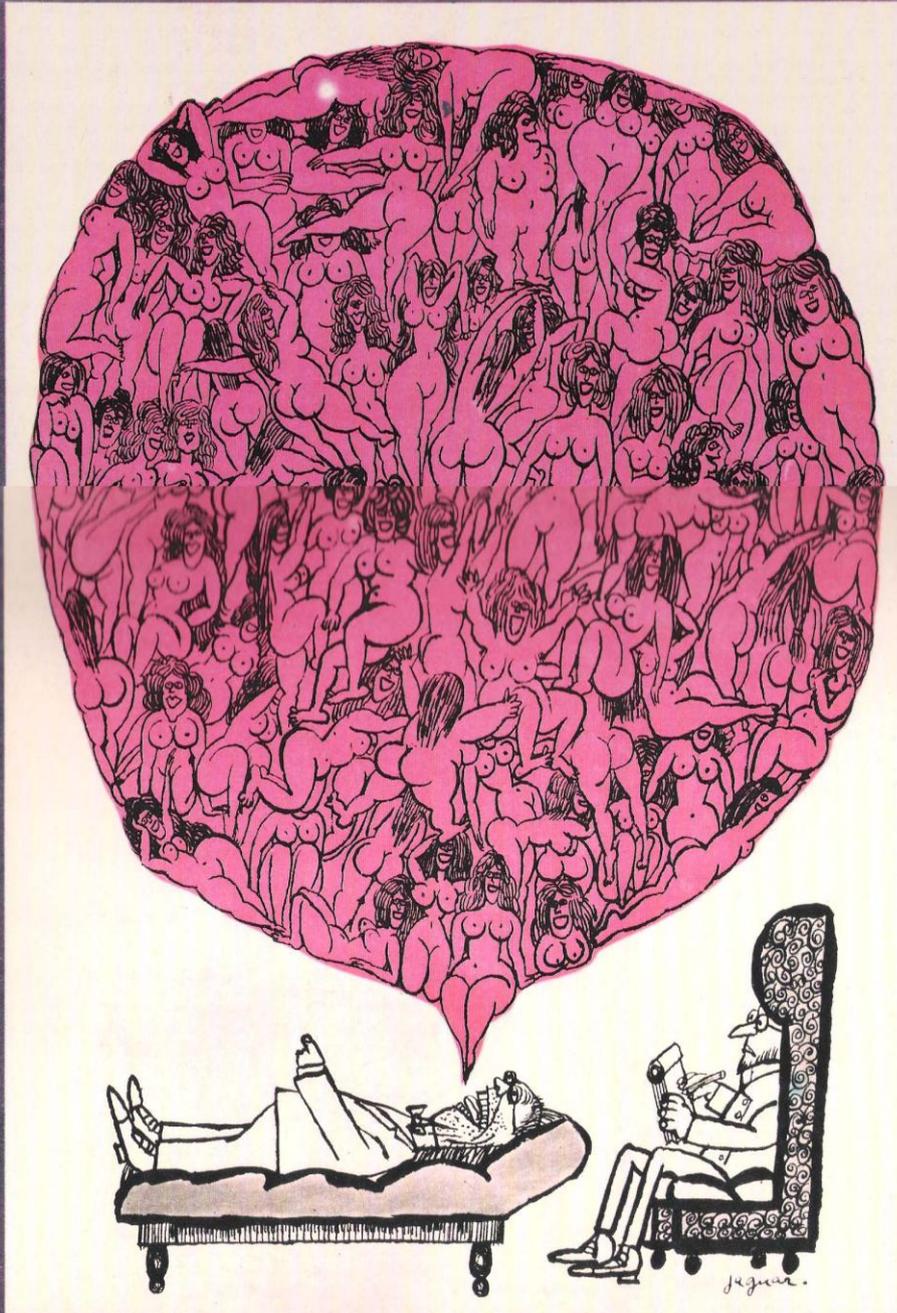
Esta é a nossa capa. Allá, capa e espada.

K PIFPAF

Pif Paf, n.3. capa

PIFFPAF

No. 4
C\$ 200



NÊSTE NÚMERO :

■ O SEXO QUE NOS PERDEMOS

■ STRIPIF-TEASE

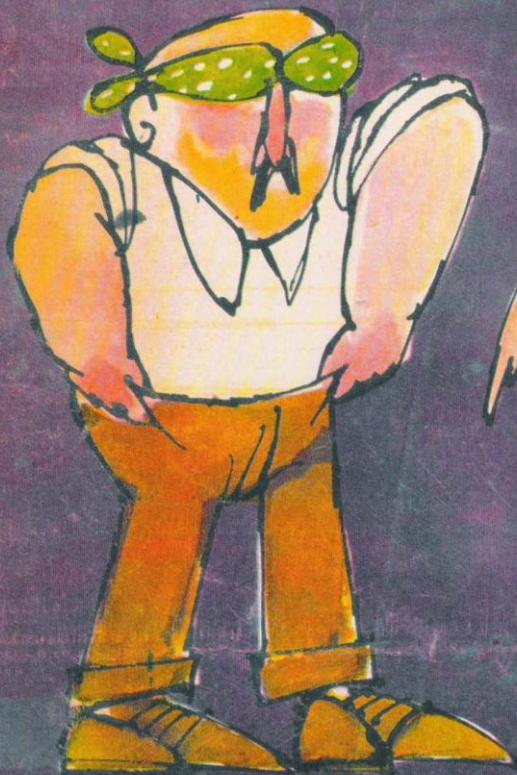
■ MUNDO CAO

JULHO/6/64

PIFPAF

Cr. 200
Nº 5

EDIÇÃO SEMI-ESPECIAL
CONTRA
O MEIO-BIQUINI

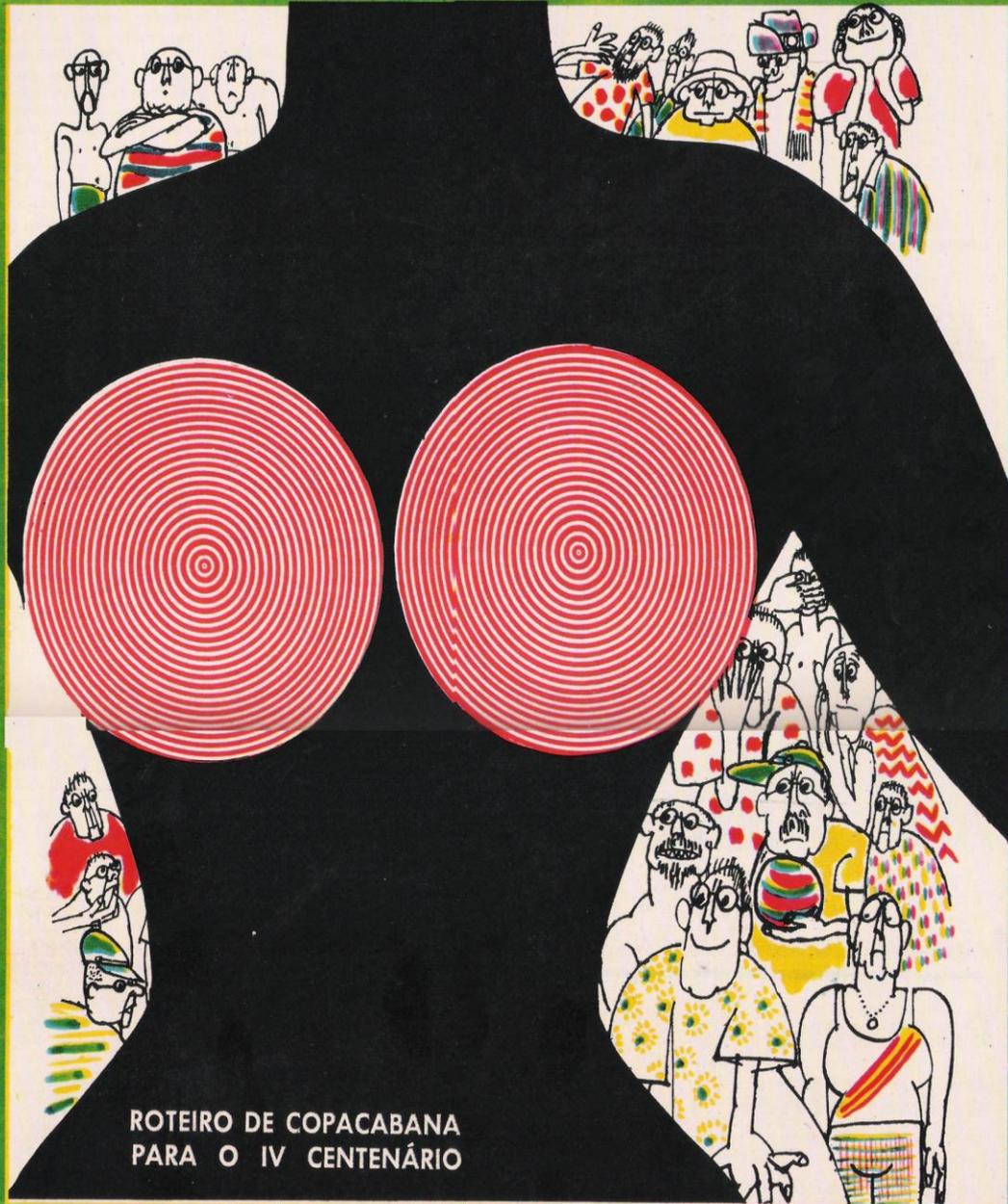


AFINAL CLAUDIUS INCOMUNICÁVEL

Fortuna

PIF PAF

Cr. 200
Nº 6



ROTEIRO DE COPACABANA
PARA O IV CENTENÁRIO

A traição do Castelinho.

Um artigo genial sobre O CORVO

PIF PAF

Cr. 200
N' 7



**MISS ALVORADA AMEAÇA
SE RETIRAR DO PÁREO**

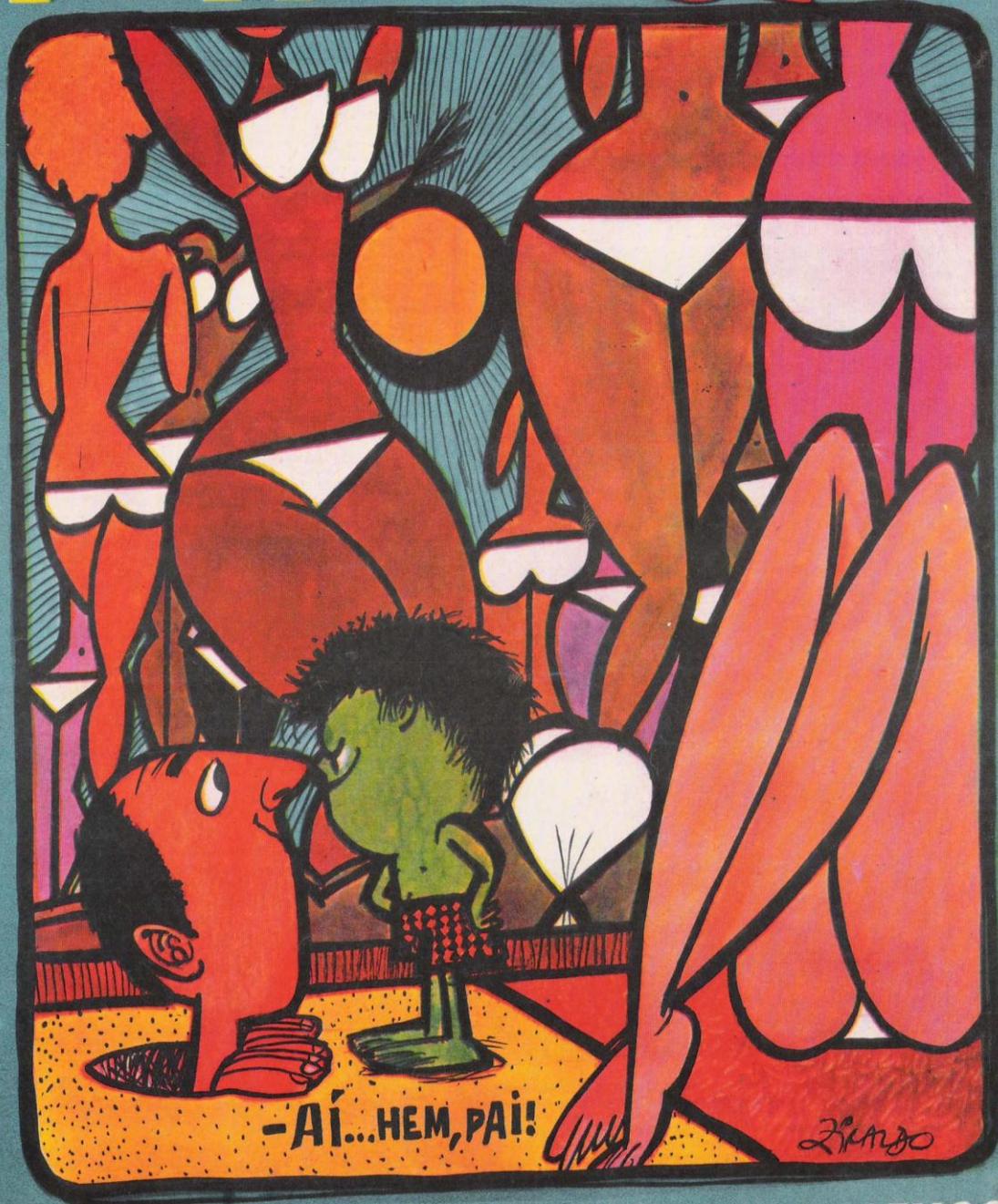
Foto exclusiva de Carlota Corwina

Pensamento vivo de
LEON ELIACHAR

ESTUPEFACIENTE
Cartilha para o povo

PIF PAF

Cr. 200
Nº 8



DESENVOLVA SEUS COMPLEXOS

Concurso Miss Alvorada sensacional: briga entre Castelinha e Carlotinha